



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0198/15	DATA: 31/03/2015	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 09h40min	TÉRMINO: 17h01min	PÁGINAS: 178

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Ex-Gerente-Geral de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria Abreu e Lima (RNEST).

SUMÁRIO
Tomada do depoimento do Sr. Glauco Colepicolo Legatti na condição de testemunha.

OBSERVAÇÕES
Há palavras ou expressões ininteligíveis. Houve expressões fora do microfone. Ininteligíveis. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Há oradores não identificados em breves intervenções. Houve tumulto no plenário. A reunião foi suspensa e reaberta. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis. Há oradores não identificados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Bom dia

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataformas e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África (CPI PETROBRAS).

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 7ª reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Solicito a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Solicitada a dispensa da leitura da ata pelo Deputado Luiz Sérgio e pelo Deputado Izalci, em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Comunico aos Srs. Deputados o recebimento dos seguintes expedientes:

E-mail dos Consultores Legislativos da Câmara dos Deputados da Área XXII, designados para assessorar esta CPI, em resposta ao ofício da 13ª Vara Federal de Curitiba, disponibilizando-se para acessar os documentos relativos à Operação Lava-Jato, realizados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, mediante cadastro no Sistema e-Proc da Justiça Federal do Paraná, eis que serão os responsáveis diretos por sua análise e também possuem registro na OAB;

Siguientes documentos: *e-mail* recebido do Departamento de Taquigrafia da Casa informa que as notas taquigráficas sem revisão, apenas para consulta, referentes à reunião de audiência pública realizada em 26 de março 2015, já estão disponíveis na Secretaria da CPI;



Memorando do Diretor em exercício do Centro de Informática da Câmara dos Deputados, Sr. Paulo Henrique Alves Araújo, designando os servidores Bruno Mendonça de Oliveira e Fernando Henrique dos Santos e Silva para prestar o auxílio requerido, ficando à disposição desta CPI;

Ofício do Presidente desta CPI, Deputado Hugo Motta, ao Presidente da Câmara dos Deputados, informando, para fins de registro de presença, conforme orientação emanada daquela Presidência, relatório de presença em reunião, com o nome dos e das ilustres Parlamentares presentes na reunião do dia 26 de março, data da tomada de depoimento da Sra. Maria das Graças Foster;

Ofício do Presidente desta CPI, Deputado Hugo Motta, solicitando ao Presidente da Câmara dos Deputados que viabilize, com urgência, a disponibilização de espaço físico e instalações apropriadas para as atividades de apoio ao Relator, Deputado Luiz Sérgio.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se a audiência pública para tomada de depoimento, com a presença do Sr. Glauco Colepicolo Legatti, ex-Gerente-Geral de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria Abreu e Lima, RNEST, convocado pelos Requerimentos nº 264, da Deputada Eliziane Gama, nº 321, do Deputado Luiz Sérgio, e nº 378, do Deputado Altineu Côrtes.

Convido, então, o Sr. Glauco Colepicolo Legatti para tomar assento à mesa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Pela ordem, Deputada Eliziane.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, nós temos... Eu queria, primeiramente, a confirmação de V.Exa. para a próxima reunião da Comissão, se, de fato, a próxima pessoa a participar das oitivas aqui será o Sr. Hugo. Pelo menos é o que me consta aqui. Eu queria apenas uma confirmação de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Perfeito, é o Sr. Hugo; ele é ex-Gerente do GASENE. Está marcado para o dia 7, às 14h30.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, no requerimento de autoria do nosso Relator, Deputado Luiz Sérgio, a justificativa é um tanto... Que fala ser necessário, por estar, realmente, no bojo da investigação da CPI. Tudo bem.



Eu queria dizer a V.Exa. que, na verdade, nós já temos uma convocação aqui aprovada do Sr. Vaccari, e que eu acho que é de extrema importância. De repente, a gente não poderia fazer a unidade dessas duas convocações? Porque eu acho que a gente... Nós temos um tempo muito pequeno da CPI. Se não agilizarmos essas oitivas, nós acabaremos sem ouvir os nomes principais. Eu acho que esse precisa ser o foco desta CPI.

Nós tivemos, na última reunião, uma série de nomes aprovados, uma série de convocações, mais de cem pessoas convocadas, e, pelo menos dentro do ritmo da CPI, será impossível, inviável nós ouvirmos todos. Então, acho que é fundamental nós termos aí um foco mais específico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputada Eliziane, já foi decidido aqui, em reunião anterior, pelo Presidente Hugo Motta, e até com a aprovação da grande maioria, senão a maioria todos os Deputados membros desta Comissão, que deveremos ter apenas uma oitiva por dia, porque tivemos uma experiência de duas oitivas que realmente não funcionaram da maneira esperada. Então, nós teremos uma oitiva a cada dia, independentemente da posição, também, de funcionamento das Sub-Relatorias.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, realmente, eu queria... Tem essa data que nós estabelecemos aí, para o dia 7, o Sr. Hugo. Mas ainda não ficou claro qual é a sequência de depoimentos, inclusive porque, na última reunião, o que foi aprovado foi algo que saiu do Colegiado de Vice-Presidentes e Sub-Relatorias, e que foi aprovada uma grande quantidade de requerimentos. Mas vários destaques que foram feitos não foram votados. São destaques, inclusive, que tratam de questões urgentes para esta CPI debater, porque as pessoas estão no centro dos acontecimentos, não é?

Então, eu queria saber quando é que nós vamos, rigorosamente, aprovar aqueles destaques que foram feitos, e em que fórum nós vamos decidir a sequência de convocações, porque há dúvidas, ainda, sobre a sequência de convocações daqui em diante. E eu acho que a CPI precisa de um projeto, de acordo, entende? E não adianta aprovar 200 requerimentos se depois isso vai se diluir em oitivas em



Sub-Relatorias, etc. Eu tendo a achar que a CPI perde potência quando nós passamos 20 dias assim, sem um depoimento que seja mais esclarecedor, que traga elementos realmente novos para a investigação.

Estou preocupado com essa questão, Presidente. Então, eu pediria que V.Exa. pudesse dirimir estas duas questões: em que momento nós vamos votar os destaques que estavam colocados já na reunião passada, e fomos impedidos de votar devido ao início da Ordem do Dia, e também pela obstrução legítima e regimental que foi feita, não é? Mas eu quero saber em que momento nós vamos votar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE -... e quem é que define, que fórum define a sequência, porque eu queria também, como vários Deputados, interferir nesse processo.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente... Sr. Presidente, pela ordem. Só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Um minuto, Deputado Izalci. Antes de responder ao Deputado Ivan Valente, Deputado Izalci, eu passo a palavra para o Relator, Luiz Sérgio e, depois, para V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Deputado Ivan Valente, tão logo terminou a última oitiva, eu me reuni com o Presidente desta CPI, Deputado Hugo Motta, para discutirmos exatamente um roteiro de trabalho. Já estava acertada a convocação para a oitiva, no dia 7, do Hugo Repsold, responsável pela obra do GASENE, que é um dos eixos desta CPI. Tínhamos acertado que, como se criaram quatro Sub-Relatorias e todas elas aprovaram uma sequência de requerimentos, ficou acertado também que precisava disponibilizar o horário e o local das reuniões dessas Sub-Relatorias, para que os membros pudessem acompanhar; que o dia 9 de abril ficaria destinado ao trabalho das Sub-Relatorias. No dia 14 de abril, nós ouviríamos o Augusto Mendonça, o primeiro empresário que viria falar à CPI. No dia 16, o Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, que entra em um dos eixos da CPI relacionados aos financiamentos para a empresa Sete Brasil. Dia 23 de abril, o Vaccari, Tesoureiro do PT. E, na outra reunião, depois do dia 23, nós, então, iríamos



deliberar sobre requerimentos, e votar requerimentos, que hoje já totalizam 590 requerimentos.

Esse foi o planejamento de trabalho feito com o Presidente da Comissão, Deputado Hugo Motta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Izalci. Em seguida, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu só gostaria que a gente talvez definisse aqui uma regra. Toda vez que tem reunião de oitiva, vêm questões administrativas, e nós temos sessões deliberativas.

Então, eu acho que essa questão de, toda vez... Pode observar que nós gastamos aqui duas horas, antes de começar o ouvir o depoente.

Então, eu gostaria que a Presidência definisse isto: questões de pauta, de agenda, que fosse discutido isso nas reuniões deliberativas, administrativas, e não nas de depoentes, senão a gente perde aqui duas horas, três horas discutindo questões de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu queria reiterar ao comando da CPI que nós precisamos — como disse o Juiz Sérgio Moro, não é? — seguir o dinheiro, porque seguindo o dinheiro nós vamos encontrar todas as conexões, sejam de funcionários, sejam de empresas, sejam elas as que têm os desdobramentos políticos que nós já sabemos que vai haver.

Então, eu queria insistir na oitiva do Sr. Alberto Youssef. Alberto Youssef fez uma delação premiada. Quem teve acesso à leitura, é de colocar os cabelos de pé, porque, realmente, é algo muito sério, muito grave que está lá relatado. Nós teríamos, Sr. Presidente, como fio condutor, na minha visão, preferencialmente aqueles que fizeram delação premiada. Isso, para mim, é uma obviedade. Por quê? Porque quem fez a delação premiada chega aqui e não pode enrolar, não pode mentir, não pode omitir. Por quê? Porque como nós temos um poder judicante derivado, na delação premiada está garantido que não pode haver nenhuma falha, ou omissão, no questionamento do poder judiciário de que nós estamos temporalmente investidos.



Portanto, alguém que assinou uma delação premiada tem que chegar aqui, nesta CPI, e tem que falar tudo aquilo que falou na delação, e todas as conexões que nós, enquanto investigadores, podemos questionar.

Então, a riqueza de profundidade de todo o esquema que nós estamos desvendando será mais claramente compreendida pela sociedade brasileira. Na medida em que Alberto Youssef, Julio Camargo... Paulo Roberto Costa deve voltar... Isso nos dará, inclusive... Os executivos da Toyo Setal, da Queiroz Galvão, que acabaram de fazer... Ontem, ainda, foi libertado um Vice-Presidente de uma empreiteira, que agora vai ficar 1 ano de tornozeleira, porque fez a delação. Essas pessoas estão na lista de prioridades desta CPI, para que a gente possa, aí sim, investigar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k., Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Senão nós ficaremos trazendo pessoas aqui que ainda não têm colaboração premiada e, o que é pior, ainda querem embaralhar a investigação, o que não serve para nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, só para finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Ivan, para encerrar, porque o convocado já está aqui no corredor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, eu concordo, mas veja, Presidente, a própria exposição do Relator confirma os fatos. Nós vamos passar o mês de abril sem fazer muita coisa, porque eu estou vendo aqui. Então, eu quero entender o seguinte: nós não temos... Inclusive, a questão do Vaccari não está fixada ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - É isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não está fixada. Pelo que eu entendi, pelo Relator, só para o dia 23. Algumas pessoas estão falando que será no dia 9, então, não está.

Segunda questão: eu concordo com o Deputado Onyx que nós tínhamos que insistir na delação premiada; terceira, nós não podemos ficar 1 mês sem votar os destaques que nós íamos fazer! Tem que ter uma reunião, entende? Sinceramente, é inadmissível isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, Deputado. O.k.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A CPI não pode passar 1 mês sem fazer os destaques.

Então, a Comissão, as Sub-Relatorias, o colegiado menor, têm mais autonomia e soberania que o Plenário para decidir as coisas!

Então, eu quero que nós tenhamos uma reunião administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A Sub-Relatoria não tem poder para aprovar nenhum requerimento. Só o Plenário.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Exatamente! Então, nós não podemos deixar para 1 mês depois, Deputado Luiz Sérgio, votar os destaques que foram feitos na semana passada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Ivan...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Alguma solução tem que ser dada para isso.

O Deputado Hugo Motta não está aí hoje, nós temos o feriado da Semana Santa, já tem aqui uma lista de depoentes que não passa pela delação premiada. O Sr. Júlio Camargo, por exemplo, está naquela lista para ser destacado; o Sr. Youssef também. Já foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não dá para entender por que nós estamos fazendo isso. Eu acho que é um desgaste para a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. já usou da palavra por duas oportunidades, o Relator já fez também a apresentação de uma proposta, ouvimos aqui o Deputado Izalci e o Deputado Onix e temos agora o convocado aqui para iniciar o debate.

Vamos deixar para fazer no final da reunião o debate da pauta.

Eu convido o Sr. Glauco Colepicolo Legatti para tomar assento à Mesa.
(Pausa.)



Diigindo-me ao Sr. Glauco Colepicolo Legatti, registro que V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade.

Exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto dos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal.

Advirto, ainda, que o descumprimento, por parte da testemunha, desse dever legal fará incidir sobre si as penas cominadas no crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Informo que o Sr. Glauco se faz acompanhar do advogado Dr. João Carlos Castellar, OAB nº 39.805.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para fazer suas indagações, dispondo os convidados de igual tempo para a resposta, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Mesmo que regimentalmente seja determinado o prazo de até 3 minutos, o Plenário da CPI poderá decidir por prazo diferente. Exemplo: 5 minutos, 10 minutos.

Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Glauco Legatti.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu gostaria, em primeiro lugar, de fazer um esclarecimento, Deputado Luiz Sérgio, Sr. Relator. Na convocação está dizendo do meu depoimento, no dia 26/11, na CPI Mista. Eu não estive aqui na CPI Mista no dia 26/11. Só para... Gostaria de deixar esse registro, porque não tem esse depoimento meu no dia 26/11.

Bem, meu nome é Glauco, eu entrei na PETROBRAS em 1978. Entrei, inicialmente, como engenheiro de terminais e oleodutos. Tive uma progressão dentro da empresa. Depois de 10 anos, assumi uma gerência, que era a Gerência



de Projetos de Oleodutos e Gasodutos, onde eu participei dos grandes projetos da PETROBRAS de gasodutos e oleodutos, que estão em operação há algum tempo, a destacar o Gasoduto Bolívia/Brasil. A primeira fase lá do Amazonas, de projeto dos dutos da Amazônia; alguns projetos também no exterior, principalmente na parte da integração da América Latina. Depois disso, passei para a área gerencial, na área de implantação de empreendimentos — isso foi em 1996 —, onde eu cuidei dos empreendimentos inicialmente nas regiões norte e nordeste setentrional. Todos os empreendimentos que iam da região de Alagoas até o Amazonas, ou seja, aqueles primeiros gasodutos, de Pilar até Cabo, depois de Guamaré até Fortaleza; algumas plataformas na Bacia do Ceará; refinaria de Manaus e toda a primeira fase de produção do Amazonas; a parte de óleo do Amazonas, tanto o óleo quanto o gás, quando foi o primeiro processo, que é o de reinjeção de gás. A partir daí eu fui para outros empreendimentos na Região Sul do Brasil e em São Paulo. Nos anos 2000, com os acidentes que ocorreram no Brasil, principalmente aquele grande acidente na Baía de Guanabara, a PETROBRAS iniciou um grande projeto de excelência em gestão ambiental e segurança operacional em todas as suas instalações. Eu cuidei da parte do projeto relativa ao projeto na área de terminais e dutos, já que era uma das minhas especialidades. Fiz obras e melhoramos as unidades em todo o Brasil, desde o Rio Grande do Sul até o Amazonas, pequenas obras de melhoria, para evitar novos acidentes, novos derrames de petróleo nas suas unidades. Bem, isso foi no início dos anos 2000. Depois, eu trabalhei numa área nossa, dentro da área da engenharia, que é a área voltada para a petroquímica, ou seja, o Brasil estava retomando a área de petroquímica, e nós tínhamos que formar capacitação técnica para trabalhar na área de petroquímica. Então, comecei um empreendimento voltado para dar capacitação às nossas equipes para poderem implantar esse tipo de projeto. Depois disso, fui cuidar da ampliação da Refinaria de São José dos Campos. Após São José dos Campos, em 2008, eu assumi a gerência geral para implantar a refinaria do Nordeste. Comecei lá em 2008, onde nós começamos a implantar... Eu cheguei e já existia a terraplanagem, e nós demos avanço aos demais projetos: construção das unidades de processo, projeto de detalhamento, toda a fase de construção. A refinaria, no final de 2013, dezembro de 2013, a partir das suas unidades de utilidades, geração de energia, a água começa a entrar em



pré-operação, no início de 2013, com a conclusão da... no final de 2013, com a conclusão da Unidade de Destilação Atmosférica. Com a entrada das demais instalações ao longo do ano de 2014, ao final de 2014, a engenharia conclui a obra, e a refinaria passa, então, a produzir a partir, se eu não me engano, no início de dezembro de 2014. Hoje já tem um primeiro trem operando, pelas informações que a gente tem. Então, conduzi esse empreendimento até o dia, se eu não engano, 18 de novembro de 2014. Quando a PETROBRAS fez uma reformulação em seus quadros, eu saí da gerência de implantação da refinaria em 18 de novembro de 2014. Então, de 2008 até 2014, conduzi a refinaria. Nós a tiramos do chão e hoje ela está produzindo *diesel*. Uma refinaria que vai produzir 20% de todo o *diesel* consumido no Brasil quando ela estiver com o segundo trem operando. Ou seja, de cada 10 caminhões que estiverem circulando em qualquer lugar do Brasil, dois são de Recife. Então, ela vai ter, digamos, uma importância significativa para o Brasil, em função de quanto vai produzir, em função da redução das importações do produto de que hoje nós somos dependentes. Essa é a minha história, a minha carreira, e eu estou pronto para debater e esclarecer os pontos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Dr. Glauco.

Vamos agora passar a palavra ao Relator, Deputado Luiz Sérgio, para que ele possa fazer as suas indagações.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Sr. Shinko Nakandakari informou, em acordo de colaboração na força-tarefa da Operação Lava-Jato, em 19 de fevereiro de 2015, que entregou 400 mil reais em espécie ao senhor como propina, nos seguintes termos: que o depoente também emitiu nota fiscal para dar cobertura a pagamento parcelado, no período de junho de 2013 a junho de 2014, feito a Glauco Legatti, em espécie, na quantia de 400 mil reais; que perguntado sobre Glauco Legatti, disse ser Gerente-Geral da RNEST e que ele foi efetuado, quer dizer, o pagamento, porque a equipe técnica da PETROBRAS era vinculada a ele. Daí houve a necessidade de efetuar o pagamento da propina; que o dinheiro pago a Glauco foi pago no Hotel Sofitel e no Hotel Caesar Park, em espécie e parceladamente.



Diante dessas acusações, o que o senhor alega em sua defesa? O senhor tomou conhecimento, tomou algum tipo de medida contra o Sr. Shinko Nakandakari, em face dessas acusações?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Em primeiro lugar, não é verdade o que o Sr. Shinko falou, que pagou dinheiro para mim. Eu não recebi 1 centavo do Sr. Shinko Nakandakari. Isso é fato. Eu acho que, em outras perguntas que o senhor vai fazer sobre o Shinko, eu vou poder esclarecer até a relação de amizade que eu tinha com esse senhor, nos detalhes. Eu não tomei nenhuma ação mais direta sobre qualquer ação mais efetiva contra o Sr. Shinko, tendo em vista que uma ação para contestar essa fala e tudo o mais — até orientado por meu advogado — não seria conveniente neste momento, já que tem tanta coisa acontecendo, e isso poderia não surtir efeito. O que eu de pronto fiz, logo depois que ele fez a delação e a declaração, lá em Curitiba, foi que nós entramos com uma petição para que eu, de viva voz, fosse lá esclarecer ao Juiz Sérgio Moro que eu não recebi esse dinheiro do Sr. Shinko Nakandakari.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI Sr. Presidente, pedindo licença ao Sr. Relator, só uma observação que me pareceu muito curiosa. O depoente disse que o Relator vai fazer outras perguntas sobre o Shinko, aí ele vai poder esclarecer o teor da relação.

Só para ficar registrado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado, está registrado.

Volto a palavra para o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Deixe-me esclarecer, Sr. Deputado. Eu tenho a impressão de que, como este é um tema muito recorrente, eu imaginei que vou ter muito o que falar sobre o Sr. Shinko. É mais nesse sentido do que em qualquer outra coisa.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Mas não é melhor esclarecer o fato logo agora?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Posso, posso, posso.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - É melhor o senhor já falar sobre o Shinko e sua relação com o Shinko.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas em relação... Só para deixar registrado. Quer dizer, se formos partir por essa lógica, eu tenho certeza de que a metade deste Plenário aqui, ao fazer perguntas, se dirigirá sobre esse cidadão que faz a denúncia contra ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu peço ao Plenário que observe a disciplina da oitiva.

A palavra está com o Relator Luiz Sérgio, para prosseguir nas suas indagações.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conhece o Sr. Shinko Nakandakari? Caso afirmativo, como o conheceu e em quais circunstâncias? Conhece a atividade dele? Sabe informar a relação entre ele e a Galvão Engenharia? Já se encontrou com ele fora da PETROBRAS?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Desde quando eu conheço o Dr. Shinko? Quando eu falei que cuidei dos projetos do PEGASUS, em 2001, 2002. Nós tínhamos muitas empresas de pequeno porte e nós fazíamos projetos voltados para segurança, meio ambiente e saúde. Naquela época, o Sr. Shinko trabalhava com a empresa Talude — ele era dono, sócio, alguma coisa da empresa Talude —, e essa empresa teve um excelente desempenho em segurança e meio ambiente nas obras de que eles cuidavam para nós. Uma vez feito isso, nessa época, nós fizemos quatro seminários importantes para divulgar conhecimentos na área de SMS para as demais empresas, e nós convidamos a empresa Talude... Sendo uma das empresas, convidamos várias, e a Talude foi uma delas, para fazer apresentações ao longo dessas outras reuniões. para transmitir para o outro. Quem foi a essas reuniões foi o Sr. Shinko. Daí o meu conhecimento com ele. A partir desse início de um conhecimento profissional, eu tive, digamos, uma amizade com ele que se tornou mais social do que voltado para qualquer coisa de empresa. Então, é desde quando eu conheço o Sr. Shinko. A partir do momento em que ele não tinha mais essa empresa Talude, nós continuamos nos encontrando, conversando sobre temas gerais, mas sempre de uma maneira social, e é de onde eu o conheço. A Galvão Engenharia jamais falou e apresentou o Sr. Shinko como a pessoa que falava em nome da Galvão. Nós nunca discutimos nada de qualquer coisa referente a projeto da Galvão Engenharia, através dos seus diretores, com o Sr. Shinko.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então V.Sa. mantém com o Sr. Shinko relacionamento profissional, relacionamento pessoal e também de negócios?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Profissional e de negócios não, porque hoje e depois que ele deixou de ter a sua empresa ele não representa mais nenhuma empresa. O meu relacionamento com ele foi sempre pessoal, e eu fiquei extremamente surpreso quando apareceu no jornal que ele era operador de outras pessoas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Qual a participação da Galvão Engenharia nas obras da Refinaria Abreu e Lima? Gostaria que V.Sa. detalhasse quais os contratos, os objetivos e os valores correspondentes. Caso não disponha disso, que possa depois enviar por escrito a esta CPI.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - O.k., Sr. Relator. A Galvão, na obra da RNEST, tem dois contratos. Um contrato referente às interligações elétricas: água, esgoto e telecomunicações dentro da refinaria. A refinaria foi construída como diversas fábricas. É como se nós tivéssemos 17 fábricas em operação dentro do local da RNEST, e esse é um contrato que faz a interligação elétrica que sai das subestações e vai distribuindo a energia, tudo através de canaletas enterradas, para as unidades. Também faz toda a parte da drenagem oleosa e contaminada, que passa do lado da refinaria — do lado das ruas da refinaria, nós temos duas canaletas, uma de água pluvial e outra de águas contaminadas. Nesse sentido, essa empresa faz esse projeto e também toda a rede de TI e de iluminação da refinaria. Esse é um dos contratos. É um contrato de... Um segundinho. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, enquanto ele localiza aí, eu queria fazer uma questão de ordem importante.

Durante a CPMI da PETROBRAS, da qual V.Exa. participou, houve acusação e comprovação de que houve, de fato, na CPI do Senado, treinamentos de pessoas da PETROBRAS quando vieram à CPI. Foi distribuído um material pela assessoria da CPI do Senado para que as pessoas tomassem conhecimento das perguntas antes.

Já que V.Exa. está sob juramento, eu pergunto a V.Exa.: V.Exa. teve treinamento da PETROBRAS para responder às perguntas de CPI?

(Não identificado) - Isso é um absurdo, Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Deputada Antonio Imbassahy) - Deputado Izalci. Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu tenho dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputada Antonio Imbassahy) - Mas V.Exa. faz a indagação na hora em que V.Exa. estiver com a palavra.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Presidente, por favor, ordem. Não podem furar a fila, Presidente!

(Não identificado) - A ordem de inscrição é... Se todo dia tomarem a palavra, Presidente...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Questão de ordem, Sr. Presidente. Qual é o horário que cada um dos Deputados...

(Não identificado) - Não vamos transformar esta CPI numa brincadeira.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Confiando na Presidência de V.Exa., acredito que V.Exa. estará ordenando os trabalhos. O Relator está usando a palavra. Depois V.Exa. seguirá a lista de inscrições. Eu gostaria que V.Exa. orientasse o Plenário nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Exatamente. Essa é a regra que vai ser cumprida rigorosamente.

Volto a palavra ao Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Sr. Presidente, é nessa linha. Nós não podemos admitir que furem a fila. Isso aqui não é escola primária.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - A primeira pergunta que o Relator fez foi sobre 400 mil de propina. O que a Oposição quer mais?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Na verdade, o Deputado arguiu uma questão de ordem que não se configurou no final.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - E V.Exa. tem conduzido tão bem os trabalhos que nós não podemos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Volto a palavra ao Deputado Luiz Sérgio.



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - A primeira pergunta foi sobre 400 mil de propina, a primeira pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Leo de Brito...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - É a segunda vez que um Parlamentar usa a palavra. Eu acho que é preciso, então, deixar as coisas muito claras. Se algum de vocês tem aqui algum dado, algum indício, alguma prova de que há alguma combinação de perguntas minhas com o depoente, por favor, faça. Mas não fique insinuando nem de brincadeira.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Que brincadeira, Sr. Presidente? Eu fiz a pergunta claramente. O que aconteceu...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não. Fez uma provocação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Aconteceu na CPML.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Fez uma provocação. Não seja provocativo.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Exigimos respeito com o Relator Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Se V.Exa. tem algum dado, algum indício, alguma suspeita, apresente. Não tem problema.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tenho. Tenho. Houve precedente. Por isso perguntei a ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A máscara não serve. Não vou botar essa carapuça. Eu nem sequer estava nessa CPI.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não falei para V.Exa. Falei para ele. V.Sa. participou de treinamento na PETROBRAS?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Izalci...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - A palavra está com o depoente.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Tem que respeitar o trabalho do Relator, Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - A palavra está com o depoente.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O mínimo que a gente espera é que se respeite o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - A palavra está com o Sr. Glauco.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Que falta de respeito para com o Relator! Que acusação sem fundamento, desrespeitando o Relator!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - A palavra está com o Sr. Glauco para concluir sua resposta.

(Não identificado) - O Relator, errado ou certo, está na linha dele.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Acusar de que o Relator? Vocês só fazem acusação infundada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Pode usar a palavra

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - O Relator tem que ser respeitado. Se acham que o Relator está fazendo qualquer coisa errada..

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, fale para os Deputados baixarem a bola e vamos continuar. Fale para os Deputados baixarem a bola. Vamos trabalhar, não é? Quanta conversa fiada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Sr. Glauco.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Conversa fiada mesmo! Tem muita aqui!

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu não recebi nenhum tratamento para vir aqui e jamais tive ideia das perguntas que me poderiam ser feitas.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Qual é o problema, Delegado? Já falei para você que aqui não é delegacia. Já avisei.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Se fosse delegacia, você estaria preso!



O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Claro, você prende e arrebenta, não é? É seu mote: prender e arrebentar, não é, Delegado? Não aprendeu a ser Deputado, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - A palavra está com o Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sobre os valores dos contratos. Um contrato é no valor de 498 milhões de reais, que é esse contrato sobre as interligações que nós falamos. E o segundo contrato é um contrato para fazer todo o asfaltamento e o arruamento da refinaria, que é um contrato de 169 milhões de reais. Esses são os grandes números dos dois contratos da Galvão.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quais os cargos de gerência que V.Sa. exerceu na PETROBRAS e em que períodos? Quem eram os seus superiores hierárquicos em cada função que V.Sa. ocupou?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Bem, eu ocupo função de gerência. Eu tenho 36 anos e meio de trabalho. A partir do décimo ano, eu assumi uma gerência —isso foi por volta de 1988—, uma gerência setorial, que é o primeiro nível de gerência na PETROBRAS, gerenciando o setor de projetos de oleodutos e gasodutos. Depois, quem era meu chefe chamava... Meu chefe imediato, que era um chefe da divisão, se não me engano... Passaram vários, Deputado. Eu não sei se eu vou me recordar aqui dessa época. Talvez os mais recentes. Depois, eu assumi a gerência de empreendimentos, para cuidar desses empreendimentos da Região Norte e Nordeste Setentrional, em que o gerente, eu acredito, tenha sido Luiz Felipe. E passaram vários, porque essas gerências, que eu vou chamar gerências operacionais, que têm que... de trabalho, são gerências que estão constantes. E as gerências executivas, gerências gerais e tudo o mais são gerências que acabam trocando mais, porque uma pessoa vai para outro cargo e tudo o mais, e fica. E as gerências mais operacionais como essas do setor de projetos, gerências de empreendimentos, elas são mais duradouras, vamos chamar assim, mais recentes. Então, depois, na mesma configuração que tivemos quando eu era gerente de empreendimentos, um dos chefes foi o Dr. Quintela. Na outra, foi o senhor engenheiro Beato, que eram os gerentes gerais da época lá atrás. Depois, em 2008, quando eu fui ser gerente de empreendimentos, no caso da RNEST, o



meu gerente imediato era o engenheiro Barusco, que era o chefe. Depois do engenheiro Barusco, tive o engenheiro Gonçalves como gerente executivo. E depois de uma nova reformulação da engenharia, a partir de 2012, era o engenheiro Maurício Guedes que era o meu gerente imediato.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. considera que foi favorecido por apadrinhamento de superiores hierárquicos ou de grupos políticos para a ocupação de quaisquer das posições de gerenciamento assumidas? Quem indicou o senhor para o cargo de gerente geral desse empreendimento?

O SR. GLAUCO COLEPICOLA LEGATTI - Bem, em primeiro lugar, eu não me considero com nenhum apadrinhamento. Em todos os cargos, eu fui gerente setorial, gerente de empreendimentos, primeiro dos empreendimentos de pequeno porte, depois de empreendimento de maior porte, até chegar no empreendimento do porte da RNEST. Então, eu jamais fui apadrinhado, não pulei nenhum degrau da minha carreira. Minha carreira foi construída ao longo dos tempos, de degrau em degrau. Fui chefe de setor, chefe de empreendimento de pequeno porte, chefe de empreendimento de médio porte e até empreendimento de grande porte. Quem me indicou para esse cargo deve ter sido ou meu gerente imediato, que era o engenheiro Beato, ou o engenheiro Barusco, que era o gerente executivo da... Como é que fala? Superior a mim. Como é que eram as gerências? Nós, na engenharia, na área da engenharia, nós tínhamos sempre um quadro e era assim: quadro de potenciais gerentes. Gerentes setoriais. Então, era analisado naquela época quem eram os gerentes setoriais que tinham capacidade para ser gerente de empreendimento, quem eram os potenciais gerentes gerais. Então, tem lá um grupo de gerentes de empreendimentos ou de gerentes que estão lá e que são potenciais gerentes para o nível superior. E, dentro dessa classificação das gerências — está certo —, são escolhidos aqueles gerentes que vão ser promovidos, digamos, de um cargo para o outro.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Na época em que exerceu a gerência de implementação, V.Sa. era subordinado ao Sr. Pedro Barusco, que era gerente executivo. Quantos outros gerentes havia sob o comando do Sr. Pedro Barusco? Quem eram?



O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sr. Relator, houve vários gerentes subordinados ao engenheiro Barusco. Então, nós tínhamos três empreendimentos que eram empreendimentos voltados para a área-fim, que é: um gerente geral para a área de exploração e produção, um gerente para gás e energia, um gerente para a área do abastecimento. Então, esses três gerentes eram os gerentes que cuidavam das obras das refinarias em andamento, das áreas de AIP e dos projetos de gás e energia de um todo, como um todo dentro da PETROBRAS. E existiam três gerências voltadas para os novos projetos. Quais eram os novos projetos? Um deles é a RNEST, o qual eu ocupei. Tinha um referente ao COMPERJ e outro referente ao... para as refinarias Premium. Então, esses seis empreendimentos, eles estavam voltados para as obras executivas efetivamente. E tinha outras gerências que eram às gerências, digamos, corporativas. Tinha uma gerência que era de suporte e logística, que cuidava de toda a parte dos modelos contratuais, da parte do arquivamento técnico e legal, da área corporativa aos quais os empreendimentos deveriam responder. Tinha também a área voltada para recursos humanos e a área voltada para apoio à gestão. Então, são essas. Quanto aos nomes, Sr. Relator, eu vou poder me confundir, mas a PETROBRAS vai poder passar, pode passar para o senhor a relação de quem eram os gerentes em cada época, para que eu não cometa nenhum erro aqui de indicar pessoas de uma forma errada.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Como V.Sa. avalia a atuação do Sr. Pedro Barusco à frente da Gerência Executiva da Diretoria de Serviços da PETROBRAS?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Como subordinado do engenheiro Barusco, o engenheiro Barusco sempre foi muito rigoroso com todos nós, exigindo a questão da forma dos documentos e de tudo. Eu não tenho e não tinha a mínima ideia ou conhecimento do que a gente ouviu pelo jornal e pela delação que ele fez.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Desde quando V.Sa. conhece o Sr. Pedro Barusco? Qual o tipo de relacionamento que V.Sa. mantinha com ele? Havia alguma espécie de relacionamento pessoal ou de negócio entre os senhores?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu conheço o engenheiro Barusco há muitos anos. Nós somos contemporâneos de entrada na PETROBRAS. Então, eu o conheço desde a época em que nós entramos na PETROBRAS. A partir



daí, ele tomou um outro... Eu fui para a área terrestre, área *onshore*, trabalhar na área de dutos, na área de terminais. E o engenheiro Barusco foi para a área do mar. Eu só vim a encontrar o engenheiro Barusco de novo quando ele era... fui ser subordinado dele na obra da RNEST. Meu relacionamento com o engenheiro Barusco é estritamente profissional, da PETROBRAS. Nós não temos nenhum relacionamento social ou pessoal.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. teve conhecimento ou notícia, ou mesmo testemunhou alguma conduta ilícita do Sr. Pedro Barusco, no período em que ele esteve na PETROBRAS?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Qual o tipo de relacionamento que V.Sa. mantinha com o Sr. Renato Duque? Havia alguma espécie de relacionamento pessoal ou de negócios?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. Relacionamento com o diretor era um relacionamento profissional e nas vezes em que eu ia à diretoria para fazer alguma apresentação sobre o projeto.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. teve conhecimento, ou notícia, ou mesmo testemunhou alguma conduta ilícita do Sr. Renato Duque no período em que ele esteve na PETROBRAS?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quando V.Sa. conheceu o Sr. Paulo Roberto Costa? Trabalhou junto com ele em algum período? Caso afirmativo, em que funções?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu conheci o Sr. Paulo Roberto Costa, se não me engano, na época do Geisel ou na época da Bacia de Campos, em algumas reuniões. Mas fui conhecê-lo mais quando ele era diretor. Nunca trabalhei — nunca trabalhei — com o Diretor Paulo Roberto Costa como subordinado ou em algum grupo em que ele tenha sido meu chefe nesse período. Eu trabalhava na área de engenharia e o Diretor Paulo Roberto era da área de negócios, que é como a gente chama, das atividades-fim. Então, o Diretor Paulo Roberto... Nós éramos como prestadores de serviços para a área dele.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conhece o Sr. Alberto Youssef? Já o encontrou ou teve conhecimento de que ele tenha estado nas dependências da PETROBRAS? Caso positivo, sabe dizer qual o período e de que assunto tratou?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. Não conheço e nunca o encontrei, nunca vi, não sei.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Como foram divididas as responsabilidades entre a Diretoria de Abastecimento e a Diretoria de Engenharia em relação às obras da Abreu e Lima?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Bem, o projeto da obra da Refinaria Abreu e Lima é um projeto extremamente complexo em que nós formamos um grupo. Eu tinha abaixo de mim... Na realidade, são cinco gerências de instrução, gerências de empreendimentos. Esses cinco gerentes de empreendimentos... A nossa função era fazer com que as obras acontecessem, fazer com que os cronogramas fossem cumpridos e cuidar da qualidade da obra, cuidar para que ela, entrando em operação, produzisse adequadamente, como aconteceu. Essa é a função da engenharia. A área do abastecimento... Hoje as áreas de negócio na PETROBRAS são responsáveis pelo orçamento da unidade e pelo, digamos, planejamento integrado. Por exemplo, para a refinaria começar a operar, nós temos que comprar o petróleo, vender os derivados. Então, nesse período, quem tem que programar os navios, quem tem que fazer a colocação dos produtos, quem tem que trabalhar no externo, digamos, do intramuros, que é a construção propriamente dita? É o abastecimento. Então, o abastecimento é o responsável para que aquele negócio aconteça na data que está prometida de acontecer. E o nosso grupo de engenharia tem que cuidar das interfaces, tem que cuidar para que os equipamentos cheguem no tempo programado, gerenciar todos os riscos, que estão no dia a dia, de implantar um projeto dessa natureza. Nós tivemos 50 mil pessoas trabalhando dentro do *site*, 50 mil pessoas, ou seja, tem que levar comida para essa pessoa, tem que levar as pessoas para colocar lá no trabalho e deixar com que as pessoas não se acidentem no dia a dia do seu trabalho. O nosso trabalho da engenharia eu vou dizer que era um trabalho intramuros. Tinha que fazer com que aquela refinaria entrasse em operação. Para isso, nós ficávamos lá — eu fiquei — muitos dias de



segunda a sexta, principalmente nos anos de 2013 e 2014, de 6 da manhã às 9 da noite dentro do *site* para poder fazer a refinaria funcionar.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ainda sobre a Refinaria Abreu e Lima, é nomeada uma comissão de licitação para a contratação de cada unidade? Existe uma coordenação dessa comissão? Como são indicados o coordenador e os membros dessa comissão de licitação?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Bem, o processo de contratação na PETROBRAS é um processo extremamente rígido sobre suas fases e sobre sua forma de fazer. E é uma atividade muito — como é que posso dizer? — detalhada, define-se passo a passo o que tem que ser feito. Inicialmente, é definido o plano de contratação de um projeto ou de vários projetos, como foi no caso da Refinaria Abreu e Lima. No caso da Refinaria Abreu e Lima, nós soltamos praticamente todos os projetos de uma forma simultânea no início de 2008. E esse projeto, em 2008,... Então, nós definimos para cada dessas unidades como ia ser feito, quem seriam as empresas a serem convidadas e como é que isso seria feito. Uma vez isso aprovado na Diretoria Executiva da PETROBRAS, isso volta para o empreendimento, aquele órgão que está abaixo de mim. Na estrutura, é a diretoria, o diretor, o gerente-executivo, o gerente-geral, os gerentes e os gerentes setoriais. Para se ter uma ideia, na minha equipe nós tínhamos 1.100 pessoas trabalhando no gerenciamento da refinaria. São 1.100 divididos em cinco empreendimentos, da ordem de 200 pessoas em cada empreendimento. Bem, uma vez feito isso, o gerente do empreendimento que vai cuidar daquele projeto nomeia uma Comissão de Licitação. Essa Comissão de Licitação envia os convites, responde a todas as perguntas durante o certame. E, uma vez que ele responde a todas as perguntas do certame e tal, tem o dia em que ele recebe as propostas. E esse é um ponto muito importante que eu queria destacar para vocês. No dia do recebimento das propostas, chamam os concorrentes, eles trazem as propostas. A Comissão de Licitação abre essas propostas. Uma vez que a comissão abre os preços, ela precisa classificar a proposta. Imediatamente após ela abrir as propostas, ele recebe um envelope lacrado, que ninguém sabe o valor ainda, de outro grupo, que não é esse, é um grupo independente especializado na estimativa de custo. Esses valores é que são os valores balizadores que vão definir as propostas que são aquelas aceitáveis e



aquelas que não são aceitáveis. Então, naquele momento é que é conhecido o valor do orçamento da PETROBRAS. Se as propostas estão dentro dos valores ou da margem estabelecida no orçamento, a comissão dá prosseguimento. A comissão dá prosseguimento ao processo, negocia, conclui o relatório da comissão, fecha o relatório. Os membros dessa comissão... Inicialmente, nós tínhamos pessoas da PETROBRAS, da engenharia e do abastecimento que fazem parte da Comissão de Licitação. Isso aconteceu nos primeiros processos. A partir de 2010, se eu não me engano, 2010, os processos de 2010, quando a Refinaria Abreu e Lima S/A já tinha, e o orçamento estava na Refinaria Abreu e Lima, também tinha um membro da Refinaria Abreu e Lima. Isso foi até dezembro de 2013. Então, nós tínhamos membros da engenharia, do abastecimento e da Refinaria Abreu e Lima, que era o outro grupo que cuidava também do projeto. Uma vez fechado, a comissão negocia. Ela é autônoma para fechar os seus valores. Uma vez fechou, ela termina o relatório, ela pega esse relatório, encaminha para a área jurídica da PETROBRAS, que é um outro departamento que avalia esse relatório. Se o relatório está o.k., se não tem pendência ou recomendação, o jurídico faz as suas observações. A comissão tem que: ou atende integralmente o relatório, ou se tem algum ponto que ele não está atendendo, que não atendeu integralmente, quais são as medidas mitigadoras que a comissão tem que tomar para atender àquele ponto do relatório. E, com isso, o relatório fica pronto. A partir daí, também esse mesmo relatório pronto vai para a nossa área de desempenho empresarial. A área de desempenho empresarial vai verificar qual é a aderência daqueles valores com o que está aprovado no plano anual de negócios para aquele projeto. Se nós temos um projeto que, do ponto de vista negocial ou jurídico, está correto, se ele tem um valor de acordo com o que está programado no seu plano de negócios, tanto para o projeto quanto para o ano, ele vai fazer o quê? Ele vai completar o relatório, vamos preparar, e esse relatório nós preparamos. O papel do gerente-geral é verificar se todo o rito foi cumprido. Então, a obrigação minha e do setor que trabalhava direto comigo, um setor voltado para essa área de contratação, checa ponto a ponto, através de uma lista de verificação, que deve ter uns 30 itens para checar. E isso, uma vez checado, o gerente-geral rubrica, falando que está tudo atendido dentro daquela lista...



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E em todo esse período desse volume de licitações que ocorreram, em algum momento V.Sa. foi procurado por alguém alegando ou denunciando ou reclamando que teria ocorrido problemas no processo de licitação para esse empreendimento?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, não para esses projetos a gente não tem esse tipo de denúncia, porque quando a gente tem esse tipo de denúncia, Deputado, a gente tem que parar e apurar as causas da denúncia. E aí a PETROBRAS, por exemplo, se alguma empresa praticou isso, ela vai ou para uma suspensão ou para a análise da conduta ilegal.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. saberia dizer qual o número de licitações que ocorreram nesse empreendimento?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Dos contratos principais, a gente pode dizer que teve da ordem, acho, de umas 50 licitações.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sem nenhuma reclamação de nenhum?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sem reclamação.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Como são feitas as medições dos serviços executados? É possível fazer medições e solicitar o pagamento das obras sem aprovar previamente o aditivo contratual?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Deputado, eu só queria completar a pergunta anterior, para não restar dúvida. Depois que a comissão fechou toda a negociação, os gerentes gerais... Porque tem um gerente geral... É sempre em conjunto: engenharia e abastecimento. Então, no caso lá, eu rubricava o documento — e o meu par, na época, no início, era o meu colega Wilson Guilherme —, o Wilson Guilherme rubricava, e os nossos dois gerentes executivos, no caso o Pedro Barusco e a Venina, encaminhavam para a Diretoria Executiva da PETROBRAS. Ia para o *board* da Diretoria, porque esses contratos todos são acima de 30 milhões. E contratos acima de 30 milhões são de competência da Diretoria Executiva. Bem, voltando então à sequência da questão dos aditivos: não, não existe a possibilidade. E vocês devem ter visto várias declarações da PETROBRAS falando que ela não tinha dívidas com as empresas; em muitos casos, falando, quando vocês viram, a gente está vendo várias empresas que estão reclamando que deixaram de receber da PETROBRAS. E a PETROBRAS disse: “Não, não deixou de receber porque eu



não tenho o que lhe pagar". Por quê? Porque um aditivo só vai existir... Ou seja, o que é um aditivo? Um serviço adicional que foi feito que não estava pactuado originalmente no contrato. Então, esse aditivo só vai ter validade no momento em que ele tiver sido assinado. Fora isso, não tem instrumento para pagar lá dentro do contato. Nós temos um sistema que é um sistema todo, como se diz, de uma forma digital, eletrônica, em que o projeto é todo distribuído em pontos, e cada serviço é transformado em ponto. Aí o fiscal, lá no campo, tem que chegar e ticar que aqueles pontos foram executados. Uma vez executado o ponto, aquele dinheiro vai estar possível de ser medido. Aí a empresa tem que apresentar os seus relatórios, a fiscalização tem que atestar, e, uma vez atestada, é feito o pagamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - De acordo com o depoimento do Sr. Paulo Roberto Costa, a margem de referência dos contratos seria menos 15% a mais 20% do valor estimado pela PETROBRAS. Segundo ele, as empresas participantes da licitação não tinham conhecimento, de antemão, desse valor. Em suas palavras, esse grupo, comissão de licitação, era muito fechado e muito correto. Abre aspas: *"Nunca tive nenhuma referência de ter havido vazamento de informações, e mesmo qualquer diretor da PETROBRAS ou o presidente, se solicitasse a essa comissão a ter o preço antecipado, a resposta não ia ser positiva"*.

Como o senhor avalia essa informação?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Bem, essa informação é verdadeira, porque, como eu falei do processo, ninguém sabe o nome, nem nós — eu lá, como gerente-geral do empreendimento, ou o gerente do empreendimento, ou a pessoa da própria Comissão de Licitação — sabemos o valor que vai sair da área de estimativa de custo. Isso vem num envelope lacrado. E esse envelope lacrado que é apresentado. Na CPI de 2009, eu estive aqui. Quem estava comigo é o meu colega lá da estimativa de custo. E ele explanou muito bem como é que era esse processo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Os acusados da Operação Lava-Jato se referem ao item do orçamento das obras chamados BDI — Benefícios de Despesas Indiretas. V.Sa. poderia esclarecer a esta CPI o que isso significa e que percentuais são operados no mercado? No mercado e no empreendimento da RNEST.



O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu vou tentar aqui puxar pela memória, Sr. Deputado. Eu não sei se eu sei responder completamente a essa questão. Mas o BDI é a bonificação referente às despesas indiretas que se tem na obra. Então, o BDI — isso foi dito, eu acho que talvez possa ter até alguma confusão nesse tema — é composto de uma série de itens. Inclusive esse foi um dos temas de grande discussão com o TCU, sobre o valor do BDI, e o valor é considerado. A PETROBRAS, como que ela faz os seus orçamentos? O orçamento da PETROBRAS, ela vai lá e calcula o BDI que tem na empresa. Então, esse é o BDI. Como a PETROBRAS vê, para aquele projeto específico, ela vai e calcula todos os componentes do BDI. Eu vou até ver se eu encontro aqui, daqui a pouco, todos esses componentes. E esses dados do BDI, eu vou explicar um dos temas muito recorrentes dessa nossa discussão de valor, que é o chamado BDI de fornecimento. O TCU normalmente tabela que o BDI é 10%, 10,2% era inicialmente. Nas discussões nossas com o órgão, para esclarecer e colocar essas informações, nós mostramos que, no caso do setor petróleo, no caso desses projetos complexos, que são os projetos que a gente fez na refinaria, são projetos, e isso não é uma simples intermediação. Se eu compro, no caso da estrada, eu vou lá e compro o asfalto e revendo o asfalto, está correto ser simplesmente uma simples intermediação. Mas, quando eu tenho um equipamento que ele demanda engenharia, que a gente chama de equipamento engenheirado, uma torre de cem metros de altura, cheia de bandejas intermediárias que são dimensionadas — e tem que ter muitas reuniões com os seus fornecedores —, que tem uma centena de bocais, ou seja, de saídas do lado dessa torre, então, isso tudo torna o processo mais complexo. Inclusive teve uma resolução que o TCU abriu e passou para o BDI, poderia para projetos simples, médios e projetos complicados. E aí é muito interessante, eu acho que é uma coisa para a gente falar, Srs. Deputados, que é o seguinte: a PETROBRAS compra dentro do seu orçamento, está certo? Como as empresas fazem o seu custo, é uma maneira que cada empresa usa uma forma de fazer o custo, mas a PETROBRAS compra, dentro do seu orçamento e nunca compra acima dos valores estabelecidos. Então, quando se fala em margem de menos 15%, mais 20%, como foi colocado, é como se a PETROBRAS tivesse estimado o custo da unidade de coque lá dentro da refinaria. Essa unidade de coque... O que para nós é aceitável? Desde um preço



mínimo, ou seja, eu tenho um preço de referência, e, dentro desse preço mínimo, quem me ofertar abaixo desse preço mínimo, se eu contratar e não tomar algumas providências, o que vai acontecer? Essa empresa pode não entregar a obra. Então, o prejuízo e o risco que essa empresa vai dar será muito maior. Qual é o limite superior? O limite superior, no caso como foi colocado, de 20%, mas, dependendo do projeto — em alguns casos, a gente tem um pouco menos, ou se o grau for menor pode até ser um pouco maior —, esse valor é o limite, é o teto. Ou seja, este aqui é o valor que deve ter muitos riscos e esses riscos estão indicados através de uma contingência, em função do tamanho do projeto, da sua complexidade, dos seus materiais e da disponibilidade da mão de obra capacitada para fazer aquilo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

Eu vejo que o nosso depoente é uma pessoa extremamente inteligente, e as perguntas do nosso Relator, fantásticas. Mas se o senhor pudesse ser mais direto, mais sintético, mais simples, facilitaria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k., Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em novembro do ano passado, V.Sa. foi afastado do cargo de Gerente de Implementação de Empreendimentos da PETROBRAS. Na sua opinião, o que motivou esse afastamento?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu e mais 11 pessoas, 12 pessoas, ou um pouquinho mais de pessoas — não fui só eu, Sr. Relator —, com cargos talvez muito mais importantes do que o meu. Mas o que aconteceu foi que a PETROBRAS fez uma comissão interna de apuração em função de tudo que estava ocorrendo na Operação Lava-Jato. Então, ela precisava identificar se havia alguma coisa errada dentro dos processos da RNEST. Essa comissão ficou cerca de 6 meses analisando esses processos e, no caso do Glaucio, a comissão fez três apontamentos: um apontamento referente a... Todos os apontamentos... E V.Exas. têm esse relatório; esse relatório tornou-se público, apesar de ser um relatório confidencial da PETROBRAS, está na Internet. E V.Exas. vão ver que não tem nada, nenhum desvio, nenhuma coisa sobre a minha pessoa. Esse relatório tem três pontos fundamentais. O primeiro deles, eu acredito até que houve uma confusão



dentro da própria PETROBRAS, onde nós já havíamos feito a licitação do contrato para geração de energia, chamado de CAFOR no processo. E, naquele momento, a PETROBRAS entendeu que o projeto da refinaria já havia saído... Nós estávamos sempre trabalhando naqueles 13,3 bilhões de dólares, o projeto da refinaria, só que o que estava aprovado dentro da PETROBRAS era 4 bilhões de dólares, 4.09. Então, mesmo já aprovado na diretoria o seu contrato, que estava todo de acordo com todos os ritos internos da PETROBRAS, ela, a PETROBRAS, falou o seguinte: *"Olha, vamos ter que fazer alguma mudança do projeto, porque precisamos fazer algumas simplificações."* Então, nós tínhamos geração de energia dentro da refinaria. Nós íamos gerar 200 megawatts lá dentro. Então, a refinaria precisava de... Qual o mínimo que a refinaria pode precisar? É 150. Então, os 50 eu negocio para comprar de fora. Foram feitas, então, algumas possibilidades, que ainda não eram definidas naquele momento, para que a gente fizesse esse processo. E nesse momento o que a comissão entendeu? A comissão entendeu que essa negociação não poderia ser feita no processo que já tinha sido aprovado na diretoria, uma mera formalidade. O que a PETROBRAS, através da área de abastecimento, nos tinha solicitado para a área de engenharia? Ela falou assim: *"Olha, eu preciso saber quanto vai custar essa redução antes de assinar qualquer contrato, se eu decidir reduzir."* Porque ainda não estava decidida a redução. Se eu reduzir... Porque, uma vez assinado o contrato, reduzir qualquer coisa num contrato de preço global, nós perderíamos capacidade de negociação. Então, foi feito, e feita uma ata com a empresa que falava: *"Olha, em caso da PETROBRAS..."* A PETROBRAS teria 2 meses para decidir se ia ou não fazer aquela redução. Então, esse foi um caso. Outra questão foi em relação à inclusão de empresas num processo já existente. Isso é uma forma normal que a PETROBRAS analisa. Ela tem um processo em andamento. Não é o caso da RNEST, a PETROBRAS inteira é assim. Digamos, uma empresa que tem muito interesse, ou se vê capacitada para fornecer, ou participar de uma licitação, ela manda uma carta para qualquer um da linha decisória. Pode ser o diretor, pode ser o gerente executivo, pode ser o gerente-geral. Uma vez, nós, recebendo essa carta, em benefício de aumentar a competitividade, aquela empresa que demonstrar capacidade, avaliamos naquele momento e aí se inclui a empresa. Essa foi uma delas. A comissão fez uma coisa errada, inclusive: ela atribuiu a mim



uma das atividades que não era da minha competência. Eu não estava na RNEST ainda quando um desses casos foi relatado. Então, existem essas falhas. E o terceiro, que, nas licitações de maior porte, nós não incluímos uma outra empresa. Não foi incluída uma outra empresa por conta da complexidade e de ter que recomeçar o projeto desde o zero, o que levaria mais 1 ano para fechar esse processo. E aí nós tínhamos a refinaria, mais de 1 ano além disso, em atraso. Esses três pontos colocados foram classificados — inclusive estão escritos em alguns locais — e são meramente do ponto de vista formal. Todas essas alterações que foram feitas por mim ou pela minha equipe que estava lá presente redundaram em redução do orçamento. Isso, aumentar a competitividade... Nós tivemos uma redução da ordem de 150 milhões de reais por conta dessas atividades que foram feitas. Esses processos, junto da Casa de Força... Reduzimos também o custo do seu projeto. E dos contratos grandes, a mesma coisa, nós baixamos mais de 40% do valor originalmente ofertado. Então, senhores, naquele momento, eu entendo, o cargo é da PETROBRAS. Eu sou engenheiro de equipamentos da PETROBRAS e estava como Gerente-Geral, e a PETROBRAS, no uso de suas atribuições, resolveu que eu não deveria ser mais gerente-geral.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. falou que 10, 12 pessoas foram afastadas naquele momento. A Sra. Venina foi afastada também junto nesse processo ou não?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O senhor teve conhecimento de quais as razões?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Hoje eu tenho por conta do relatório, que é público. Os senhores também têm, porque o relatório é público. No momento eu não sabia. E mais um detalhe: essa comissão interna foi formada, eu dei um depoimento e jamais tive a oportunidade, eu e os outros colegas todos que estavam lá, de prestar os esclarecimentos antes de o relatório sair. O relatório saiu, foi encaminhado para as diversas instituições, para o Ministério Público, para a Polícia Federal, para Curitiba, de uma maneira, que a gente pode ver, não das mais adequadas, como deveria ser.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. é réu em algum processo judicial ou administrativo que diga respeito às suas atividades na PETROBRAS?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Relator, está difícil a oitiva: ou o som está baixo ou o senhor está falando longe do microfone.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, eu estou falando normalmente. Vou pedir à equipe técnica... Eles já vieram aqui pedir para que eu falasse mais alto, mas não é um problema com a minha voz. Acho que esse microfone deve estar com algum problema. V.Exa. tem razão.

Mas, voltando aqui, enquanto a equipe providencia o conserto, V.Sa. é réu em algum processo judicial ou administrativo que diga respeito às suas atividades na PETROBRAS? Se positivo, sob qual acusação.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, não sou réu em nada.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em toda a sua carreira na PETROBRAS, V.Sa. respondeu a algum processo disciplinar na PETROBRAS?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E diretamente para a Refinaria Abreu e Lima, como V.Sa. avalia o aumento de custo da Abreu e Lima, de 13,4 bilhões de dólares até o valor de 18,5 bilhões de dólares? Poderia detalhar esse incremento de custo, mesmo que não num nível mais profundo de detalhe? Poderia detalhar o que justificou esse aumento de custo?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu acredito que eu consegui, quando eu vim ao Senado, fazer uma explicação, assim, mais entendível, porque eu acho que a PETROBRAS, quando passa esses números, de repente passa de uma forma que a gente entende de forma equivocada. Por exemplo, quando a gente fala hoje de 18,5 bilhões de dólares, a gente já pensa que a refinaria custa quase 60 bilhões de reais. Não é isso? Acho que isso passa na cabeça de todo mundo. Quanto são 18 bilhões de dólares? Sessenta bilhões de reais. Bem, cabe destacar aqui uma coisa. A refinaria foi contratada, acredito que mais de 90% dela, em reais. Então, o que é que tem na refinaria? A refinaria, contratada por 26 bilhões de reais... Eu até vou deixar aqui com o Deputado uma planilha que eu vou mostrar aqui, um gráfico. Este aqui é o gráfico que mostra em reais os contratos que foram feitos na refinaria até novembro, dezembro de 2014. Quando nós iniciamos a refinaria... Em



2009, eu vim aqui e falei que a refinaria iria custar algo próximo de 12 bilhões de dólares, a refinaria propriamente dita. Mas não eram 12 bilhões, era os 26 bilhões de reais que ela custaria, com os seus contratos mais o suprimento — aquele projeto que nós tínhamos naquele momento. Eu vou deixar aqui que a refinaria, hoje, está custando exatamente esses 26 bilhões. Em termos de contratos mais as compras, ela custou 26 bilhões de reais. Como é que a gente explica esse negócio de que ela saiu de 13 e foi para 18 e tudo o mais? Porque quando ela fez, nessa época... A PETROBRAS converte todos os seus investimentos para dólar, e o dólar na época valia 2,438. Este é um ponto. Só que toda vez que vem aqui... Os meus superiores já vieram aqui e falaram para muita gente: *“Olha, tem uma defasagem do dólar, tem isso, tem aquilo”*. Isso daí dá uma margem que é real, é verdade, porque, quando ela transformou em dólar, e no outro ano o dólar estava 1,6, e estava calculado por 2,4, aquele 1,6 representa menos reais do que seriam necessários para aqueles reais. Ou seja, é preciso de mais dólares. É uma coisa simples. Então, esse plano de contratação, que nós começamos lá em setembro de 2008, ele vem mostrando que atingiu os objetivos dos 26 bilhões. Essa é uma coisa. Agora eu vou passar para a questão do entendimento do dólar disto aqui. Eu vou dividir aqui, vou fazer um corte exatamente como eu falei, em julho do ano que passou. Está aqui. A partir de novembro de 2012, nós tivemos várias adequações de escopo, que viraram aditivos, como o senhor bem falou antes, e esses voltaram um custo a maior. Mas voltemos aos 13,3 para os 18,5, que são os valores oficiais em dólar com os quais a PETROBRAS trabalha. Bem, dos 13,3, nós tivemos adequação de escopo — têm que se ajustar, digamos, os insumos que vão ser consumidos na partida da refinaria, aditivos contratuais, 2,169 bilhões, que são referentes às alterações de escopo. Os projetos nossos previam algumas cláusulas de quantidades determinadas, que se variassem teriam que ser pagas, algumas mudanças que foram feitas em função da empresa que é a detentora da tecnologia: *“Não, aqui eu preciso que a ligação do hidrogênio, da planta de hidrotratamento do diesel com a planta de produção de hidrogênio, seja alterada”*. Então, mesmo com o projeto lá na frente, ocorrem esses aditivos contratuais, aditivos referentes às improdutividades e às impeditividades. Nós temos as 17 empresas trabalhando. Uma está lá com a equipe e não pode trabalhar porque outra está fazendo um determinado serviço que foi prioritário



naquele momento. Tem custo a maior? Tem custo a maior. Resposta do mercado. Nós estimamos que alguns contratos iriam custar a mais, e custaram a menos: tivemos uma redução de 247 milhões. Nessa época, nós tínhamos também uma contingência futura, ou seja, o que eu ainda posso ter na partida da refinaria. Quebra uma máquina, eu tenho que contratar um transporte de avião para trazer um compressor ou uma peça que está nos Estados Unidos ou na Europa, o que dá 336, um valor que não se tem, mas que poderia... Eu tenho que contingenciar. Bem, ainda havia naquela época uma previsão de 293 milhões de dólares referentes a uma variação cambial, e, com o câmbio do jeito que está, certamente isto aqui virou negativo, porque a diferença foi muito grande. O outro era uma parcela que nunca esteve nos nossos contratos, nas estimativas originais: os juros do financiamento. O juro do financiamento nunca esteve naquele valor original. Hoje, a PETROBRAS já computa os juros no projeto, o que dá 1,380 bilhão de dólares para o projeto. E mais um fator essencial para a viabilidade do projeto foi a desoneração tributária, através do REPENEC e do PIS/COFINS, que gerou uma economia de aproximadamente 1,6 bilhão de dólares. Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, essa é a parcela...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, na sua análise, não é real o discurso de que houve um brutal superfaturamento na obra.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não tem superfaturamento na obra, Sr. Deputado. Houve um acréscimo de... Isso não é superfaturamento. Superfaturamento é quando eu digo que uma coisa custa 10 e vendo por 15. Não. Aqui são custos reais incorridos na obra, não há 1 centavo pago que não tenha um serviço em contrapartida. Não existe na Refinaria Abreu e Lima um serviço pago sem ter contrapartida.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas o serviço pago pode ser pago a mais, embora tenha sido recebido. Você pode comprar este copo e ter pago mais. Recebeu, mas pagou mais.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. Eu vou tentar... Quando nós aceitamos e assinamos o contrato, ele está dentro daquela margem da PETROBRAS. Se ele está dentro da margem que a PETROBRAS estabeleceu, eu não compro pelo preço que a empresa ofereceu, eu compro pelo orçamento da



PETROBRAS. Então, se eu comprei pelo orçamento da PETROBRAS, é o valor real o que eu estou pagando, sem nenhum preço a mais.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, como gerente-geral do empreendimento, V.Sa. está aqui afirmando que, no seu entender enquanto gerente que acompanhou e que executou a obra, não houve superfaturamento. É isso?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, não, de maneira alguma. Não houve, porque os projetos todos foram contratados dentro das margens estabelecidas. Assinado o contrato, aquele contrato está valendo daquela forma, e o que se pagou a mais foi por serviços ou valores a que a empresa fazia justiça em receber. Era justo pagar.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Na oitiva aqui da Sra. Graça Foster, ex-Presidente da PETROBRAS, ela afirmou que há uma percepção equivocada de que os 2,4 bilhões de dólares inicialmente divulgados como sendo o custo da obra correspondiam ao custo total de uma obra desse porte, que se referia a um projeto que ainda não estava pronto, que era praticamente... Opinou-se, em termos de preço, numa ideia, porque nem o próprio projeto básico estava tão detalhado, não é? O que V.Sa. tem a dizer sobre isso? Porque, num determinado momento, jogaram o número de 2,4 bilhões de dólares, o que torna mais distante ainda o preço final do empreendimento.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Bem, a refinaria de 2,4 não existe, primeiro. A refinaria que existe é essa refinaria dos 13,3, que foi a refinaria aprovada.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas esse número, 2,4 bilhões, quando ele surge, ele surge de dentro da PETROBRAS.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Perfeito.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Aqui V.Sa. se refere a ele como erro, como uma precipitação, ou como um número sem nenhuma base de dados. Como V.Sa. justificaria quem pronunciou este número: 2,4 bilhões de dólares?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Esses 2,4 bilhões de dólares foram lá da fase inicial da refinaria. Foi lá em 2005, início de 2005, se eu não me engano, que esse número foi produzido. Com esse número produzido lá em 2005, havia um projeto de intenção de se construir a refinaria. Então, com a intenção de se



construir a refinaria, pegou-se um número, talvez tantos mil dólares por barril, para uma refinaria deste porte, de 200 mil barris: 10 mil dólares por barril dariam 2 bilhões de dólares. É isso o que eu imagino que pode ter acontecido. A área que... Eu acredito que, como não é da minha competência esse número, Sr. Deputado — esse número veio da área do Abastecimento —, eu acho que eu não sou a pessoa mais indicada para defender esse número.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas V.Sa. poderia afirmar que este número, 2,4 bilhões, quando ele é dito, ele é dito sem uma base técnica de projetos. Quer dizer, foi uma irresponsabilidade falar este número de 2,4 bilhões sem ter um projeto básico, apenas no “achômetro”?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu vou tentar explicar de uma maneira um pouquinho diferente, Deputados. Existe na PETROBRAS aquela forma de conduzir o empreendimento que a Presidente Graça, inclusive, nas apresentações que fez aqui, ela colocou. O primeiro projeto, de 2,4 bilhões, era um projeto que foi feito lá em 2005, e foi um projeto colocado como só o projeto conceitual: vou ter uma refinaria, quero uma refinaria de 200 mil barris. Não se tinha mais nada. Certamente, esse primeiro número é aquele primeiro número para começar a fazer o seu projeto. Quero comprar um carro. Quanto custa esse carro? Custa 50 mil. Aí eu vou para a segunda parte, que é a nossa... Essa primeira parte era a parte referente à oportunidade de ter o projeto. A Presidente fez um quadro em que ela colocou as configurações da refinaria e foi colocando a cada etapa o que havia. Bem, esta foi a primeira etapa, a oportunidade: *“Eu quero fazer uma refinaria. Quanto custa uma refinaria? Dois bilhões de dólares”* — esses 2,400 bilhões de dólares. Num segundo momento, ela já faz um projeto conceitual, e nesse projeto conceitual ela já define mais as unidades: *“Olha, é uma unidade de destilação atmosférica... Vou comprar energia fora, vou comprar algumas utilidades fora, vou comprar água, vou comprar...”* E se desenha um determinado modelo nesta segunda fase. Nesta segunda fase, o projeto já vai para 4 bilhões, 4,05 bilhões. Quando ela percebeu o que iria ter, fez as suas correções e passou para 4,05 bilhões. A fase três é quando a empresa decide efetivamente implantar. Ela decide implantar, de fato, a refinaria quando ela aprova a fase três, e nessa fase três ela já tem o projeto básico, ou já tem grande parte dos projetos básicos. Esse processo vai de 2007 até



2009. Até 2009 vai a discussão sobre a fase três do seu projeto. Isso mostra aquela dificuldade, Sr. Relator, que eu mostrei anteriormente, quando se falou que a casa de força era cara e tudo o mais, porque nós estávamos no ano de 2009, no início ainda, meados de 2009, e desde 2008 nós já sabíamos que a refinaria custaria os 13,3, e a PETROBRAS estava na transição da aprovação do projeto, da fase dois para a fase três. Essa é a forma como foi feito, tanto que os projetos, a maioria dos contratos, acabam sendo assinados... Quer dizer, tudo é feito, tudo é deixado preparado, tudo é feito e assinado após a aprovação do orçamento dos 13 bilhões de dólares. Antes dos 13 bilhões de dólares há somente alguns poucos contratos assinados, contratos que poderiam ser reversíveis.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O.k. Então os 2,4 bilhões de dólares surgem numa fase conceitual. V.Sa. está afirmando que, no contrato, quando ele é assinado para a construção, o orçamento já era de 13,3 bilhões de dólares?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Correto.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa., que trabalhou nesse empreendimento... A PETROBRAS levou 30 anos sem construir uma refinaria. V.Sa. acredita que houve aí uma defasagem de conhecimento técnico para um empreendimento desse montante, que pode ter resultado de informações desconstruídas, como esta do projeto conceitual de 2,4 bilhões de dólares e um contrato assinado da ordem de 13,3 bilhões de dólares?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu gostaria de tentar, Sr. Relator, não pelo fato dos 30 anos, desassociar as fases. Essa fase da identificação da oportunidade é aquela fase do “vamos fazer alguma coisa”. E a outra é a de quando nós já sabemos o que vamos fazer. Isto é um fato. Estar 30 anos sem fazer um projeto da envergadura da RNEST é evidente que traz não uma defasagem técnica — não vou colocar uma defasagem técnica —, mas até um preparo de todas as empresas que trabalham conosco...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente... Presidente... *(Pausa.)* Sou eu, aqui à sua direita. Eu só queria fazer uma solicitação — nós já estamos aqui há mais de 1 hora e meia — ao nosso nobre Relator — nós temos respeito pelo trabalho dele —, para que ele pudesse circunscrever, se possível, os questionamentos e as respostas deste senhor que está aqui depondo hoje às



questões que realmente envolvem a corrupção e as suspeições que existem em Abreu e Lima. Porque nós estamos aqui de novo, como quando o Sérgio Gabrielli veio aqui, dando uma aula acadêmica dos impactos do petróleo. Já fizemos até análise da evolução do valor do dólar! Talvez fosse melhor chamar o Alberto Youssef para falar de dólar, e não o gerente da Abreu e Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, Deputado Onyx. Mas, sinceramente, eu acho que o Relator... Inclusive, quero cumprimentá-lo pela excelência das perguntas que estão sendo feitas ao depoente.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quando for votada aqui a convocação do Alberto Youssef, ela terá o meu voto favorável.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Já votamos, já votamos... Só falta marcar a data.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas aqui a pergunta se refere a um anúncio de 2,4 bilhões de dólares e um contrato assinado na ordem de 13,3 bilhões de dólares. Isso é o objeto central de que é feito o discurso do superfaturamento. Então isso tem muito a ver.

Agora, avançando aqui, muito se fala nas especificidades dessa refinaria como causa do aumento de custo da implementação do empreendimento. As investigações da Operação Lava-Jato e os procedimentos apuratórios do Tribunal de Contas da União apontam a majoração de forma ilícita, principalmente em decorrência de possível cartelização das empresas vencedoras dos contratos e de alguns gestores da PETROBRAS articulados em esquema de corrupção.

V.Sa. considera possível justificar os custos totais após essas investigações e após as confissões contidas em depoimento da delação premiada?

GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Bem, hoje, quando a gente lê os jornais, parece que é muito fácil — tem delação premiada, tem isto — a gente fazer as suspeições. Vamos voltar ao ano 2008, 2009, quando esses projetos foram feitos. Todos os processos licitatórios ocorreram de uma forma transparente, de uma forma que as empresas participaram, que os valores... Nós não contratamos nada acima dos valores da estimativa da PETROBRAS. Não tem nada, nada, comprado fora da estimativa da PETROBRAS. Então, o que se percebe é que, dentro dos



procedimentos da PETROBRAS... Eu lá, como gerente-geral, e meus gerentes que estão lá, que trabalharam comigo e tudo o mais, nós jamais desconfiamos desse tipo de cartelização. Por quê? Os projetos de grande porte que... as empresas que fizeram de grande porte — e hoje a maioria está citada nessas delações premiadas e tudo o mais — são as empresas com capacidade para fazer aquele tipo de obra. Ora, não existe, ou existem poucas empresas hoje no Brasil que podem ter, digamos, 10 mil empregados trabalhando e que... Eu queria que vocês fizessem uma observação. Imaginem 10 mil funcionários que têm que estar colocados às 7 horas da manhã lá para trabalhar e que em 2 horas têm que se alimentar, na hora do seu almoço. É uma coisa espantosa. Senhores, então vejam só: os custos da refinaria estão compatíveis com os valores e com o tamanho do serviço que estavam ali. Então esse tipo de indagação a gente jamais tinha identificado. Por quê? Caso tivesse um processo de cartelização chegado a nós, ou pelas nossas auditorias, ou por uma denúncia na época, certamente isso não seria feito dessa forma. É evidente que não seria feito.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu queria de V.Sa. uma opinião. O senhor acredita que a atual forma de contratação da PETROBRAS, baseada no Decreto nº 2.745, de 1998, pode facilitar a ocorrência de fraudes?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu acredito que não. Por quê? Não só o decreto. Não é o decreto que vai facilitar fraude ou outra coisa.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Então não houve superfaturamento.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não houve superfaturamento.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Em nada.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Na refinaria, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Paulo Magalhães, a palavra está com... Deputado Paulo Magalhães!

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - V.Exa. já superou as expectativas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, eu estou falando do decreto, se o decreto, na sua...



O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - O decreto, ele não... Nós entendemos, nós técnicos, porque eu sou da área técnica... A área técnica, ela se baseia numa série de procedimentos internos da própria PETROBRAS. Nós precisamos entender que aquilo funciona, e funciona direito. Então existe um cadastro da PETROBRAS onde as empresas estão lá habilitadas para fazer aquele tipo de trabalho. Então nós, quando convidamos para um determinado projeto, nós já vamos selecionar a família e saber que não vai ter nenhum aventureiro naquele projeto. Eu não posso fazer um projeto como esse de 13 bilhões e ter uma empresa que dá um preço e ganha aquilo lá e depois não performa e compromete a refinaria como um todo. Então eu não acho que é existir o decreto ou não o que vai fazer.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O consórcio responsável pela realização da terraplanagem foi composto de quatro grandes empreiteiras que posteriormente teriam, segundo denúncias, pactuado grandes contratos para a execução de outras obras na Abreu e Lima. Houve combinação nesse sentido? V.Sa. tem conhecimento disso? V.Sa. forneceu ou sabe quem teria fornecido informações privilegiadas a respeito das condições da obra, em especial sobre a necessidade de aditivos? Porque a questão relativa à terraplanagem é um dos objetos muito questionados pelos órgãos de controle.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Perfeito. A terraplanagem é um projeto que foi muito discutido, e na questão da terraplanagem existiu, assim, também uma repercussão de um assunto que dependia muito de entendimento entre a PETROBRAS e o TCU. Nos anos de 2007 e 2008, eu acho até que 2009, nós tínhamos uma dificuldade grande de poder acertar e conversar de uma forma muito mais técnica com o TCU para esclarecer a forma como nós contratamos e nós entendermos a forma como ele nos fiscalizava. Se eu não combino a forma, se não sei, se não há uma regra específica ou uma norma específica para as auditorias, pode-se gerar uma diferença grande. Então, para se ter uma ideia do que foi, o primeiro sobrepreço que o TCU disse que havia na obra da terraplanagem foi de 148 milhões de reais, num contrato de 400, um valor que deixou todo mundo abismado e tudo o mais. Nós, paulatinamente, fomos esclarecendo ao TCU, ponto a ponto, os entendimentos. Existe ainda, até hoje, uma pendência, que é de 19 milhões de reais. Então, os 148 milhões viraram 19 milhões. Nós repactuamos preço, nós fizemos



discussões, nós acertamos entendimento, e restaram 19 milhões ainda em discussão. A PETROBRAS exigiu das empresas um seguro-garantia, e, ao final, se isso não for feito, se não chegarmos a um entendimento, serão descontados os 19 milhões através do seguro. Então, todas as medidas foram tomadas. E mais: as empresas realmente participaram do consórcio de terraplanagem, e nas novas licitações que foram feitas as participantes ganharam alguns dos contratos de construção das unidades, mas, se nós imaginarmos o que representa a terraplanagem no contrato da montagem de unidade de coque, é muito pouco. E mais: todas as informações disponíveis na etapa da terraplanagem foram encaminhadas para todas as empresas participantes. Então, esse fato, a gente vê que não houve informação privilegiada, um receber uma informação e o outro não receber a informação. No entendimento da área técnica, essa afirmativa não procede.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em depoimento a uma outra CPI, o Sr. José Carlos Cosenza afirmou que a obra da RNEST teve por volta de 390 aditivos nos 33 principais contratos referentes à obra da Refinaria Abreu e Lima. Como V.Sa. justifica a existência de tantos contratos e, especialmente, de tantos aditivos nas obras da refinaria? Esses contratos e aditivos, ao ver de V.Sa., têm uma lógica? Estava estimado pela PETROBRAS que eles iriam ocorrer? Foi algo que surgiu no correr da obra, ou era previsível isso?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu tenho um número aqui que está um pouquinho diferente. Talvez seja a data. Estamos falando de 396 aditivos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Aumentou um pouquinho.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - É. Como é que estão distribuídos esses aditivos? Eu vou fazer aqui também uma distribuição, em que 11% desses aditivos estão vinculados ao chamado REPENEC, que é a desoneração tributária. Então, o que é que acontece? Toda vez que a gente faz qualquer mudança no contrato, eu tenho que fazer um aditivo. Então, 11% desses contratos estavam referidos aos REPENEC. Bem, e como é que estavam distribuídos esses aditivos? Valor: nós temos aditivos de valor, que representam 33% dos aditivos. Prazo e valor: ou seja, mexeu no prazo e também mexeu no valor, 9% dos aditivos. E 23% referentes a prazo, só deram mais prazo, ou renegociaram, ou discutiram prazo, sem



custo ou valor envolvido. Outros vão estar vinculados a mudança do CNPJ, alteração na estrutura analítica de projeto, cessão de direitos e obrigações, adequação de uma cláusula contratual, por exemplo a cláusula referente às multas por comunicação de acidente de trabalho, que não era muito adequada e teve que ser feita... Se muda uma cláusula dessas, contratual, você vai mexer em todos os contratos, então todos os contratos precisam dessa cláusula. E alteração de composição de consórcio. Um consórcio hoje formado por algumas empresas resolve mudar a participação no consórcio. Ele faz a proposição, ela é analisada e é aprovada, ou não. Bem, dentro dessa lógica, eu vou falar agora daqueles que talvez importem mais, que são aqueles de valor. Era previsível ter aditivo de valor? Sim, era previsível ter aditivos de valor; e nós, em função do tipo do contrato, nós fizemos aditivos de valor. Por quê? Esses contratos nossos, a maioria deles, têm uma cláusula que a gente chamou de quantidade determinada de alguns itens que compõem o projeto. Para que servia a quantidade determinada? Servia para nivelar as propostas. Se eu faço um projeto que não tem as quantidades determinadas, cada empresa pode fazer uma interpretação e variar o seu risco daquele projeto de uma maneira muito grande. Quando nós nivelamos as quantidades determinadas, eu digo para a empresa: *“Olha, quando nós terminarmos o projeto de detalhamento para essa atividade, ou quando ela estiver 90% pronta, nós vamos fazer o take off final, a contagem final desses materiais”*. E vamos falar o seguinte: *“Olha, se deu mais, eu vou pagar, e, se deu menos, eu vou descontar. Vamos negociar esses itens”*. Para cada contrato é isso. Então, um contrato tem que ter um aditivo para obras civis, para quantidade de concreto, para quantidade de estrutura metálica, quantidade de tubulação, quantidade de cabo elétrico... Então poderia haver vários aditivos no mesmo contrato para atender a esses itens. Esta é a grande origem dos aditivos dos contratos. Na RNEST, o objetivo era o seguinte: qualquer alteração deveria ser feita no prazo mais rápido possível. Não era para, como acontece em alguns projetos de engenharia de grande porte, você ir fazendo o contrato e, quando chegasse lá no fim do contrato, fazer uma discussão enorme sobre aqueles itens que ficaram para a discussão e que levam anos em discussão.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E que custo representaram os aditivos que implicaram aumento de custos?



O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Deixe eu ver se tenho o valor. O valor dessa data de referência que eu tenho, que é novembro do ano passado — acredito que não tenha mudado muita coisa além disso —, é, num valor total de contrato de 20 bilhões de reais, 396 aditivos. O valor desses aditivos, considerando-se aditivos mais REPENEC, foi da ordem de 4 bilhões de reais, 20% da soma do valor total dos contratos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E quem negociava os aditivos? Era V.Sa., era a sua gerência, era a diretoria de Abastecimento? Quando implicava um aditivo com majoração de preços, quem é que negociava esse valor?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Aqui há que ser falar da governança na PETROBRAS também, Sr. Relator. Bem, até 2012, junho de 2012, até o ano de 2012, os aditivos — e o senhor vai ver aqui que praticamente não houve aditivo na refinaria até novembro de 2012, que o valor dos aditivos era irrisório para o projeto como um todo —, esses aditivos eram... Como é que funciona? Uma vez que temos um contrato... A gente tem uma gerência de empreendimentos, e essa gerência de empreendimentos é o gerente de contrato. Então, a PETROBRAS tem dois responsáveis únicos pelo contrato: do lado da PETROBRAS, um gerente do contrato; do lado da empreiteira, da empresa, ela nomeia uma pessoa. Algumas empresas a chamam de gerente de contrato, outras empresas chamam de diretor de contrato. Essa é a pessoa que discute todas as questões relativas ao contrato que existe entre as duas empresas, entre a PETROBRAS e a empresa. Até 2012, todos os pleitos, pedidos, mudanças de ajuste eram mandados diretamente dessa pessoa ou de alguém da fiscalização, porque embaixo dessa pessoa existe uma fiscalização técnica. Existe o lado da empresa e o lado da PETROBRAS. Essa empresa manda para a PETROBRAS, para aquele grupo de fiscalização, e o grupo de fiscalização começa a analisar. Até esse momento, até 2012, para a Refinaria Abreu e Lima, que foi um dos projetos onde mais se exercitou isso, toda alteração ia para um documento chamado SMP — Sistema de Mudança de Projeto. Então, qualquer alteração — tiro este copo daqui para cá —, com custo ou sem custo, ele entra na área da SMP, para que a gestão da mudança possa ser feita internamente, porque, às vezes, tirar um copo de um lugar para outro, pode não ter custo, pode ser mais fácil, mas pode gerar um risco



para o projeto, depois, em operação. Então, tem que passar pelas áreas técnicas, depois pelas áreas de custos para ser analisado. Essa gestão do processo SMP é gerenciado pela área do abastecimento, pelo meu par, lá na área do abastecimento. Quer dizer, do jeito que tinha o Glauco, tem um outro gerente-geral na área do abastecimento, e esse gerente-geral faz essa ideia. Em função do valor da SMP, se foi um valor pequeno, ele é decidido localmente. Até se for uma SMP... Digamos, como nós tivemos, incluir mais uma célula na torre de resfriamento custa 20 milhões. De quem é a competência? A competência é do diretor. Então, a competência dele vai até 32 milhões e, acima de 32 milhões, é da diretoria executiva. Bem, então, até 2012 era assim que funcionava. Uma vez identificado que tem que fazer aquela mudança, é criada uma comissão de negociação do aditivo, o mesmo tratamento que é dado para uma licitação. Por quê? Um aditivo é como se fosse um apêndice que eu estou fazendo no contrato. Um aditivo de contrato é seguinte: a gente analisa primeiro, *"Precisa fazer?"* Então, a resposta da SMP vai ser esta: *"Precisa fazer."* Segundo: *"Tenho que fazer com essa empresa que está aí?"* E terceiro: *"Se eu puder fazer com outra, eu vou fazer com outra"*. Na maioria dos projetos de grande porte, é muito eu colocar uma terceira empresa para fazer uma parte do projeto. Pode gerar interface. Gerar interface é risco, e risco representa dinheiro a mais no contrato. Então, esse é o ponto que a gente tem trabalhado para isso. Então, é criada uma comissão, essa comissão é designada pelo gerente do empreendimento, e esse gerente de empreendimento nomeia essa comissão, analisa os atos da comissão e vai prosseguir do mesmo jeito. Em função do valor desses aditivos, depende dele o nível de competência. Pode ser do próprio gerente local, lá da refinaria, pode ser do gerente-geral, pode ser do gerente executivo, do diretor ou da diretoria executiva. Pelo porte da Refinaria Abreu e Lima, a grande parte, para não correr o risco de errar e falar que 100% ou 95%, a maioria desses aditivos foram ao nível de diretor ou diretoria executiva, pelo porte desses valores de contrato. Então é esse. Digamos, o gerente-geral, o que tem que fazer? Ele tem que fazer com que essas coisas andem a tempo e a hora para que a coisa aconteça. A partir de 2012, logo no início de 2013, a PETROBRAS mudou a sua gestão. Então, qualquer pleito de qualquer empresa é encaminhado ao diretor, aos diretores. Manda para o diretor, no caso o Diretor de Engenharia, Tecnologia e Materiais, e para o par dele que era o



Diretor do Abastecimento. E, nesse momento, o diretor decide se aquela SMP deve ser analisada ou não. Ele tem a prerrogativa de algumas coisas falar: *“Isso eu não vou nem analisar, porque isso aqui é improcedente”*. E manda para as áreas subsequentes. Cadastra através de um sistema interno da PETROBRAS. Nisso, vai descendo, chega para o gerente-geral, que repassa para o gerente do empreendimento, pedindo que ele analise aquilo dentro de uma determinada comissão. Antes, a comissão faz um parecer técnico, e esse parecer técnico a gente manda para o gerente executivo, que fala: *“Estou de acordo”* ou *“Não estou de acordo”*. E com isso volta para *(ininteligível)*. Bem, uma vez cadastrado no sistema — e essa talvez seja a mudança mais importante da gestão para garantir transparência e evitar qualquer interferência externa nesse processo —, ela tem o seguinte: uma vez cadastrado no sistema, existe uma série de prazos. Cinco dias para fazer o parecer técnico. Uma vez aceito, tantos dias. E tem lá até 90 dias para fechar a negociação. Depois, mais 15 dias para parecer jurídico, 15 dias para parecer do desempenho, e aí ele vai subir de novo para a diretoria. E esse instrumento, Srs. Deputados, que eu acho aqui ponto fundamental, era um instrumento que tanto a PETROBRAS como as empresas que trabalham conosco têm. Então, quando nós sentamos para discutir com qualquer diretor ou dirigente das empresas, nós estamos falando em cima do mesmo documento. Ora, não era obrigado a fechar em 90 dias, porque uma negociação de valor você pode não chegar a uma conclusão. E quando não chega a uma conclusão, você ou encerra o processo ou pede mais dias para o diretor para poder dar a continuidade para a conclusão. Esse é o sistema de gestão. É um sistema totalmente transparente — vocês podem conhecer — da PETROBRAS que eu acho que foi um grande avanço na relação PETROBRAS e empresas, para dar claramente onde está o documento, em que fase está e por que não está. Nós praticamos isso com todas as empresas onde estavam cada um dos processos. E isso nós tínhamos que dar, que fazer um acompanhamento semanal. E toda a semana... Não só eu como todos os gerentes da PETROBRAS que cuidam dos empreendimentos, porque o responsável não era só o gerente-geral. Quem era o responsável era o nome da pessoa que estava lá para responder. Então, se o diretor, se o gerente executivo tivesse dificuldade para fazer a atualização, não estava alguma coisa atualizada, eu tinha que buscar essa



informação para levar para a diretoria, que tinha uma avaliação semanal da resolução dos aditivos, dos pleitos e tudo o mais. E a própria diretoria acompanhava isso através de uma curva que se chama Randall. O que era essa curva Randall de pleitos? O que é? A PETROBRAS colocou lá, nessa época, em 2013 — tinha, sei lá, mil pleitos em análise no sistema PETROBRAS —, que, num prazo de 4 a 6 meses, tudo estaria resolvido e zerado. E nós tínhamos que resolver semanalmente esses pleitos e tudo o mais. Então, as datas de cobrança eram muito rigorosas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu tenho muitas outras perguntas, mas não quero ser aqui acusado de não permitir que o Plenário possa também fazer as suas indagações.

Fazendo aqui rapidamente um resumo, V.Sa. defende o decreto porque acha que ele é importante para evitar que uma empresa que não tenha condição de executar a obra acabe sendo vencedora. Afirma que não houve superfaturamento dessa obra e nega veementemente que tenha recebido esses 400 mil reais que o Sr. Shinko Nakandakari afirma que entregou a V.Sa.

Então, só uma opinião: V.Sa. acredita que esse empreendimento de 18,5 bilhões de reais foi uma boa iniciativa da PETROBRAS e que é uma refinaria viável economicamente?

Só para passar a palavra aos outros Deputados. Se houver necessidade eu retomo as perguntas que ficaram sem ser feitas.

O SR. GLAUCO COLEPICOLA LEGATTI - Deputado, do ponto de vista da... Eu não conheço os indicadores da PETROBRAS do ponto de vista de EVTEs e tudo o mais. Do ponto de vista de brasileiro, o que eu acho que eu posso dizer é que nós vamos deixar de importar 230 mil barris de petróleo por dia. E acho que hoje nós estamos com o Trem 1 pronto e acho que o Trem 2 da refinaria, que é a outra refinaria de mais de 115 mil barris, porque lá são duas refinarias, uma dentro da outra, deveria ficar pronto o mais rápido possível. Em novembro, nós tínhamos a previsão de que essa refinaria ficasse pronta em maio, digamos que, no mais tardar, com alguns problemas com as empresas, porque vocês viram que várias empresas lá quebraram, que ela pudesse atrasar um pouquinho de maio. Hoje, face às dificuldades econômicas que a PETROBRAS está enfrentando, eu já vi falar que ela vai ser defasada para muito mais tempo, e como brasileiro eu acho que nós vamos



ter uma perda muito grande. Isso eu gostaria até de ter terminado esse Trem 2. Falta, em termos de valor, talvez uns 3 bilhões de reais para terminar esse Trem 2, onde já foram investidos 31 bilhões, que são aqueles 34 de que eu já falei. Falta muito pouco e vai deixar de importar. Só a economia da importação seria muito benéfica para o País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Relator, Luiz Sérgio. Aliás, mais uma vez, cumprimento V.Exa. pela qualidade das perguntas.

Passamos agora a ouvir os Sub-Relatores, começando pelo Deputado Altineu Côrtes, da Sub-Relatoria para Investigação do Superfaturamento e Gestão Temerária na Construção de Refinarias no Brasil.

Deputado Altineu Côrtes, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Glauco, bom dia. O senhor vê que esta Sub-Relatoria tem tudo a ver com a sua responsabilidade lá na RNEST.

O senhor hipotecaria o seu patrimônio pessoal para recompor o patrimônio do povo brasileiro, caso sejam comprovados desvios na RNEST?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Que vai ser responsabilizado...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Não. Se for da sua responsabilidade, se a Justiça entender que é da sua responsabilidade, o senhor, com tranquilidade, hipotecaria o seu patrimônio pessoal?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - De todos os atos que eu cometi, que eu cometi não, de todos os atos que eu...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Cometeu?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. De todos os atos que eu pratiquei na refinaria, é evidente.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Praticou.

Não, porque o senhor aqui... Eu até ia fazer uma pergunta, mas o senhor já respondeu a pergunta do nobre Relator, que o senhor tem certeza da legalidade de tudo o que aconteceu ali, segundo as suas palavras anteriores.

O senhor trabalha há 36 anos na PETROBRAS, conhece o Dr. Barusco há mais ou menos 36 anos, o senhor disse que é contemporâneo dele na PETROBRAS.



O senhor é amigo do Shinko Nakandakari? Sua amizade é uma amizade social, pessoal, há aproximadamente 14 anos, desde 2001. O Sr. Shinko Nakandakari, em uma delação premiada, a qual ele se faltar com a verdade sabe que a sua pena pode ser quadruplicada, relatou que entregou propinas ao senhor, que diria que ficaria com o senhor, e também que o senhor poderia uma outra parte repassar para o Barusco e para o Duque. Eu pergunto ao senhor: o senhor, que tem uma amizade pessoal com ele há 14 anos, social, o senhor nunca conversou com ele sobre nada que ele fazia com o Sr. Barusco? Se ele não fazia nada com o senhor? Nada? Ele nunca comentou nada? O senhor acha que ele chegou, sentou na frente do juiz e mentiu para o juiz, dizendo que dava dinheiro e ele não dava?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Olha só, eu acho que o Sr. Shinko... Eu não sabia das relações e das negociações que ele tinha um com o outro. Foi uma surpresa muito grande para mim. Isso não tinha e realmente não sabia. Com relação ao que ele diz que deu para mim, ele não deu. Aí me perguntam: *“Por que ele fez isso?”* Porque depois que saíram, pelo que eu relato hoje, pelo que eu vejo do relato dele lá, ele deveria ter que fechar alguma conta. Ele podia estar recebendo da empresa, falava que dava para o Glauco, porque o Glauco era da PETROBRAS, e não tenho nada a ver com isso. E eu o tinha como um grande amigo, um grande...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Amigo que pagou a conta, no caso, então.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Hein?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Ele falou do amigo, lembrou do senhor e falou do amigo. O amigo é que, naquele caso ali, lembrou-se do senhor?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não sei. Talvez a pessoa com quem ele se relacionava na PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Principalmente porque — vocês viram aqui que eu falei do processo da gestão, em que era totalmente transparente a pessoa, no caso, da Galvão, que estava lá, tinham reuniões, sabiam da posição de todos os seus recebimentos, dos seus aditivos, dos seus pleitos e tudo o mais.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Está bom. Eu estou satisfeito com a resposta do senhor, então.

Diga-me uma coisa, a mudança do projeto, já que o senhor foi o responsável lá por tocar aquele empreendimento, a mudança do projeto, desde que o Brasil fez o acordo com a Venezuela e depois mudou o projeto, quanto que isso custou a mais para o Brasil, na sua opinião? Em ordem de grandeza, por alto. Pode ser objetivo.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu não tenho um número, porque o que ia ser feito eu tinha que fazer uma unidade de recuperação de enxofre, para fazer a Venezuela vir. Como a Venezuela não veio, a unidade de recuperação de enxofre não foi feita. A respeito das outras unidades, eu não sei aqui, não tenho o valor de quanto isso pode ter... mas pode ser uma coisa marginal.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O Sr. Pedro Barusco foi reconvocato aqui por esta CPI, para voltar para prestar depoimento, porque ele não respondeu as perguntas, e a minha responsabilidade e a dos nossos Deputados aqui é de, no final, votar um relatório. Gostaria que o senhor pudesse ser o mais preciso possível nas respostas, porque senão, pelo menos da minha vontade, eu gostaria de encerrar esses questionamentos ao senhor, para que eu ou outro colega aqui não possa propor que o senhor tenha que voltar aqui, como o Sr. Pedro Barusco vai voltar.

O senhor foi responsável pela indicação da comissão de licitação. Quem era o presidente da comissão de licitação?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu não fui o responsável por indicação de comissão de licitação.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas o senhor falou aqui, anteriormente — e o Sr. Pedro Barusco inclusive falou —, que os critérios de definição das empresas eram estabelecidos pelo gerente de empreendimento, através da licitação da comissão de licitação.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Talvez eu... A estrutura da PETROBRAS realmente é... Eu era o gerente-geral. Abaixo de mim tem um gerente. Esse gerente é que nomeia a comissão de licitação.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, se o senhor é acima do gerente, é o senhor que nomeia também?



O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O gerente abaixo do senhor nomeia quem ele quiser?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Ele nomeia as pessoas das *(ininteligível)*.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - E se o senhor não concordar, ele também nomeia?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Nomeia.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas ele é abaixo do senhor.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não tem importância.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Ah, não?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. É assim que funciona.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É assim que funciona.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - É.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor falou que tinha 1.100 pessoas trabalhando com o senhor. Essas pessoas eram terceirizadas ou funcionárias da PETROBRAS?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Parte da PETROBRAS e parte terceirizada.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quantos terceirizados? Dois mil e cem.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Setenta por cento, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Setenta por cento terceirizados.

Qual era o salário mais baixo e mais alto desses 70%?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não sei informar aqui agora...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas não trabalhavam sob a gerência do senhor?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Trabalhavam, mas eu não sei o salário deles. Trabalhavam nas gerências dos empreendimentos que trabalham comigo. Mas...



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas o senhor é gerente-geral de um empreendimento. O senhor não sabe quanto as pessoas ganhavam?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu não sei o quanto as pessoas ganhavam, mas a minha informação...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Nem por alto? Quanto ganhava o menor e quanto ganhava o maior terceirizado?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu posso falar errado. A PETROBRAS pode passar essa informação correta para o senhor.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, mas o senhor está aqui para prestar depoimento. Então, eu tenho que perguntar isso ao senhor.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Mas eu não tenho obrigação de saber os números, os valores.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É, eu estou vendo que o senhor não sabe nem números nem valores.

A fase de projeto até a fase conceitual custou 2,4 bilhões de dólares — o senhor falou aqui para o Relator agora. O que é a fase conceitual para custar 2,4 bilhões de dólares? O que significa fase conceitual?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não custou 2,4. A PETROBRAS não gastou 2,4 bilhões.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Bom, então, eu estou...

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Isso é estimado. A refinaria, lá na fase original, foi estimada em 2,4 bilhões.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, o que é essa estimativa?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - A PETROBRAS — aí vocês vão ter que chamar as pessoas do abastecimento aqui para falar — imaginou fazer uma refinaria de 200 mil barris, na época. Essa refinaria de 200 mil, na época, o grupo que estava à frente do projeto identificou que ela custaria, se fizesse aquela unidade, 2,4 bilhões de dólares.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quando se apresentava um preço pelo seu gerente, que ele nomeou a comissão de licitação, as empresas apresentavam um preço ali, não é isso? Quando esse preço estava acima do valor,



o senhor participava em pedir às empresas que reduzissem o valor ou o senhor também não participava?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não participava?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Na PETROBRAS, a comissão de licitação a gente deixa que ela atue diretamente nas negociações.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor não sabe o nome do Presidente da Comissão de Licitação?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - São várias comissões.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, mas na RNEST, que contratava...

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. São trinta e... São cerca de... Devem ser uns 80 processos. Cada processo é uma comissão.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não tem uma comissão de licitação?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É uma comissão de licitação por processo?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Cada licitação. Por exemplo: construção da destilação é uma comissão; construção da unidade de Coque é outra licitação. Cada gerência fazia a sua licitação.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas dentro, então, do RNEST existiam várias comissões de licitação?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não era uma comissão de licitação que...

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. Dentro da RNEST, nós tínhamos cinco empreendimentos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, são cinco comissões de licitação ou são mais?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, não. O processo da PETROBRAS é: cada processo licitatório tem a sua comissão de licitação.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - E quem indica sempre é o gerente abaixo do senhor?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - É o gerente abaixo de mim, vai depender do caso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, eu gostaria...

Esses relatórios que o senhor trouxe aqui são relatórios técnicos da RNEST, esses números que o senhor está trazendo que eu estou vendo que o senhor está lendo...

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Era uma apresentação que eu tinha.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor pode deixar cópia disso aí com a gente?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Posso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, como eu perguntei e ele respondeu, eu iria fazer todas as perguntas para depois ele responder, eu queria que o senhor me desse mais alguns minutos. Eu estou tentando até adiantar aqui para os companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Um minuto.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Na realidade, eu até estou achando, sinceramente, Sr. Glauco, que o senhor deveria ir rapidamente prestar um depoimento ao Juiz Sérgio Moro para ver se o senhor o convence de que está tudo bem na RNEST, que não houve nada de problema. Por exemplo, no acordo de leniência que está aqui da empresa Setal, ele cita os acordos de preços das empresas. Eu não consigo acreditar que o senhor não viu nada acontecendo ali.

Eu acho que, no clube da propina, o diretor do clube, com certeza, era o Renato Duque, o gerente de futebol era o Pedro Barusco, e o senhor era o técnico, que fazia o time andar ali.

O senhor, como técnico, pagava também aos seus jogadores só ou o senhor só repassava para os diretores? Como é que funcionava isso? Todo mundo abaixo do senhor, e ninguém sabia de nada! Só quem sabe, quem descobriu isso aqui foi a Polícia Federal, o Ministério Público, o Dr. Sérgio Moro, os empreiteiros que estão ali fazendo as delações? E o senhor, como gerente por 35 anos da PETROBRAS, foi o



técnico da RNEST. O senhor sabia de tudo o que acontecia ali. Qualquer preço pago ali, o senhor, como gerente-geral, tinha que saber! O senhor era gerente-geral. E qual era o custo? O senhor não sabe?

Essas perguntas, sinceramente, o senhor não deixou claro aqui para a gente.

Sr. Presidente, eu quero depois ver se a gente continua fazendo algumas perguntas. Hoje, se não tivermos oportunidade, mas queria reconvocá-lo aqui, porque eu não estou satisfeito com essas respostas, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Altineu Côrtes.

Passo a palavra agora para o Sub-Relator, Deputado Bruno Covas, da Sub-Relatoria para Investigação de Constituição de Empresas Subsidiárias. *(Pausa.)*
(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. V.Sa. deseja responder? *(Pausa.)* Muito bem.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Gostaria de falar com o Deputado o seguinte: primeiro, eu não repassei dinheiro para ninguém; eu não recebi e não passei dinheiro para ninguém. Existem esses processos da RNEST que ocorrem desde 2007 até hoje e só foram descobertos efetivamente pela polícia, porque internamente todos os processos, todos os projetos — por isso que eu falei para o senhor logo no início — seguiram efetivamente todos os ritos da PETROBRAS. Todos os ritos. Não tem nada comprado além dos limites dos orçamentos — não sobre esse projeto, dos outros eu não posso falar. Então, o que acontece? Nesse caso, não existe. Eu não repassei dinheiro, não sou técnico da propina e muito menos...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, o senhor é técnico do time, o senhor é técnico do time! Ali houve já as delações premiadas da corrupção. O senhor é o gerente-geral, o senhor está vindo aqui nesta CPI, há milhares de pessoas vendo o senhor na televisão e o senhor está dizendo que não sabia de nada! O senhor não sabe nem quanto pagava a um terceirizado que trabalhava do lado do senhor! Não estou entendendo! O senhor está achando que todo mundo aqui, o Juiz Sérgio Moro, o Ministério Público, a Polícia Federal, os empresários,



está todo mundo lá fazendo as suas delações, e o senhor está me dizendo que está tudo bem! O senhor tem que responder, doutor.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu respondi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Concluindo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Espera aí. O senhor respondeu, mas o senhor não respondeu a verdade. O senhor fez um juramento aqui. O senhor tome cuidado, porque o senhor está sob juramento aqui, o senhor tem que responder a verdade. O senhor está indo contra as delações premiadas, o senhor não está respondendo nem quanto ao salário de um subordinado do senhor que trabalhava há 10 anos, há 8 anos com o senhor. Ele não comentava quanto ganhava? O senhor não sabe nada do que aconteceu ali, então? Está tudo certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Muito bem.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor desculpe, Sr. Presidente, a minha revolta, mas o povo brasileiro não atura isso mais, não.

Outra coisa: trem bom, heim! O Trem 1 foi trem bom, heim. O senhor quer agora o Trem 2! Ê, trem bom, sô!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Altineu, muito obrigado pelas suas colocações.

V.Sa. deseja fazer algum comentário adicional? *(Pausa.)*

Deseja? *(Pausa.)*

Então, passamos a palavra ao Sub-Relator, Deputado Bruno Covas, da Sub-Relatoria para Investigação de Constituição de Empresas Subsidiárias e Sociedades de Propósito Específico pela PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, só uma pergunta, porque eu acho que é pertinente, e está todo mundo aqui se questionando.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - A ordem das inscrições...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O depoente não é investigado até o presente momento...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Presidente,...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - ...está como testemunha. Para que ele trouxe advogado?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - ...o Deputado está inscrito, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Volto a palavra ao Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Glauco, gostaria de saber quem efetivamente aprovava a celebração de aditivos relacionados aos contratos das obras da Refinaria Abreu e Lima. Era a Diretoria Executiva da PETROBRAS ou o Conselho de Administração da Refinaria Abreu e Lima S/A?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Quanto à Refinaria, há dois momentos. Houve um período em que existia a Refinaria Abreu e Lima, então os aditivos, primeiro, eram aprovados na Diretoria da PETROBRAS, e era recomendado que fossem assinados e aprovados na Refinaria Abreu e Lima. Então, eles saíam da PETROBRAS inicialmente aprovados e depois eram aprovados na Refinaria Abreu e Lima. Então, havia duas aprovações.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Primeiro, na diretoria executiva e depois no Conselho de Administração da Refinaria?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Isso. Respeitados os limites, digamos, da competência. Então, se o aditivo, ou a soma dos aditivos, fosse acima de 32 milhões, ocorria dessa forma. Se ele é abaixo, ou a diretoria, ou o diretor da PETROBRAS ou o gerente executivo ou o gerente-geral ou um gerente é que vai mandar direto para a Refinaria Abreu e Lima.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Mas passava sempre pelo Conselho de Administração da Refinaria?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Pelo Conselho de Administração da Refinaria.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O que fazia com que fosse submetido primeiro à diretoria executiva? Por que essa matéria passava primeiro pela diretoria executiva?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Porque esse foi o sistema de gestão que a PETROBRAS estabeleceu para esse projeto.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Os Presidentes da PETROBRAS nesse período, José Sérgio Gabrielli e Graça Foster, participavam das reuniões da diretoria executiva em que foram aprovados os contratos e aditivos assinados da Abreu e Lima?



O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - É evidente que, se fosse uma reunião de diretoria em que algum assunto da Refinaria fosse tratado, a diretoria é composta pelos diretores mais o seu Presidente. Então, aí, tem que ver em cada ato quem estava presente.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Algum desses casos passava também pelo Conselho de Administração da PETROBRAS?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, contratos não passam pelo Conselho de Administração.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A Comissão de Valores Mobiliários — CVM e a SEC, que é a equivalente norte-americana, recebiam as atas do Conselho de Administração da Refinaria Abreu e Lima?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu não sei lhe informar.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor sabe dizer quem confeccionava as atas do Conselho de Administração da Refinaria Abreu e Lima?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não sei lhe informar. Existia uma Secretaria da Refinaria. Normalmente a Secretaria-Executiva é quem faz isso.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A revista *Veja*, em sua edição 2.401, divulgou um *e-mail*, enviado pelo então Diretor de Abastecimento da PETROBRAS, o Sr. Paulo Roberto Costa, à então Ministra-Chefe da Casa Civil e Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS, Sra. Dilma Rousseff. No *e-mail* de 29 de setembro de 2009, o Sr. Paulo Roberto Costa informou que o TCU havia recomendado a paralisação de três obras da Diretoria de Abastecimento, uma delas era a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, por ter verificado, em procedimentos preliminares, a existência de indícios e irregularidades graves. Mencionou ainda que o TCU estava encaminhando à Comissão Mista de Orçamento, aqui do Congresso Nacional, a mesma recomendação: para que o órgão deliberasse sobre a paralisação ou não das obras; bem como, no ano de 2007, a recomendação de paralisação de quatro obras da PETROBRAS feitas pelo TCU não haviam sido ratificadas pela Comissão.

Indagado a respeito dos fatos, o Sr. Paulo Roberto Costa confirmou o encaminhamento do *e-mail* e declarou que esse era do conhecimento de V.Sa.

Pergunto: V.Sa. confirma a informação de que tinha conhecimento dos fatos?



O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Os fatos seriam a paralisação das obras?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A paralisação das obras. Isso.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. Em 2008, houve a indicação... Em 2008, Deputado? Não me recordo.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Primeiro, havia sido em 2007, e, depois, em 29 de setembro de 2009, o *e-mail* do Sr. Paulo Roberto Costa.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Ah, o indicativo de paralisação foi por conta das obras da terraplanagem. Existia um IGP sobre isso, e a partir daí nós estivemos aqui, na Comissão Mista de Orçamento, dando os esclarecimentos. Na época também o TCU indicou uma não conformidade grave, que era referente a uma cláusula de chuvas que tinha nos contratos. E nós, como providência, deixamos que não haveria nenhum pagamento. Nós suspendemos todos os pagamentos, por conta da cláusula de chuva. O TCU aceitou, e esse que foi IGP depois foi transformado em IGC — Irregularidade Grave com Continuidade. E foi esse projeto que eu falei que começou com sobrepreço de 148 milhões e hoje tem 19 milhões. Isso é o que eu sei.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor pode explicar o que justifica o envio desse *e-mail* à então Presidente do Conselho de Administração e Ministra da Casa Civil?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - O *e-mail* eu desconheço.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor desconhece o *e-mail* que foi publicado na revista *Veja*.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - É. Isso.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor nunca tinha ouvido falar desse *e-mail*.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Nunca. Não.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor em algum momento recebeu alguma orientação da Presidente do Conselho de Administração em relação àquela época?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor chegou a fazer alguma gestão junto ao Congresso Nacional para que a recomendação de paralisação de obras feita pelo TCU não fosse acatada pelo Congresso, pela Comissão Mista de Orçamento?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu vim fazer uma palestra na Comissão Mista de Orçamento. Não fiz nenhuma gestão. Fui convocado, dentro dos procedimentos normais — eu e várias pessoas —, para vir aqui prestar esclarecimentos. Prestamos esclarecimentos, e aí o resultado foi que não paralisou.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Glauco, os números a que nós temos acesso em alguns estudos colocam um preço médio para a construção de uma refinaria *greenfield* nos Estados Unidos, contando inclusive custos de licenças ambientais, para 17 mil dólares por barril ao dia. É uma construção que leva mais ou menos 10 anos.

Isso, se aplicado aqui para a Refinaria Abreu e Lima, que prevê, na sua fase completa, 330 mil barris/dia, dá uma obra em torno de 4 bilhões de dólares. Por que essa diferença tão grande entre esses 4 bilhões desse preço médio e os 13 bilhões do contrato assinado?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Bem, eu vou tentar explicar, assim, um pouquinho mais isso.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Eu também vou tentar entender.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - É.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. Porque não é muito... É difícil para nós até colocar. Primeiro, é o seguinte...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Para a gente também não é fácil entender.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Perfeito, perfeito. A PETROBRAS... Essa refinaria não é uma refinaria que a gente possa pegar qualquer valor e fazer a, digamos, relação direta de custo da refinaria para um indicador como esse, que é muito válido quando as coisas são mais próximas. Essa refinaria é uma refinaria para tratar óleo pesado. Então, é uma refinaria que possui um grau de severidade muito maior que muitas refinarias que trabalham com óleo



mais leve. Essa refinaria tem um grau de conversão muito elevado. Eu acho que aqui as pessoas já falaram. Ela tem um grau de conversão de 70%. Ou seja, de tudo que ela produz, de tudo que entra na refinaria, 70% vira *diesel*. Então, o que acontece? Essa refinaria tem unidades, por exemplo, de coque. Alguém que passe ali por Pernambuco e veja que são duas coisas enormes, são duas unidades maiores do que a gente tem aqui em qualquer refinaria da PETROBRAS. São 12 tambores de coque que lá estão instalados. As maiores refinarias nossas têm quatro tambores de coque. O grau de severidade das unidades de HDT de *diesel* é a mesma coisa — ela vai produzir um *diesel* S-10 lá na refinaria. Isso tudo que é uma refinaria de óleo pesado... Ela tem esse indicador mais alto para esse valor. Alguns colegas nossos já têm... Eu até li o relatório da CPI passada, em que aparecem uns números da ordem de 55 mil dólares, se eu não me engano sobre o valor. Então, isso é uma das coisas. A outra é o grau de automatismo dessa refinaria. Essa refinaria foi projetada para ter muito poucos operadores no campo. Então, essa é uma refinaria que sempre foi chamada refinaria do século XXI. Por quê? É uma refinaria — nós estávamos na época que se fizeram esses projetos — de um grau de automatização muito grande para ela. Um outro aspecto que há que se lembrar é que não tem, em algumas outras refinarias, alguns aspectos técnicos que acabam levando a um aumento de custo do valor do próprio projeto. Ela tem, assim, uma grande preocupação com os gases emanados da refinaria. Então, naqueles tanques de produto, que não é uma coisa normal ter nas unidades, existe todo um sistema de coleta dos vapores do gás que vão para um determinado sistema de filtros. E, a partir dali, eles têm que passar primeiro por um sistema de filtragem para depois ir para a atmosfera, para depois não ficar gerando aquele odor na região, já que é uma região muito voltada para o turismo. Então, esses aspectos todos, do ponto de vista ambiental, de unidades para tratar os gases efluentes, são fatores que acabam elevando esse custo unitário da refinaria. Mas o...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O que fica claro é que a refinaria do século XXI é aquela que custa mais de três vezes e está envolvida em escândalos de denúncia, não é?

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Obrigado, Deputado Bruno Covas.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá, Sub-Relator para Investigação de Superfaturamento, Gestão Temerária na Construção e Afretamento de Navios de Transporte, Navios-Plataforma e Navios-Sonda.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Glauco, antes de ser responsável pela RNEST o senhor trabalhava em que atividade?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu cuidava também dessa área de empreendimentos. Antes da RNEST, eu estava na Refinaria do Vale do Paraíba.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E por que o senhor foi designado para um local tão distante de onde o senhor estava?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Talvez pela complexidade do projeto e pela minha experiência anterior, já que eu já tinha sido gerente de empreendimentos de várias outras coisas de grande porte.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor sabia que a RNEST estava envolvida em tantos escândalos?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Soube depois de eles aparecerem nos jornais.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Durante o tempo em que o senhor estava administrando, o senhor não percebeu que alguma coisa estava andando errado, não?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. Nem eu, nem as auditorias internas na PETROBRAS, nem o próprio TCU, que nos investigou. Nunca teve nenhuma denúncia desses escândalos que hoje estão sendo vistos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - As auditorias, a direção da PETROBRAS...

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sim!

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - ...tudo estava distante. O senhor estava perto. O senhor estava lá, *in loco*. E o senhor não estava percebendo nada?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sim, mas as coisas não aconteceram lá, Sr. Deputado.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas quem autorizava... O Diretor do RNEST era o senhor.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, não. Eu não era o diretor. Eu era simplesmente um engenheiro que tinha que fazer a obra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas era o senhor que cuidava da RNEST.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Cuidava. Sou o Gerente-Geral da RNEST. Eu...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E há alguém acima do senhor lá na RNEST?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, não. Não tem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então o senhor era o principal responsável?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor afirmou, em audiência na CPI do Senado, no ano passado, que o grande atraso veio muito acima do previsto, e a PETROBRAS não assina contratos acima da estimativa de custo. *“Com isso, tivemos que fazer mais licitações”* — disse o senhor, ao negar erros do projeto. Afirmou textualmente: *“Não há erros de projeto”*.

Graça Foster, em audiência aqui, na semana passada, afirmou que os aditivos se fizeram necessários por haver erros no projeto de construção da RNEST e se deram principalmente pelo fato de os projetos estarem errados e que, por isso, o projeto passou de 11 bilhões para quase 20 bilhões. Quem está mentindo, o senhor ou Graça Foster?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Bem, pode ser o entendimento do erro. Quando a gente tem alguma coisa errada, você tem que desmanchar e fazer de novo. Não teve nada que foi desmanchado, que precisou ser desmanchado para ser reconstruído na RNEST.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então a Graça está errada?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não sei.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não sabe?



O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. Eu estou dizendo que os erros de projeto... Houve alterações de projeto, adequação do projeto, que é uma questão normal num projeto de detalhamento! Agora, classificar isso como erro ou não erro... Não há nenhum desses itens classificados, se eu não me engano, como um erro de projeto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor recebeu algum dinheiro de Shinko Nakandakari?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não recebi.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A partir de 2013 e de 2014, antes dessa data, o senhor lembra de alguém que tenha recebido algum dinheiro referente à RNEST?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. Eu não tenho nenhuma informação de alguém que recebeu dinheiro na RNEST ou em qualquer lugar da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Como uma pessoa que conhece bem essa casa — o senhor estava no Vale do Paraíba; a REVAP é uma grande usina da PETROBRAS; o senhor foi para a RNEST... O senhor percebeu, em algum momento, que alguma coisa estava errada e que poderia, através da sua decisão, ser corrigida?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Deputado, eu junto da minha equipe lá estávamos muito focados na construção da refinaria. O nosso grande objetivo, que era o meu objetivo lá, é colocar a refinaria para funcionar e operar. Nos anos, principalmente, de 2013 e 2014, a minha vida foi chegar tipo 6 e meia na refinaria e sair às 9 horas da noite, praticamente grande parte desses 2 anos. Então, o nosso foco, o meu e o de toda a equipe com que nós trabalhávamos juntos lá, era fazer com que a refinaria funcionasse e o projeto estivesse dentro daquela curva S de execução física da obra, que a gente tanto era cobrado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que é essa curva S?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Curva S é o avanço físico mês a mês da refinaria, projeto a projeto, como é que ele tinha que representar no mês a mês.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual era a previsão de início de operações da RNEST?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Há várias datas da RNEST. Então...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quais datas?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Em 2012... A primeira data da RNEST era 2010, dezembro de 2010, em que as nossas licitações — como eu disse, o senhor leu ainda há pouco —, nós tivemos que refazer várias licitações. As licitações foram perdidas por preço excessivo, e as licitações acabaram acontecendo lá em 2010. Os contratos foram assinados em 2010. Depois, em 2012, nós fizemos um grande trabalho sobre ajustar os cronogramas, definir a data.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Nesse atraso, tem alguma interferência a questão da PDVSA deixar de participar do projeto, como tinha...?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. A PDVSA nunca interferiu na data...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não. Eu não digo que interferiu. O fato de não ter cumprido o pré-contrato atrapalhou alguma coisa ou não?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, porque a decisão da PETROBRAS, pelo menos, tudo o que eu sei, é o seguinte: *“Nós precisamos de 200 mil barris por dia a mais na Região Nordeste”*. E para processar esses 200 mil barris ia ser com PDVSA ou sem PDVSA. Então, ia ser feita a refinaria, tanto é que ela começou a ser feita dessa forma.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Houve alguma interferência do Governo Estadual no andamento das obras ou qualquer interferência no andamento das obras da RNEST?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não que eu saiba. Não teve.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A quem o senhor respondia na PETROBRAS a respeito da administração da RNEST?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Inicialmente ao engenheiro Pedro Barusco e, depois de 2012, quando teve a... Em 2011, ao engenheiro Roberto



Gonçalves e, depois, ao engenheiro Maurício Guedes, até o final, em que eu estive lá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual foi a sua relação com o Pedro Barusco?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Estritamente profissional.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ele foi visitar alguma vez a RNEST?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Foi.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E na visita que ele fez lá, qual o comentário que ele fez com o senhor que o senhor pode trazer para nós?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Ele foi... Eu me lembro de que ele esteve lá na época da terraplanagem. Nós percorremos as obras, e todo mundo que vai lá fica impressionado com o tamanho das obras da terraplanagem. Acredito que mais uma vez, mas foi uma visita muito rápida lá na obra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas o senhor soube, pelas próprias declarações públicas do Barusco, inclusive a delação premiada, que ele falou que vários recursos estranhos foram oriundos de aditamentos de contratos da RNEST, não soube?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Soube.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E quando ele falou isso, qual foi a sua avaliação, a sua percepção, de tudo o que ele estava falando em relação à RNEST, que o senhor era o responsável?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Do ponto de vista interno e da gestão dos contratos, o que posso dizer é que todos os aditivos e todos os negócios que foram feitos foram todos muito criteriosos e com as equipes que fizeram as negociações. Então, não houve interferência do Sr. Pedro Barusco, não houve interferência nenhuma nas negociações que ocorreram dos valores a serem pagos. São todos valores baseados na estimativa de custo, estimativa de preço, com base nas recomendações do TCU para fazer as estimativas, e, com isso, não sei... O que se vê, o que eu depreendo das próprias delações premiadas e tudo o mais é que era uma coisa do lado de fora da PETROBRAS, não era do lado de dentro.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O Barusco não era de dentro?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, ele, com as empresas, não tinha a ver... Ninguém chegou e mandou: *“Coloque mais isso nesse contrato, coloque menos aquilo no outro contrato”*. Isso não existe.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Até quando o senhor ficou responsável pela RNEST?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Até novembro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Foi substituído por quem?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu fui substituído por um outro gerente, que é o mesmo gerente do COMPERJ, que está acumulando... que se chama Flávio Casa Nova.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E o que o senhor faz atualmente?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Hoje eu sou engenheiro e engenheiro de equipamentos da PETROBRAS... Deixei de ser gerente. A PETROBRAS... Eu sou empregado da PETROBRAS como engenheiro de equipamentos, que é o que eu sou. Eu estava Gerente de Empreendimento.

(Não identificado) - O senhor não era funcionário de carreira?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sou, evidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor tem medo de ser preso?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não tenho medo, porque eu não tenho nada para ser preso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tem certeza de que o senhor não tem nenhuma responsabilidade com nada do que aconteceu na RNEST até novembro desse ano?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Tenho. Tenho. Tenho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E hoje, já que não é mais o gerente, mas engenheiro da PETROBRAS, vendo todo esse escândalo e a RNEST sendo considerada a obra que mais desvios propiciou, como o senhor se sente?



O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu acho que, como todos os empregados da PETROBRAS, nós sentimos um desapontamento muito grande com tudo isso que a gente está vendo que está ocorrendo na PETROBRAS. E não é só na RNEST, Sr. Deputado. Hoje, quando a gente vê, a RNEST talvez seja o projeto que foi mais falado. Mas hoje a gente está escutando tudo de tudo, de tudo, quanto é lugar, em todas as áreas. Cada vez que aparece uma delação premiada, cada vez que aparecem alguns desses nossos colegas que estão falando, todos nós ficamos de cabelo em pé.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quando viu o Barusco depondo aqui, falando o que ele falou, como o senhor se sentiu?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Extremamente surpreso. O engenheiro Barusco sempre foi muito rigoroso com todos nós, com todos esses processos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Imagine se não tivesse sido rigoroso, hem?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Passo a palavra ao Deputado André Moura, Sub-Relator para investigação de irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África, mais a recuperação de ativos. Com a palavra o Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Glauco, o Deputado Arnaldo Faria de Sá já fez a pergunta, mas eu vou repeti-la aqui: V.Sa. recebeu propina do engenheiro Nakandakari?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não. Vou ler aqui um trecho — V.Sa. já deve ter conhecimento; foi homologado na última quinta-feira — do acordo de delação premiada.

No acordo de delação premiada, o Sr. Nakandakari, apontado pelo executivo Erton Fonseca, da Galvão Engenharia, como operador do esquema de desvio de recursos da Diretoria de Serviços da PETROBRAS — este é o 15º acordo de



delação premiada homologado na Justiça do Paraná —, disse ao Juiz Federal que pagou propina ao ex-Gerente da Refinaria do Nordeste, RNEST, Glauco, que é V.Sa. E ele afirmou que os pagamentos para o senhor avançaram até o ano de 2014 — foi dito na delação premiada do Sr. Nakandakari —, até mesmo depois de a Operação Lava-Jato ter sido deflagrada em março do ano passado.

Ele não revelou o valor que diz ter entregado ao senhor, mas afirma que esse esquema de corrupção prosseguiu e que, em novembro, depois que a Polícia Federal deflagrou a 7ª fase da Operação Lava-Jato, a estatal afastou o senhor das suas funções.

O engenheiro disse que fazia os pagamentos do suborno em espécie num primeiro momento, mas, depois, pagou por meio de notas fiscais frias de sua empresa.

Então, V.Sa. nega essas afirmativas do Sr. Nakandakari na delação premiada dele? V.Sa. está sob juramento.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Claro.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Nós podemos pedir uma acareação. V.Sa. nega.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Deputado André, mande-o reafirmar a negativa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor reafirma a negativa?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Já estou reafirmando.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor reafirma que o Sr. Nakandakari não diz a verdade.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não diz a verdade.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não diz a verdade. Está bem.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Deputado André...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - ...procure saber dele, por favor, se não existem as notas fiscais.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - As notas fiscais frias...



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Presidente, a palavra está com o Relator?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Mas eu sugerindo e vou continuar sugerindo.

(Tumulto no plenário.)

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Eu estou permitindo. Eu estou permitindo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O interesse é esclarecer a questão, não é, Sr. Presidente? Acho que todos nós queremos esclarecer a questão.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - E o Relator permitiu. Não é você que vai dizer alguma coisa. Está querendo acobertar... Pelo amor de Deus!

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - De que lado você está?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - A palavra está com o Sub-Relator André Moura. Eu peço que recuperem 30 segundos, pelo menos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O.k. Obrigado, Presidente.

Vou voltar a fazer a colocação do Sr. Nakandakari. Segundo ele, os pagamentos de suborno eram feitos ao senhor em espécie, num primeiro momento, e, depois, pagou por meio de notas fiscais frias de sua empresa. O senhor nega isso?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu, inclusive, não tenho empresa nenhuma.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Da empresa dele ao senhor.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sim. Eu não recebi nada do Sr. Nakandakari, e eu não sei se ele usou da minha... da amizade que ele tinha comigo para levar vantagem junto da empresa em que ele pegava o dinheiro.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O.k.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - O que que é isso? Não sei.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa., então, não pode explicar os mecanismos utilizados para o pagamento dessas propinas?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Claro! Se eu não recebi isso, Deputado...



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então, o senhor não sabe explicar o mecanismo?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Quem é o advogado que acompanha V.Sa.?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Dr. João Carlos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E quem está pagando o Dr. João Carlos?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - O Glauco.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - É.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor está pagando?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Por quê? Por que é que eu tive que procurar um advogado? Primeiro, porque lá, internamente... Para vir aqui à CPI, falaram: *"Precisa ir com advogado."* Eu achava até que não precisava. Mas aí eu tive que colocar. E o segundo momento é o seguinte: com essas delações do Sr. Shinko, eu tive que constituir um advogado, para poder, inclusive... Eu impetrei lá, o senhor deve saber, uma petição lá junto do Juiz lá de Curitiba, para que eu, de viva voz, vou lá falar a mesma coisa que eu estou falando para os senhores aqui. Então, o advogado impetrou esse processo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Vou fazer uma pergunta aqui e eu quero a resposta, mesmo porque V.Sa. está sob juramento. É uma resposta que, no futuro, pode lhe complicar. V.Sa. possui conta ou aplicação em instituição financeira estrangeira, na Suíça ou em outro país?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor não possui?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não possuo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor reafirma que não possui?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Reafirmo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não tem montante nenhum que o senhor mantém em termos de dinheiro no exterior?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Na sua residência?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Também não? E *offshore*?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Também não.

Nem em contas no exterior, nem *offshore*, nem na sua residência?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Qual o valor do patrimônio total que V.Sa. acumulou com o resultado do recebimento das propinas acima mencionadas na delação premiada do Sr. Shinko e como ele está distribuído em contas bancárias, aplicações, obras de arte, moeda estrangeira, empreendimentos? Como é que está?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não tenho nada disso, Sr. Deputado. Primeiro, não recebi nada do Sr. Shinko e, segundo, quando ele afirma que deu 400 mil reais... Eu sou um engenheiro, era Gerente-Geral da refinaria, ganho muito mais do que isso e ganhava muito mais do que isso como gerente. Não tem sentido um valor desse aí.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Em relação aos atos ilícitos investigados pela Operação Lava-Jato da Polícia Federal, qual a ligação de V.Sa. com os ex-dirigentes da PETROBRAS Paulo Roberto Costa, Renato Duque, Pedro Barusco e outros?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Estritamente profissional. Quando eles estiveram lá, o Gerente Executivo e o Gerente-Geral prestavam contas a isso; Diretores, eventualmente, nas reuniões de diretoria, que tinham que prestar esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E qual deles lhe dava ordens ou exercia influência sobre a sua atuação?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Na PETROBRAS, na linha direta, o Diretor Renato Duque, que era o da minha área, está certo? O que nós tínhamos... Uma vez que você recebe um determinado projeto para tocar, você tem que cumprir as datas da execução, os cronogramas. E é isso que nós somos cobrados.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Nos contratos existiam cláusulas de multas?



O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Multas em atraso de obras?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Multa por atraso, sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Alguma empresa dessas obras que estavam em atraso pagou as multas?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu acredito que nós vamos ter que fazer esse levantamento lá, Sr. Deputado. Eu não sei agora de cabeça aqui quem pagou o quê.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor não sabe afirmar?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. Eu não tenho os dados aqui, mas a PETROBRAS vai ter lá, para poder esclarecer a Comissão.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. conhece o doleiro e também delator Alberto Youssef?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não conhece?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não conheço.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Nunca teve contato com ele?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. Nunca tive.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Nunca falou com ele por telefone?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Nenhuma ligação dele para V.Sa., nem de V.Sa. para ele?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor afirma isso?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Claro!

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Em quais circunstâncias e com que finalidade encontrou-se com ele ou com algum enviado ou representante dele?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - De quem?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Youssef.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Nunca encontrei com nenhum enviado dele, nem com ele.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Nem com representante dele?



O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Nem com representante dele? Nem com enviado dele?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Qual o valor estimado do prejuízo causado à PETROBRAS em virtude do favorecimento de empreiteiras ou de empresas, de pessoas, em decorrência das ações ilícitas que V.Sa. praticou?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não pratiquei nenhuma ação ilícita.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. não praticou nenhuma ação ilícita?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não participou de nada disso de que V.Sa. está sendo acusado na delação premiada do Sr. Shinko?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Nada. Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor nega veementemente?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Nego veementemente!

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Nenhuma participação?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O Deputado Arnaldo já perguntou, mas...

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Pois não.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu procurei até explicar para vocês, para os Srs. Deputados, que o processo, na PETROBRAS, para essas... dessas etapas, que esse Sr. Shinko acaba colocando, é uma atividade completamente desnecessária. Por que desnecessária? Porque as empresas sabiam exatamente toda a situação dos seus projetos. Não precisa. Não tinha que fazer. Não tinha por quê. O que eu dei em troca para o Sr. Shinko? Eu não dei nada em troca. Primeiro, ele não era a pessoa que foi indicada pela Galvão para tratar de negócios da Galvão. Eu jamais tratei um assunto da Galvão com o Sr. Shinko. Primeiro lugar. Em segundo lugar, se ele fosse representante da Galvão, eu assim



não seria amigo dele. Por quê? Não tem ele. Teve umas 70 empresas, e eu nunca saí com nenhuma das empresas para jantar, tomar um café. O que eu fazia? Encontrava com o Sr. Shinko, porque ele era um amigo de 15 anos. E eu não sabia das atividades ilícitas que ele cometia, porque, se não, isso não teria... Esse... esse é o fato que eu queria colocar para os senhores. Isso não faz sentido. E como existe essa transparência, que pode ser comprovada pela PETROBRAS, o senhor pode pegar e mandar para cá, as planilhas... e essas planilhas... Desculpe. As planilhas que estão distribuídas sobre a atuação de cada contrato têm lá quando ele entrou com o pedido, como é que está sendo analisado, como é que está sendo feito, qual é a data, quando é isso. Então, quando uma pessoa, uma empresa, entra com alguma coisa, ela já sabe quando tem a possibilidade de receber. O gerente-geral, Sr. Deputado, não tem influência nenhuma nessa decisão. Zero de decisão. Zero de influência. Gerente-geral não tem influência nos valores acertados para as negociações.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Uma última pergunta, Sr. Presidente. Sei que meu tempo já está quase esgotado. V.Sa. colocou uma relação próxima, íntima, de 15 anos ou mais de 15 anos com o Sr. Shinko.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Hum, hum!

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E agora V.Sa. nega toda a delação premiada do Sr. Shinko que acusa V.Sa. de recebimento de propina no esquema de corrupção. Era uma relação próxima que o senhor tinha, íntima, como o senhor colocou, e, pelo que parece, de extrema confiança. O Sr. Shinko faz a delação premiada. Como o senhor se sente em relação à delação premiada? E como o senhor analisa a personalidade, o caráter, a pessoa do Sr. Shinko?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - O que eu vejo, depois de tanto tempo, veja só. Eu desconhecia que ele era o operador da EIT Contreiras, como ele falou. Em nenhum momento ele falou isso. Eu desconhecia que ele era operador, como está dito, do Diretor Duque e do Pedro Barusco, que até confirma esse negócio. Então, eu senti extremamente surpreso. Qual é a leitura que eu faço? Ou o Sr. Shinko está completamente equivocado nas colocações que ele fez nesse momento, inclusive sabendo das consequências, que o senhor bem disse... E, depois, nesse caso, o que que eu daria em troca para ele? O que que ele teria em



troca? O que a empresa teve em troca da minha... de ter esse fato que ele coloca, que eu repudio veementemente? Então, eu posso fazer uma suposição — isso é uma suposição minha: ele continuava recebendo da empresa e precisava falar que ele tinha contatos na empresa, que tudo o mais. Então, eu fui usado para que ele pegasse dinheiro da empresa e embolsasse o dinheiro. Quatrocentos mil reais, Sr. Deputado, não era isso que iria colocar...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Uma bagatela.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Por dinheiro nenhum, senhor. Por dinheiro nenhum.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O.k. Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Concluída a parte dos Sub-Relatores, vamos agora aos autores do requerimento.

Primeiro, a Deputada Eliziane Gama.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Antes, a questão de ordem do Deputado Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Muito rapidamente, por solicitação do Deputado Valmir Prascidelli, registro que ele está em votação na CCJ. Ele é membro da CCJ e solicitou que oportunamente, concluindo a votação, se ele puder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Quando ele retornar, terá, então, oportunidade de usar a palavra.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Glaucos, na comissão interna de apuração da PETROBRAS, no item 6.2, consta que o senhor, em conjunto com Pedro Barusco, teria negociado descontos nos contratos da Alusa e que, na verdade, esses descontos chegariam a



34,2 milhões de reais. A PETROBRAS aplicou um desconto de apenas 9,2 milhões de reais. Portanto, 25 milhões aí foram pagos a mais, de forma indevida, à Alusa. Pergunto ao senhor: a quem foi repassado esse valor, essa diferença de 25 milhões de reais, e o senhor tem informação de que serviu para irrigar o caixa dois de algum partido ou de algum candidato?

Qual a sua relação, do ponto de vista de, digamos, obedecer ordens, ou até de gratidão, com o Sr. Marcelino Guedes Gomes, engenheiro, inclusive já citado pelo senhor aqui nesta Comissão? Mais uma pergunta... Vou fazer várias perguntas. Eu queria, inclusive, que o senhor anotasse. O senhor conhece o Vaccari? Quais os contatos e conversas que o senhor já teve com o Vaccari?

Na delação premiada do Youssef, dentre tantas questões, ele destaca, por exemplo, que as propinas da Abreu e Lima foram direcionadas aos partidos PSB, PSDB e PP. O senhor tem informações referentes a isso e quais as pessoas que eventualmente receberam essas propinas?

O senhor acha que foi um calote, entende que tenha sido um calote, a saída da Venezuela na parceria para a construção da Abreu e Lima?

O senhor saiu, no momento, da gerência da PETROBRAS, logo após as sindicâncias que foram feitas, inclusive, para investigar caso de corrupção na própria PETROBRAS. Dentre eles, houve a sua saída e a saída da Venina — inclusive, ela afirmou que se sentiu injustiçada pelo desfecho dos fatos. O senhor também se considera injustiçado por ter saído logo após a constatação de atos de corrupção por parte dessa sindicância na PETROBRAS?

E ainda, o senhor fez recentemente doação de alguns bens seus? Se fez, a quem fez? A parentes ou familiares?

Referente ao Shinko Nakandakari, ele fala que, quando lhe fez a entrega do pagamento de propina da ordem de 400 mil reais, segundo os relatos que foram apresentados pelo próprio Shinko, ele faz uma demonstração que seria de uma certa forma de continuidade, na saída do Duque, do Barusco, então, o senhor passaria a receber esses recursos. Fica de uma forma muito subliminar apresentado que esse dinheiro deveria ou teria que ser repassado, porque parece uma ordem de continuidade de pagamento de propinas. Inclusive, fala que foram feitas de forma parceladas nos hotéis Caesar Park e Sofitel no Rio de Janeiro. O senhor afirma



categoricamente que não recebeu esse dinheiro. Eu pergunto ao senhor: o senhor teve encontro com ele nesse hotel Sofitel? Chegou a ter realmente esses encontros nesse hotel, como ele fala na delação premiada?

Aliás, já encaminho, Sr. Presidente, um pedido nosso das imagens desse hotel, para realmente checar a constatação do circuito interno — naturalmente, deve ter nesse hotel — da presença ou não do Shinko Nakandakari com o Sr. Glauco nesse hotel.

Por fim, deixe-me ver se eu tenho mais alguma pergunta nas minhas anotações... Por fim, eu queria fazer uma colocação ao senhor. O senhor afirma aqui, com toda a convicção, pelo menos tentando passar a todos nós, que não houve pagamento de propina, que não houve superfaturamento. Ao mesmo tempo em que o senhor afirma que não houve superfaturamento, o senhor afirma que os projetos não foram errados, foram feitos obedecendo todos os critérios normativos da empresa e, ao mesmo tempo, nós sabemos que a Refinaria de Abreu e Lima foi uma das mais caras não do Brasil, mas do mundo. Há números exorbitantes, de que todos nós temos conhecimento, e o senhor vem e fala com toda a exatidão, números que começaram em 2,4 bilhões para chegar a quase 20 bilhões, nessa construção da Refinaria Abreu e Lima — aliás, ao longo do processo, inclusive, afirmados. O TCU, inclusive, chegou a denunciar, em 2009, que já havia a possibilidade de superfaturamento, com mais de 151 aditivos, e aí o senhor coloca de forma muito clara — técnico como o senhor realmente é —, mas o senhor subestima a nossa capacidade de raciocínio, Sr. Glauco.

Está muito claro o superfaturamento. Está muito claro o pagamento de propina. O Youssef coloca isso de uma forma muito clara. O Paulo Roberto Costa coloca isso de uma forma muito clara. O Shinko coloca isso de uma forma muito clara. Pelos dados que são apresentados, inclusive, nos relatórios, como o senhor coloca aí no Portal da Transparência, é só fazer uma contabilidade e fazer, na verdade, o cruzamento dos aditivos, e fica muito claro que houve um superfaturamento. E o senhor chega aqui e tenta subestimar a capacidade de raciocínio desta CPI!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Por favor, conclua, Deputada.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu quero dizer a V.Sa. que, se V.Sa. estiver mentindo nesta Comissão...

(O microfone é desligado.)

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu queria dizer a V.Sa. que é muito fácil pegar as suas palavras na mentira, porque o senhor está aqui sob juramento de não mentir, como testemunha, e isso será feito a partir dos encaminhamentos que nós faremos, logo que for necessário, inclusive com pedido de acareação entre o senhor e o Shinko Nakandakari, que coloca com muita exatidão que o senhor teria recebido essas propinas.

Vou aguardar as respostas.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sra. Deputada, o primeiro caso é a questão da Alusa. No relatório da comissão interna de apuração... Eu até tentei falar um pouquinho antes aqui sobre esse item 6.2. A Alusa apresentou, sim, uma proposta de redução de custos, dividida em três itens, para fazer o seu projeto. O que ocorreu, naquela época, é que a Alusa... a Alusa, não, nós estávamos projetando a refinaria. Naquele momento, o orçamento aprovado da refinaria era de 4 bilhões de dólares, 4.09. Só que nós, como eu falei com o Relator antes aqui, desde 2007, a refinaria — desde antes de eu estar lá —, ela estava sendo trabalhada na fase do chamado FEL 3, ou fase 3, que é aquela fase em que é aprovado o seu investimento, e aí o projeto vai criando algumas características, e dessas características, ele que vai dar... Então, o projeto valia os seus 13 bilhões de dólares, e não os 4 bilhões. Naquela concepção original, para se ter... Eu vou colocar alguns dados do projeto técnico, que era, no caso, da CAFOR. O que se imaginava, inicialmente, era colocar geração de 120 megawatts, através de três máquinas de 40 megawatts; compressores de ar, quatro máquinas de 7.500; transformadores de energia de entrada, 3 de 50 MVA. Não estavam previstas subestações ilhas. São quatro subestações que foram colocadas no meio do projeto para levar a energia em alta tensão até próximo das grandes unidades. Nenhuma subestação GIS, que é uma subestação que ela é totalmente, digamos, reduzida de tamanho, feita com gás inerte, pressurizado, de modo que ela possa ser reduzida, é uma subestação GIS extremamente complexa, e transformadores, diversos transformadores. Não tinha nenhum no primeiro projeto. Quando nós licitamos com



o projeto básico, nós já tínhamos... era exatamente outra configuração: quatro de 50 megawatts; quatro subestações ilhas e suas interligações que ficavam cerca de 1 quilômetro e meio... em torno de 1 quilômetro, na média, entre a subestação principal de geração de energia até essas subestações ilhas; os compressores, ao invés de quatro, viraram cinco de capacidade maior; os transformadores, ao invés de três de 50, viraram dois de 100 e uma subestação GIS e uma quantidade enorme de transformadores, que antes não tinha nada, virou 12. Então, o projeto que foi licitado foi completamente diferente do projeto daquele original. O que a PETROBRAS... Aí nós já tínhamos feito a licitação, a empresa já tinha ganho, e a área do abastecimento falou assim: *“Olha, temos que tomar medidas de redução de custo do projeto”*. E quais seriam as mudanças que seriam feitas? Falou-se: *“Olha, vamos fazer algum estudo, primeiro, de comprar parte da energia do sistema externo, ao invés de gerar sua energia, e comprar a energia”*. Então, tirou uma das máquinas. Quando tira uma máquina, você reduz o projeto, simplifica o projeto como um todo, e aí vai ficar. Bem, o que a PETROBRAS fez nesse caso? Falou assim: *“Olha, negociamos com a empresa Alusa que ela deveria fazer... quanto custaria, uma vez que a gente assine o contrato, que a gente reduza essa máquina, que eu não instale o quarto compressor”*. Isso foi feito antes de assinar o contrato. Por quê? Uma vez o contrato assinado, essa negociação seria muito mais difícil. Antes de assinar o contrato, você tem ainda uma pressão em cima da empresa para reduzir esse custo. O custo estimado, depois de muito trabalho, estava em 15 milhões de reais. Um outro item foi com relação à... como se fala? Estou sem a carta da Alusa aqui, mas ela tinha um valor que representava cerca de 13 milhões de reais, que era referente a se a PETROBRAS mudasse as condições de pagamento. Olha só, ao invés de... a PETROBRAS paga com 30 dias: mede no dia 25 de um mês e recebe no dia 25 do mês seguinte. Ela falou assim: *“Olha, você me paga a cada 15 dias”*. Deu um *down payment*, ou um pagamento antecipado, de tantos por cento do contrato e colocou algumas condições que nós, naquele momento, falamos assim: *“Olha, para acertar essas condições, não pode, tem que cancelar o processo”*. Cancela o processo. E outra: a PETROBRAS não ia mudar todo o sistema que ela paga para todas as empresas conosco justamente por conta desse contrato. Então, isso não foi aceito. E o outro item que foi aceito foi o item referente à mudança da carta de fiança



bancária para seguro garantia, que deu uma economia da ordem de 4 milhões de reais. Bem, isso posto, há o grupo que trabalha comigo lá — não fui nem eu que negocie esse valor, o grupo que negociou — fez uma ata de reunião com a empresa e falou assim: “*Olha, a PETROBRAS fará isso*”. E entrou uma cláusula no contrato adicional onde se falava o seguinte: “*A PETROBRAS, em 60 dias, vai decidir se vai colocar o quarto tubo gerador ou não*”. Bem, passado isso, então, o contrato foi assinado. Então, ao invés dos 30, nós já tiramos o valor das mudanças contratuais, que não era possível. Então, isso não foi feito e não foi praticado. Então, se não foi praticado, a empresa não teve o benefício. Em segundo, o seguro garantia foi praticado, e nós aceitamos e fizemos um aditivo negativo desse valor, dos 4 milhões. A empresa propôs ainda, para assinar o contrato, um desconto adicional de 1 milhão, que foi feito um aditivo negativo imediatamente após a assinatura do contrato. E, com relação a esse ponto que era do TG, o que a PETROBRAS fez? Quando foi para colocar o turbo gerador... Para vocês terem uma ideia, o turbo gerador é colocado... está num prédio de cerca de 20 metros de altura, e os turbos geradores ficam nessa parte mais elevada. A PETROBRAS decidiu que seria... não é que ela não instalaria. Ela não instalaria não o que estaria previsto originalmente, que era o TG, o turbo gerador e seus acessórios, mas sim o turbo gerador somente. Então o que aconteceu? Aquele valor de 15 milhões foi, depois, através de uma comissão de negociação, aqueles 15 milhões nós fizemos... Então a empresa fez o projeto de instalação, inclusive do quarto TG, construiu toda a infraestrutura civil para colocar o TG e apenas deixou de colocar a máquina. E também — infelizmente, nesse relatório da comissão, que eu também tive acesso somente depois, não teve tempo de esclarecer para a Comissão, ela não identificou cerca de outros 4 milhões de redução de custo dos periféricos que estariam no TG. Então, ao invés dos 15 milhões, reduziu-se 12 milhões, porque 3 milhões ficou nos serviços que foram construídos, que foi a base do quarto TG, e todo o projeto e a infraestrutura dele. Então, isso foi feito, e não tem 1 centavo a menos. A comissão não me escutou e não entendeu. E acredito que a doutora, a minha colega Venina, não teve ciência dessas etapas posteriores que foram feitas, da negociação do contrato.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Na verdade, a comissão — e eu estou aqui, inclusive, com a cópia desse relatório — fala que essa foi uma prática



totalmente contrária aos padrões normativos internos da própria PETROBRAS. É que a comissão, na verdade, afirma, que inclusive há nas informações que constam do relatório, o inverso do que o senhor está colocando, que na verdade tudo o que tinha sido anteriormente protocolado havia sido cumprido e que essas novas tratativas sequer foram comunicadas à Diretoria da PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, Deputada. Já se esgotou o tempo de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas ainda ele tem várias perguntas, Sr. Presidente, para responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu sei. Mas ele então vai responder. V.Exa. já fez as perguntas.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Bem, a minha relação... Eu já fiz um outro documento, questionando todos esses pontos da comissão, como acho que vários deles. O outro: relação com o Marcelino. O Dr. Marcelino era o Presidente da refinaria; eu atuava para dentro da refinaria, e ele tinha as relações institucionais da refinaria.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ele indicou o senhor?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. Não.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor foi Vice-Presidente dele?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. Não fui Vice-Presidente. O meu cargo era de gerente-geral de outra área. O Dr. Marcelino é da área do abastecimento e eu sou da área da engenharia. É outro órgão da PETROBRAS. Não conheço o Sr. Vaccari. Nunca estive com ele. Não conheço do Sr. Youssef. Nunca estive com ele. *(Pausa.)* Desculpe, que a pergunta do calote eu não anotei.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Da participação da Venezuela, que acabou saindo depois.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, não teve... A saída da Venezuela acabou não impactando. Eu acho que até já falei isso anteriormente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não impactou?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - O projeto da refinaria, não, porque a refinaria já eram dois trens para produzir petróleo pesado. Pode processar aí num trem como no outro. O petróleo da Venezuela é um petróleo semelhante ao



petróleo de Marlim. A diferença do petróleo venezuelano para o nosso é que o petróleo da Venezuela tinha muito enxofre, e, se nós recebêssemos petróleo da Venezuela, teria que construir uma unidade, que é a unidade de recuperação de enxofre. Como não veio esse projeto, essa unidade não foi construída. Então, esse é o ponto. A respeito da minha saída, eu acho que, como todos os outros que saíram em função do processo, eu acho que tem... num primeiro momento, eu posso ter-me sentido injustificado por estar saindo naquele momento, que na semana seguinte a refinaria ia entrar em produção. E o que eu tinha... a informação que eu tinha era que, até o meio-dia de esse relatório ser apresentado na Direção da empresa, não tinha nenhuma penalidade para ninguém da RNEST. Todos os que estão citados aí, que são da engenharia da RNEST, que sou eu e mais três colegas que estão aí, não teria nenhuma penalidade — meio-dia. Às 3 horas da tarde, eu recebi um telefonema falando: *“Olha, alterou tudo, e nós vamos destituir as pessoas que estão no (ininteligível).”* Foi uma questão, uma decisão estritamente gerencial, porque todas as decisões, a senhora pode ver no último item lá, que é o 6.5, isso aqui é só uma questão formal da coisa. Então, não tem nada disso. Não fiz nenhuma doação de bens para ninguém; eu tive, sim, uns encontros com o Sr. Shinko, porque ele era o meu amigo...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Nesses hotéis?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Nesses hotéis, porque ele ficava hospedado no hotel e, muitas vezes, eu tinha, quando ele vinha para cá, o aniversário dele era no dia 23 de setembro, e o meu aniversário é dia 8 de outubro...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor se sente traído por ele?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu não vou dizer que eu me sinto traído, mas existe uma frase que diz o seguinte: *“Só pode dar uma facada nas costas da pessoa aquela pessoa que pode te abraçar”*. Então, é...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas ele o abraçava antes, era seu amigo?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Então, o Sr. Shinko, que eu considerava como um amigo, usou da minha boa-fé, da minha amizade para fazer esse tipo de coisa. E a gente aprende a não subestimar melhor.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor recorda a última vez que o senhor esteve com ele no hotel?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputada Eliziane, V.Exa. já usou bastante o tempo, eu fui extremamente tolerante.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Vamos concluir.

O SR. GLAUCO COLEPICOLA LEGATTI - Acredito que tenha sido em agosto. Eu não tenho certeza da data que eu encontrei com ele, porque eu estive muito em Recife no ano passado, eu participei, fiquei praticamente o tempo todo lá em Recife.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Bem, concluindo...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, uma questão de ordem. É uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Questão de ordem da Deputada Eliziane.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, todas as vezes, antes de iniciar os trabalhos da CPI — V.Exa. está assumindo a Presidência agora —, o Presidente Hugo faz questão de destacar a necessidade de réplica e tréplica, e isso, na verdade, não está ocorrendo.

Por exemplo, o Deputado que é autor de um requerimento, como é o nosso caso e o caso de outros Deputados que ainda virão, às vezes, tem necessidade de fazer essas réplicas, até mesmo para que as informações possam ser completadas e possam se evitar novas convocações, como nós estamos fazendo aqui com Barusco.

Então, eu queria só fazer essa... Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Feita a referência, vamos levar em consideração o Presidente Hugo Motta.

Seguem agora os membros da CPI. Por ordem de inscrição, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Valmir Prascidelli.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - É que, no momento da intervenção dos Sub-Relatores, eu estava na Comissão de Constituição e Justiça, em função da votação que está havendo lá sobre a redução da maioria penal.

Fui informado, agora, de que houve uma questão de ordem na ocasião, e V.Exa. disse que permitiria que a gente pudesse utilizar aqui o tempo de pergunta.

Então, eu faço questão de ordem exatamente nesse sentido: há possibilidade de utilizar, agora, como Sub-Relator?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Normalmente, é no final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. vai usar da palavra, mas como eu já a havia concedido a palavra ao Deputado Izalci, tenha um pouco de paciência.

Depois do Deputado Izalci, V.Exa. usará da palavra como Sub-Relator.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O.k., sem problemas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Em relação ao tempo de Líderes?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu posso ir falando e depois V.Exa. responde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - É, vamos seguir. Depois eu...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu quero lembrar ao depoente, primeiro, não sei se ele tomou conhecimento, que a Justiça acabou de homologar o acordo de delação premiada do engenheiro Shinko ontem. E, nesta oportunidade, aliás, antes dessa data, ele fez um complemento ao depoimento e entrou nos detalhes.

Diz ele:

“Não tinha nenhum indicativo de que Glauco recebesse ou se dispusesse a receber propina; que, a princípio, a reação de Glauco não foi natural, pois, em nenhum momento, o depoente tinha tido esse tipo de relacionamento com Glauco. Acredito que não foi à primeira conversa com Glauco que ele aceitou o valor, mas, sim, posteriormente. No dia da primeira entrevista, o



depoente sentiu que Glauco iria receber o suborno; na segunda vez que foi conversar com ele, já houve o recebimento, em torno de 50 mil reais”.

Só para lembrar a V.Sa. Vou até perguntar em cima disso: V.Sa. recebeu alguma vez algum empréstimo de Shinko ou algum favor para pagar depois? Um financiamento?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não? O.k. Vou dizer também uma afirmação que ele fez. Olhe o detalhe, ele realmente é uma pessoa bastante criativa, sabendo que, se for desmascarado, vai quadruplicar a ação:

“Doutor, eu diria o seguinte, nós mesmos, até que deu a operação, em novembro, a gente não tinha essa preocupação” — disse Shinko. ‘Eu e o próprio Erton não estávamos sabendo da profundidade que isso podia chegar, a questão da Galvão. Em 2014, no primeiro semestre, a necessidade da empresa era tão grande em aprovar os aditivos da PETROBRAS, principalmente lá na RNEST, que ainda teve liberação de pagamentos para que eu pudesse pagar Glauco, que era o gerente-geral da RNEST’.”

Então, ele entra nos detalhes.

V.Sa. disse aqui, nós já tínhamos ouvido aqui, que Pasadena foi um ótimo negócio. V.Sa. acaba de afirmar que também Abreu e Lima foi um bom negócio. Eu diria que um bom negócio para aquelas pessoas que participaram do esquema, como disse o Ministério Público: *“a quadrilha”*. Eu acho que V.Sa. pode se sentir um marido traído, porque tudo aconteceu lá na RNEST — bilhões e bilhões, e aditivos e mais aditivos.

V.Sa. disse que não houve nenhum sobrepreço. Ora, as empresas já confessaram; os próprios funcionários, como Renato Duque, mas, principalmente, Barusco; a Presidente Graça Foster — por isso eu perguntei.

V.Sa. respondeu lá no Senado exatamente igual à Presidente Graça Foster, só que, no último depoimento, ela mudou. No último depoimento, diferentemente do



que V.Sa. disse no Senado, Graça Foster disse aqui, na última vez, que foi questão de projeto básico mal feito. Isso foi o que Graça Foster disse, e ela admitiu a sua incompetência em termos de gestão.

V.Sa. disse aqui, inclusive, e eu quero reafirmar isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Por favor, conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ... realmente, as empresas, no superfaturamento, declararam que adicionavam o preço de três; no caso dos aditivos, até 5%. Então, era o que acontecia, e eles confessaram.

Então, V.Sa. não pode dizer que não houve sobrepreço, porque já foi admitida essa questão. Então, só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Concluindo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Já que V.Sa. tentou convencer os Deputados de que foi um bom negócio, quero dizer a V.Sa. que, quando a PETROBRAS foi à Bolsa de Nova Iorque captar recursos, não foi em real, foi em dólar. E o balanço lá na Bolsa de Nova Iorque é em dólar. Então, o prejuízo real, hoje, é em dólar. Transformado em reais, são 60 bilhões de reais.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Obrigado, Deputado Izalci.

Com a palavra o Dr. Glauco.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Deputado, quando falei sobre bom negócio, eu falei mais com a ideia de deixar de importar os produtos e tudo o mais. Inclusive, falei para o Relator que essa parte dos EVTEs, da viabilidade do negócio, é feita pelo grupo especializado lá para poder dizer; do ponto de vista empresarial da PETROBRAS, é isso. Eu falei como uma pessoa, como um engenheiro que vê aquele negócio pronto para poder deixar de importar os 200 mil barris de petróleo refinado aqui dentro do País. É bem com relação a isso. Com relação ao sobrepreço, eu ainda volto... O que as empresas fizeram eu não posso dizer, eu posso dizer o que a PETROBRAS fez, dentro da ótica da PETROBRAS. Nenhum preço, nenhum preço, nenhum aditivo, nenhum contrato foi assinado fora dos limites estabelecidos pela nossa área de estimativa de preços e custos. Então,



veja só, do ponto de... tem dois lados. Vou falar do lado técnico da PETROBRAS: do lado técnico da PETROBRAS, nenhum de nós pode assinar um contrato, ou indicar, ou recomendar para a Diretoria assinar um contrato que não esteja dentro do valor da estimativa. Se nós não assinamos nenhum contrato dentro da estimativa, significa que eu não... do meu ponto de vista, do meu entendimento, que os processos estão corretos e não teve aumento de preços.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Teve sobrepreço na margem de lucro, tanto é que somaram 5%! É óbvio!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Concluindo.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Perfeito! Então, esse é o ponto aí que tem. O senhor fez mais uma pergunta que era...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Então, que era... que é em dólar, por isso que eu falei que os nossos negócios são em dólar. Mas, hoje, não pode pegar os 18 e multiplicar simplesmente pelo dólar de 3.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Esse detalhe que ele falou que o senhor fazia, que a Galvão precisava de um aditivo e tinha de recorrer, não era V.Sa. que acompanhava os aditivos?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - É isso que eu lhe disse...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Dificultava as coisas?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, ninguém dificultava nada, porque eu falei anteriormente também da transparência do processo. Quando a Galvão colocava lá um pleito para se... ter vantagens a respeito, querer receber aquele pleito, ela sabia o seguinte: tem 90 dias que é de negociação, e, se ele não chegar no preço nos 90 dias, pode aumentar esse prazo, e isso é uma equipe técnica especializada, eu não tenho nada a ver com isso. Eu não negocieei, não defini valor para a Galvão. E o último item que o senhor falou foi referente aos... não é aditivo, não, o senhor falou outro tema ainda que me fugiu aqui, que eu não anotei, desculpa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Falei da margem?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, não da margem.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Nessa amizade que o senhor teve, não pegou dinheiro nenhum emprestado e nada?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - De maneira nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Izalci, V.Exa. já usou bastante tempo.

Vamos passar agora a palavra para o Sub-Relator Prascidelli, que não estava aqui presente no momento, estava na CCJ cumprindo outras atribuições. V.Exa. tem 10 minutos. Em seguida, vamos começar a utilizar o tempo de Líderes, ouvindo o primeiro inscrito, o Deputado Mendonça Filho.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, primeiro queria agradecer a compreensão. Todos os Deputados sabem — alguns daqui também estiveram lá na Comissão de Constituição e Justiça — que é um tema bastante complexo e, evidentemente, era importante que eu estivesse lá. Por isso peço desculpas inclusive ao Relator, ao Presidente e aos demais Deputados por não ter acompanhado todas as intervenções, as perguntas ao depoente. E eventualmente eu posso até fazer algum questionamento que já tenha sido feito em função disso.

Sr. Glauco, primeiro, o senhor não está aqui como acusado, nem como réu, V.Sa. está aqui como testemunha. No entanto, V.Sa. foi acusado por uma das pessoas que fizeram delação premiada e que envolveram o nome do senhor como recebedor de propinas da PETROBRAS. Eu vou, evidentemente, fazer rápidas perguntas e gostaria que V.Sa. pudesse respondê-las, claro que, como já foi dito aqui desde o início, com a verdade. Algumas serão de cunho mais técnico e em outras vou entrar em função dessa acusação feita a V.Sa.

Primeiro: a PETROBRAS tomou a decisão da construção da Refinaria Abreu e Lima, e eu gostaria que V.Sa., como um técnico, como alguém que ocupava um cargo importante, um ex-Gerente da PETROBRAS, pudesse dizer quais foram as razões estratégicas que fizeram com que a PETROBRAS tomasse a decisão de construir essa refinaria naquele local.

Segundo: eu gostaria que V.Sa. também pudesse dizer, já que esta refinaria foi construída por um consórcio de empresas nacionais, qual é a capacidade dessas empresas para a construção desse tipo de obra e qual a diferença da construção ser feita por empresas nacionais e empresas estrangeiras.



Terceiro: V.Sa. se referiu — da parte que eu peguei aqui — à formação de preços da PETROBRAS e a uma margem de formação de preço. Eu gostaria que V.Sa. pudesse também abordar essa questão. Como se dá essa formação de preço? O que se leva em consideração? Evidentemente eu sei que são várias questões e, às vezes, rapidamente não dá para expressar, mas eu queria que V.Sa. pudesse expressar aquelas questões mais relevantes para essa composição de preço, porque é claro que a composição de preço, quando tem uma margem de 15 para menos e 20 para mais, é uma margem de 35% de diferença do preço básico apontado por uma equipe técnica da PETROBRAS, uma margem que eu considero relativamente ampla para poder haver uma distorção para menos ou para mais. E nós estamos acompanhando aqui, através dos depoimentos, que essa margem foi sempre superada.

Quarto: eu queria que V.Sa. pudesse aqui falar com relação aos aditivos. Há, de fato, como a ex-Presidenta da PETROBRAS disse aqui, uma falha de projeto básico que propiciou esses aditivos ou esses aditivos são em função de outras questões técnicas? Eu queria que V.Sa. pudesse dizer.

Eu também quero entrar um pouco nesse debate da acusação feita a V.Sa. por um delator. O engenheiro Shinko Nakandakari disse que V.Sa. recebeu 400 mil reais em propinas. V.Sa. disse aqui que trabalhou com Pedro Barusco, que nesta CPI também assumiu que foi uma das pessoas que desviaram recursos da PETROBRAS. Eu queria que V.Sa. afirmasse aqui que não pegou ou que pegou algum desses recursos e que afirmasse ou discorresse sobre sua relação com Pedro Barusco, se sabia que ele recebia alguma propina, conforme ele disse aqui, ou não, se o senhor participava ou não e se o senhor acha que ele recebeu propina sozinho num determinado momento. Conhecendo a estrutura da PETROBRAS como imagino que V.Sa. conheça, porque era gerente da PETROBRAS, ele recebia propina sozinho num determinado momento?

Agora eu também tenho uma dúvida que ficou aqui estabelecida pelo Sr. Barusco. Ele disse que até um determinado momento a propina na PETROBRAS era uma coisa sistematizada. V.Sa. foi gerente da PETROBRAS. V.Sa. acha que a PETROBRAS tinha uma sistemática comum de recebimento de propina? Era para todos os gerentes, diretores, funcionários, técnicos? Como era isso? Depois ele



disse que a propina acabou sendo institucionalizada. Eu também gostaria que V.Sa. pudesse dizer isso. Era institucionalizada na empresa? Era ordem dos superiores? Como é que era esse negócio? Senão, aqueles que nos assistem ficam imaginando que a empresa PETROBRAS só funciona à base de propina, conforme foi dito aqui ou tentou dizer o Sr. Barusco. Os preços eram formados de que forma? Davam essa margem para propina ou as empresas ofereciam a propina? Os técnicos cobravam propina? V.Sa. cobrou propina antes de aprovar um dos projetos? V.Sa. recebeu propina antes de as empresas começarem a trabalhar?

Eu gostaria que V.Sa. pudesse discorrer sobre esses temas, até para que a gente possa embasar as informações para configurar os relatórios que serão feitos pelas diversas relatorias, especialmente a que se refere à Refinaria Abreu e Lima.

Por último eu gostaria que V.Sa. também, como ex-gerente da PETROBRAS, como alguém que viveu um momento importante de crescimento da PETROBRAS, pudesse discorrer sobre o significado do fechamento, por exemplo, dessa refinaria ou de outras obras da PETROBRAS para a economia do Brasil ou para as empresas e para os empregos das regiões onde elas estão instaladas.

Muito obrigado.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Bem, eu vou pela ordem dos questionamentos. Sobre a nova refinaria e o local da refinaria, isso fez parte de um estudo anterior da PETROBRAS que começou bem antes de 2005 e que culminou na estratégia de construir essa refinaria. Sempre foi vista a necessidade de colocar mais uma unidade de refino, em função do crescimento da demanda interna. Então, hoje, principalmente na Região Nordeste, haveria a necessidade de aumentar, porque era deficiente principalmente no produto *diesel*. Desses estudos iniciais, dos diversos pontos para estudar a posição da refinaria, Pernambuco saiu como um local adequado, em função da disponibilidade da própria infraestrutura que Suape já tem. Essa estrutura lá de Suape já era uma área industrial, tanto que a Refinaria Abreu e Lima ocupa na ordem de 630 hectares e é praticamente toda dentro dessa área. As áreas para ampliação são dentro dela. Então, o primeiro fato necessário da refinaria foi colocar *diesel* na Região Nordeste; a segunda posição era reduzir a nossa importação de derivado de *diesel* que vai suprir grande parte da nossa importação de produtos; depois, a questão do local, as condições locais, tanto



do ponto de vista de logística para receber produtos, porque já estamos em Suape, uma área pronta para receber as unidades, com as poucas ampliações que foram necessárias, e com relação à interiorização e distribuição dos produtos. Então, foi a refinaria projetada para aquela região para suprir a grande demanda de *diesel* da região. As empresas que participaram desses projetos, nós... A opção da PETROBRAS, a opção do Brasil naquele momento foi que tudo que pudesse ser feito no Brasil ia ser feito no Brasil. Nós estávamos em 2008, a ideia era aumentar conteúdo nacional e, em tendo competição interna que tivesse, vamos dizer, para a área de suprimento dos materiais no mínimo três a quatro empresas que pudessem fornecer um determinado bem, nós iríamos cotar aqui e lá fora, para que também não se pagasse um prêmio muito elevado para as empresas brasileiras, comprando aqui dentro. A grande maioria dos equipamentos, então, foi fornecida pela indústria nacional — grande parte dos grandes equipamentos. O que nós não compramos no Brasil foram simplesmente alguns equipamentos ou de grande porte ou que a indústria nossa não tinha competitividade muito grande para isso. Então, nós tivemos alguns reatores que foram comprados das unidades de coque, foram compradas fora, algumas válvulas especiais que são de domínio de tecnologia de empresas especiais para elas. Com isso, nós tivemos uma grande participação do mercado acional como fornecedor. Então, grande parte de todo fornecimento foi isso. Com relação às empresas construtoras, trabalharam na RNEST as empresas efetivamente que tinham capacidade executiva não só do ponto de vista técnico, mas do ponto de vista financeiro para colocar. Eu disse que a PETROBRAS paga com 30 dias. Então, a empresa mede 50 milhões de serviços no mês para aqueles grandes contratos. Então, tem que ter uma empresa com capacidade financeira de ter capital de giro suficiente para manter aqueles 10 mil, 15 mil empregados, que têm cada uma dessas grandes empresas. Então, trazer empresas estrangeiras até poderia ser, mas certamente elas teriam que estar associadas a alguma empresa brasileira para isso. Houve também uma grande formação de mão de obra que trabalhou dentro dessas questões, dentro desses projetos. Com relação à formação de preço — o Sr. Presidente pediu que eu falasse um pouquinho mais rápido —, como se faz? A formação de preço na PETROBRAS é feita através de órgão especializado de custo, da nossa estimativa. Quais são as entradas desses



estudos? A entrada desse estudo é, primeiro, um histograma dos (*ininteligível*). Então, nós PETROBRAS fazemos lá o que vai ser em função de experiências passadas: como vai ser a construção dessa refinaria, quantas pessoas vão estar envolvidas, quantos soldadores, quantos mestres, qual o tamanho dos equipamentos necessário para a construção. Com esse desenho dessa construção, vai para esse órgão específico de estimativa de custos. Lá, com base em como deveria ser construída a refinaria, vai fazer uma distribuição de todos aqueles custos, através das ferramentas internas da PETROBRAS. A conclusão da PETROBRAS aqui foi a seguinte: quando ela faz estimativa de custo, com esse grau de projeto que nós colocamos lá, os órgãos, os organismos internacionais — isso foi pela experiência da PETROBRAS —, a margem de erro naquele valor é menos 15 ou mais 20. Então, significa que qualquer preço dentro deste universo de menos 15 mais 20 daquele valor referencial que ele fez não é o valor da estimativa. Qualquer preço entre menos 15 e mais 20 é o preço justo a ser pago por qualquer um de nós que tenha mandado alguém para lá. Não estou pagando nem caro nem barato se eu contratar na faixa inferior ou na faixa superior. Então, é isso que esse grupo de estimativa faz. Essa formação de preço é esse grupo especializado que faz. Nós que trabalhamos na Gerência de Empreendimento ou nas outras áreas não temos conhecimento desses valores, como ele faz e tal. Se nós mandarmos para esse grupo também uma quantidade muito grande no histograma a mais, ou muito exagerado de pessoas, ou inferior ao número de pessoas, ele também tem as relações que tinha dos outros projetos. Então, ele comunica ao empreendimento: “*Você está estimando muito pouca gente aqui*”. Isso é feito. Esse valor é o valor do empreendimento. Eu disse aqui várias vezes que, do ponto de vista interno da PETROBRAS, não há valor a ser colocado a mais para aceitar ou não a proposta. A Presidente falou de aditivos e falhas de projeto básico. Anteriormente eu fiz um retrato dos aditivos, e os aditivos têm uma determinada cláusula que vai implicar aumento de custo que são quantidades determinadas. Eu acho que isso é a cultura, e o próprio IPA, um instituto que faz a análise dos preços dos projetos do mundo todo, quando estima um projeto de FEL 2 para FEL 3, você põe lá um valor do projeto e um valor de contingência para o projeto. Quando você está numa determinada fase, essa contingência é muito alta; quando você vai passando de



fases, essa contingência, o valor até sobe, porque sempre os valores sobem não só no Brasil, como fora do Brasil, entre uma fase de FEL 2, de fase 2 para fase 3, que é do projeto conceitual para o projeto básico e para a fase da compra efetiva do serviço. O que diminuem são as contingências, mas os valores estão subindo. Os projetos da PETROBRAS, até esses que foram estimados, tinham obrigação de cumprir uma decisão do TCU, nas nossas estimativas, de que a contingência podia ser, no máximo, de 2%. Imagine um projeto do porte dessas unidades de coque, que eu comentei aqui, muito grande, com uma contingência de 2%? Então, nós levamos isso ao IPA, tivemos uma reunião grande com o TCU, que fez um excelente trabalho sobre esse tipo, e nós evoluímos nesse trabalho. Uma das conclusões foi que esse menos 15 mais 20, desde que você o adapte à estimativa anterior das outras fases, pode ser válido; ou a última discussão, que ainda não está fechada, é que essa variação seja calculada, em vez de ser arbitrada. Esse vai ser o caminho da PETROBRAS. Alguns poderão dar mais de 20%, outros poderão dar menos. Então, com relação a esses aditivos e tudo o mais, eu sou da área executiva e entendo que isso pode ser interpretado não como erro de projeto. Mas a Presidente da PETROBRAS, que tem outra visão, pode interpretar que uma variação de custo arbitra como erro de projeto porque ficou diferente do que se imaginava antes, muito embora os contratos tenham regras para pagar custos a maior no caso dos aditivos. Outro ponto é a acusação de 400 mil reais. O Sr. Shinko foi muito meu amigo durante grande parte do tempo. Eu jamais imaginava que pudesse ter isso. Não recebi dinheiro do Dr. Shinko e espero, em algum momento, que isso seja esclarecido. Em algum momento ele vai ter que — não é acareação —provar que me deu dinheiro. Se eu não recebi, diz que deu. Eu não recebi. Então, prove, prove que deu dinheiro. Não tem recursos. Não recebi nem desse nem de qualquer outro contrato. A relação com o Dr. Pedro Barusco era de chefe para subordinado. Ele era o Gerente-Executivo, e nós tínhamos que prestar contas. Jamais participei, ou participava, de qualquer negociata, de qualquer acerto antes, durante ou depois. Nunca tive conhecimento dessa história “de sistemática” para receber propina. Não conhecia. Desconhecia. Nunca ouvi falar isso na PETROBRAS. Não recebi, não distribuí, não vi e não sei desse valor. Não tem essa história de propina sistematizada. Não ouvi essas delações que foram feitas. Não cobre e nem recebi



antes de assinar nem contrato nem aditivos. Pode trazer qualquer dirigente de empresa aqui, qualquer, e perguntar se existe alguma coisa. Não existe. E, para o final, o significado dessa refinaria para o Brasil. Eu acho que ela muda o patamar do Nordeste do ponto de vista de produção de derivados para a região e vai gerar, através da vida dessa refinaria, uma quantidade de empresas já no setor de apoio à operação muito grande e certamente vai ampliar. Quem viu Suape antes de 2008 e vê Suape agora, é outra região em termos de desenvolvimento. Ninguém pode negar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Muito bem. Vamos, então, ouvir...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Permita-me uma questão de ordem, apenas como contribuição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Uma questão de ordem ao Deputado Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu não vi nesta Comissão uma mentira mais gritante do que essa ou do Sr. Glauco ou do Sr. Shinko Nakandakari. Não vejo como a CPI deixar de fazer uma acareação.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Presidente, questão de ordem...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu queria sugerir a V.Exa. que tomasse essa iniciativa, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Eu queria entender qual é o fundamento da questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Muito bem. Não se trata de uma questão de ordem, naturalmente.

Passo a palavra para o Deputado Mendonça Filho, que vai falar pela Liderança do DEM pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas presentes, Sr. Glauco Legatti, como pernambucano, lutei muito para que a Refinaria Abreu e Lima pudesse virar realidade em Pernambuco. Evidentemente, essa nossa luta em defesa da implantação de refinaria de petróleo empreendida pela PETROBRAS não poderia acontecer tendo como enredo um processo



contaminado de denúncias de corrupção, superfaturamento, sobrepreço e inúmeras outras irregularidades.

Eu sei que o discurso do senhor, Sr. Glauco, e de outros que falam em nome da PETROBRAS é sempre de que o preço pago pela implantação da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, foi de mercado. Mas qualquer cidadão sensato que acompanha empreendimentos privados ou públicos sabe que uma planta de refino de petróleo não pode sair da casa dos 2,4 bilhões de dólares para 18 bilhões de dólares ou mais e isso ser simplesmente tido como coisa normal, o projeto básico foi alterado ao longo do processo de implantação da planta de refino de petróleo. O sujeito está falando aí em oito, talvez nove vezes o projeto original. E isso se deu por dois motivos básicos: má gestão, incompetência envolvida na implantação da planta de refino de petróleo, e corrupção. Não tem outra justificativa que possa fazer com que a planta de petróleo se multiplique por oito ou nove vezes do preço original.

O senhor disse que a planta de petróleo projetada inicialmente em parceria com a Venezuela tinha como lógica o processamento de um óleo venezuelano com grande conteúdo de enxofre. Segundo meu entendimento, que não é técnico: mais enxofre, óleo mais pesado. Necessariamente sim ou não? Não necessariamente, mas mais complexo o processo de refino?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Mais contaminantes.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Mais contaminantes e mais caro.

As informações que se tem é que o processo da planta de refino de petróleo em Pernambuco obedeceu a toda a lógica do petróleo venezuelano. Todo o projeto foi concebido para receber petróleo venezuelano, cujo custo de processamento e de refino é mais caro do que o custo de processamento do petróleo vindo de Marlim. Confere? O petróleo venezuelano é mais caro do que o petróleo brasileiro?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não confere.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não confere, na sua visão.

Pois bem, eu entendo ainda mais grave, porque a informação que se tinha é que o petróleo venezuelano era mais caro do ponto de vista de processamento do que o petróleo brasileiro e que a planta foi projetada para processar petróleo vindo da Venezuela e que a mudança, com a saída da PDVSA, ensejou a manutenção do



projeto original, com custos elevados, sem que nós fôssemos processar petróleo venezuelano, o que é um absurdo e mostra mais um erro.

A mesma lógica adotada na explanação com relação à implantação da Refinaria Abreu e Lima foi dita também com relação à Pasadena, a refinaria comprada nos Estados Unidos, que significou um prejuízo de mais de 1,2 bilhão de dólares. Quer dizer, uma aberração. E a justificativa é a mesma.

Eu insisto com o Sr. Glauco para que ele possa pelo menos trazer alguma alegação. Ele disse que era amigo do Sr. Shinko, amigo íntimo. Sabem até datas de aniversário um do outro. Ninguém conhece data de aniversário de alguém com quem não tenha grande intimidade. Por que um amigo tão íntimo poderia, segundo sua expressão, traí-lo com a faca nas suas costas? Qual é a razão dessa traição? Qual é, vamos dizer assim, a justificativa que o senhor traz para um ato tão cruel de alguém que tinha um relacionamento tão fraterno, a ponto de ter...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu vou concluir, Presidente. A ponto de ter, vamos assim dizer, conhecimento mútuo de datas de aniversário? Eu creio que, mesmo sob delação premiada e assinando um contrato de colaboração com a Justiça, um amigo não chegaria ao ponto de trair outro amigo por uma razão banal. Eu acho que na sua cabeça há certamente uma explicação, pelo menos uma especulação com relação à razão.

Eu vou chegar ao fim, Presidente, dizendo o seguinte: o cenário do fim da implantação da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apesar do legado positivo, evidentemente, com a planta industrial como essa, que deixa para o território pernambucano... Eu não vou negar isso, até porque lutei, como Vice-Governador e Governador, para que isso acontecesse. Isso deixa um final muito triste, de fornecedores que estão sem receber e de milhares de trabalhadores que sequer tiveram o direito de receber seus direitos trabalhistas.

Então, aqui fica o meu registro da incompetência de gestão e do ambiente extremamente negativo, decorrente dessa gestão de implantação da Refinaria Abreu e Lima, que deixou um lado positivo que é significativo, mas deixou um rastro de corrupção, de calote e de infelicidade para milhares de trabalhadores do meu Estado, Pernambuco.



Eu gostaria de facultar a palavra... Não foram perguntas, Presidente, mas que ele pudesse comentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. V.Exa. sabe que no horário do tempo do Líder não cabem indagações. Mas, de qualquer maneira, se ele quiser fazer algum comentário, pode fazer.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Até sobre Shinko e os pontos elencados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Passamos a palavra ao Delegado Waldir. V.Sa. deseja fazer algum comentário, Dr. Glauco? Se não deseja...

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu gostaria só mais sobre a questão do petróleo da Venezuela e alguns outros pontos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Bem rapidinho, por favor.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, depois João Carlos Bacelar, pela Liderança do PR, por favor.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Só para o caso do petróleo da Venezuela, como o senhor bem disse, mesmo o petróleo da Venezuela com o petróleo brasileiro seria um petróleo de grau API de 16,5, que seria o petróleo de Marlim. Então, o petróleo da Venezuela eles chamavam “melhorado”, porque iam pegar o petróleo venezuelano para fazer com que tivesse 16,5 graus API, e entrava em um dos trens. A refinaria está projetada assim: para funcionar, dois trens, alternadamente, um com outro. Com o petróleo venezuelano precisaria mais da unidade de recuperação de enxofre, que não foi construída porque ele não se concretizou. O ambiente negativo justamente deixou no Estado...

Eu acho que essa é uma marca que toda a vida a PETROBRAS, enquanto eu estive lá, não queria que ficasse, justamente por conta desses vários efeitos, inclusive desta operação, a Operação Lava-Jato, que em meados do ano passado a PETROBRAS foi muito mais criteriosa, não assinou os aditivos porque toda hora parecia que uma empresa estava envolvida nesse processo... Então, como pagar alguma coisa para alguém que está envolvida num processo como esse? Isso realmente prejudicou as empresas sobremaneira.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - E sobre Shinko?



O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sobre Shinko, eu já expressei anteriormente, não vejo a razão. A única especulação que eu faço: ele devia ficar com o dinheiro e dizia, tinha que justificar com a empresa e falava que dava para o Glauco, que era com quem ele tinha relacionamentos dentro da PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Dando sequência, com a palavra o Deputado Delegado Waldir, como membro inscrito para o debate. Em seguida, alternando com a Liderança, Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Srs. Deputados. Sr. Glauco, eu gostaria de fazer algumas perguntas diretas, se o senhor puder responder diretamente “sim” e “não”, bem rapidamente.

O senhor isenta o Sr. Roberto dos prejuízos da PETROBRAS, conforme o senhor já se manifestou na CPI do Senado?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - A pergunta que foi...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor se manifestou no Senado dizendo que isentava ele de qualquer responsabilidade.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor isenta ele de qualquer responsabilidade nesses golpes que aconteceram na PETROBRAS?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sr. Deputado, a pergunta que me foi feita foi assim: “*O senhor atribui o aumento de custo da refinaria ao Paulo Roberto Costa?*” Paulo Roberto não foi o responsável pelo aumento de custo da refinaria.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Em relação à corrupção. Em relação à corrupção...

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Disso não tenho o que falar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Quem é a pessoa responsável: Graça Foster? Gabrielli? Quem é?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu não sei te informar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor é filiado a algum partido?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Qual o seu salário na PETROBRAS?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Hoje, na faixa de 30 mil reais.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Trinta mil reais.

O senhor vem aqui e sabe que está sob compromisso legal. O senhor sabe que a Polícia Federal, o Ministério Público têm outras provas, têm filmagens, têm o senhor carregando malote ou não, ou bolsa, sabemos lá o quê, e que sua pena pode aumentar mais 4 anos por falso testemunho. O senhor estaria disposto a fazer uma acareação com o Sr. Shinko e dizer na cara dele que não pegou nenhum dinheiro?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Claro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor sabe que vai ter essas filmagens mostrando o senhor várias vezes. O senhor esteve com ele várias vezes.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Estive, falei. Ele era um amigo meu.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Uma outra questão: ontem ainda teve uma notícia nos jornais dizendo que a ex-Presidente Graça e Gabrielli foram mencionados nesse esquema de corrupção multibilionário, de corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive o BNDES, com prejuízo de 2,6 bilhões. O senhor sabe que vocês são peixe pequeno, e que peixes grandes vão cair, já estão caindo fora. Aqui no Brasil ainda está mais difícil. O senhor vê responsabilidade nessas pessoas nessa fraude ou vocês não viam nada, não enxergavam nada, são cegos, surdos e mudos?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sr. Deputado, eu ficava focado na construção da refinaria, como eu disse. Com a alta administração da PETROBRAS eu não tinha muito contato.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor não sabe de nada?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor tem alguma inimizade com Shinko?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, pelo contrário. Achava que não.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Ele detesta o senhor? Ele não gosta do senhor? Porque ele trouxe o senhor... O senhor é uma pessoa honesta, verdadeira. Seus filhos devem estar te vendo neste momento, sua esposa. O senhor vai ser trazido de volta aqui num outro momento com mais provas que nós devemos receber também. O senhor vai passar por mentiroso e vai aumentar sua pena. O senhor tem consciência disso?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu já disse para o senhor anteriormente. Não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor não entendeu a pergunta.

O senhor vai ser trazido aqui num outro momento com mais provas. O senhor vai continuar insistindo nessa tese de que o senhor não recebeu nem 1 centavo, mesmo que tenha estado em várias reuniões com o Shinko? Esteve na casa dele, esteve em hotéis com ele. O senhor continua insistindo que não teve nada com ele?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sr. Deputado, eu nunca estive na casa do Shinko.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Presentes, telefonemas, vocês não trocaram? Mensagens? Tudo isso vai estar carregado como prova nos autos. O senhor sabe disso.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - O Sr. Shinko nunca foi colocado pela Galvão — eu já disse anteriormente — como representante da sua empresa para defender ou chegar lá para falar: *“Olha, eu vim aqui para falar em nome da Galvão”*. Ele nunca foi apresentado...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Última pergunta, Sr. Relator, considerando que eu estou fazendo a pergunta e ele está dando a resposta no meu tempo.

Abreu e Lima, Abreu e Lima. Por que a Venezuela saiu desse projeto?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não sei lhe dizer.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Ela tinha...

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não era da minha competência

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não era da sua competência?



O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor nunca esteve com o Presidente Lula, com o Hugo Chávez, com ninguém?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. Estava na refinaria quando o Presidente foi visitar, mas eu fiquei longe.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor estava na refinaria? O senhor estava lá?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sim, mas ele... Eu estava na refinaria.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Estava na refinaria?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sim, mas eu estava lá no fundo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Lá no fundo?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Por qual motivo a Venezuela deixou de... Foi porque eles sabiam da corrupção que já existia? Dos aditivos?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. O senhor vai ter que chamar outra pessoa aqui, que não sou eu.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não é o senhor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Delegado...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito obrigado ao Deputado Delegado Waldir.

Com a palavra agora o...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Presidente, pela ordem. Nas outras sessões, nós não tivemos essa alternância entre inscrições de Líderes e membros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Isso, mas foi até solicitado na outra que se fizesse essa alternância, para dar condição a que os membros pudessem também falar e não ter que esperar tanto os Líderes usarem da palavra, Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Então, com a palavra o Deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de 6 minutos. A seguir, o Deputado Jorge Solla.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Deputado Luiz Sérgio, Sras. e Srs. Deputados, depois de ouvir aqui a explanação do Sr. Glauco a respeito das suposições de preço da PETROBRAS, do histograma, da curva do histograma, eu queria fazer umas perguntas técnicas a V.Sa. a respeito dos preços.

Existe sobrepreço na RNEST, Sr. Glauco?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu já...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado João Carlos Bacelar, V.Exa. sabe que não pode usar o tempo da liderança para formular perguntas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Eu queria fazer uma explanação, Sr. Presidente, ao mesmo tempo sobre preço. Eu queria que, nesta Comissão, na hora devida, o Sr. Glauco falasse mais sobre o sobrepreço da RNEST e também a posição dele junto ao Tribunal de Contas da União, porque a gente viu aqui — eu estudei — muita menção a sobrepreço do Tribunal de Contas em relação ao relatório preliminar do TCU. Então, eu queria aqui que, no tempo devido, o Sr. Glauco falasse sobre isso, sobre o TCU, sobre essa composição de preço e ainda, sabendo que o TCU reviu o entendimento preliminar, que ele desse sua posição em relação a isso. Qual seria a posição do Sr. Glauco em relação ao TCU, por ter revisto o entendimento preliminar? Essas são as minhas posições como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado João Carlos Bacelar.

Passo a palavra agora ao Deputado Jorge Solla. Em seguida, pela Liderança do PT, ao Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Obrigado, Presidente. Primeiro, eu queria fazer um apelo, Presidente, a V.Exa., ao Relator e aos demais membros desta Comissão. Nós estamos completando hoje 1 mês e 1 semana da CPI, e, claro, começamos a ser cobrados acerca do desenvolvimento dos trabalhos, do desenvolvimento das investigações, com razão, pela imprensa, pela população em geral. E acho que a gente avançou muito pouco até agora.



Entre os envolvidos ou testemunhas que foram ouvidos aqui, praticamente nada se acrescentou que já não tivesse vazado na grande mídia que já não tivesse sido amplamente divulgado. Aí eu pergunto: qual é o sigilo que esta Comissão quebrou até agora? Há delações de empresários, como foi citado agora no caso do Glauco e no da denúncia do Shinko Nakandakari. Então, nós temos delações de empresários que disseram que pagaram propina, de operadores que disseram que entregaram o dinheiro e de funcionário da PETROBRAS, algum que já admitiu aqui que recebeu dinheiro e outro que admite não ter recebido. Então, o que é que está faltando para esta Comissão solicitar as provas, quebrar sigilos, confrontar extratos bancários, ligações telefônicas, ou seja, apurar as contradições nas delações? É como o caso que hoje está aqui: o Glauco disse aqui e reafirmou que não recebeu propina; o Shinko, em delação premiada, afirma que fez o pagamento. Não é importante que sejam ouvidos aqui alguns nomes, fundamentais para dirimir essa contradição? É como o caso do Barusco, que afirmou aqui que atuava sozinho. Chega a ser piada alguém acreditar que, na posição que ocupava na PETROBRAS, na época do Governo Fernando Henrique Cardoso, ele pudesse receber propina atuando sozinho.

Então, temos que ouvir os líderes desse esquema, os principais operadores financeiros. Então, por que nós não revisamos o planejamento, Relator Luiz Sérgio, para que possam ser ouvidos os onze operadores investigados pela Polícia Federal?

Insisto que o Fernando Soares não é baiano, não, viu, Deputado Imbassahy. Não é baiano, não. Chequei isso! O Fernando Soares, que é apontado como operador do PMDB pela Polícia Federal, por que ele não vai ser ouvido aqui? O Alberto Youssef, o Julio Camargo, que operava junto com o Youssef, o Mario Goes, operador financeiro, o Guilherme Esteves de Jesus, que atuou na Sete Brasil... Por que esta Comissão não revisa o seu planejamento e chama os elementos que são essenciais para serem ouvidos? Na linha de ir em cima das contradições, nós precisamos ouvir os ex-dirigentes da PETROBRAS: Joel Rennó, José Coutinho Barbosa, Antônio Carlos Agostini, o empresário Germán Efromovich, da Marítima. Por que eles não vão ser ouvidos aqui, Presidente? Não consigo acreditar que esta Comissão vai continuar sem pautar depoimentos essenciais, oitivas essenciais como



essas que a Polícia Federal apurou, foram divulgadas na mídia e a Comissão continua sem pautá-las?

Ao Sr. Glauco, eu queria perguntar: já que o senhor disse que não tem recebido propina da mão do Shinko Nakandakari, primeiro, se, além da delação premiada, teria alguma outra motivação para essa acusação dele? Agora, para o senhor tirar de vez essa suspeita de que recebeu propina, o senhor se disporia aqui, nesta Comissão, de forma pioneira nos trabalhos e inédita até o momento, a abrir mão espontaneamente de seu sigilo fiscal e telefônico para serem verificados? É até um bom exemplo, já que a CPI até agora não quebrou o sigilo fiscal nem telefônico de ninguém, se o senhor abrisse mão, seria uma grande contribuição. O senhor daria um exemplo não só da sua inocência como também um exemplo para esta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Jorge Solla e passo a palavra para o depoente.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - É... Eu acho que essa é uma opção que vocês têm aí para poder quebrar o meu sigilo. Não tem problema se fizessem isso. É uma orientação de vocês. Mas é prerrogativa da própria CPI quebrar o sigilo. Eu, de minha parte, não tenho nada. A pessoa que me orienta entende que isso é uma — como é que é? —, é uma questão... uma prerrogativa que a gente tem de que eu não preciso fazer isso. A competência é de vocês para fazer, entendeu?

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - O senhor não tem nada contra, nada a opor?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Nada contra. Vocês colocando, vocês votando, é prerrogativa de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - É prerrogativa da Comissão, Deputado.

Agradeço ao Deputado Jorge Solla e passo a palavra...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Alberto Youssef, que é o mestre de todo o esquema, consta do plano de trabalho, e o requerimento de sua convocação



foi aprovado na mesma sessão que aprovou o plano de trabalho, o de Paulo Roberto também.

(Não identificado) - Está agendado? Está agendado?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agendado, não. Mas está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Também acrescento que o requerimento de convocação de Paulo Roberto Costa também já foi aprovado, como também duas quebras de sigilo fiscal, telefônico e bancário do ex-Diretor Renato Duque e de Pedro Barusco também já foram aprovadas. Evidentemente que, numa próxima sessão deliberativa, novos requerimentos deverão ser apreciados até...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E a transferência da CPI do Senado também, de quebra, já vem para cá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Também já foi, já está aqui também, como também as informações todas da 13ª Vara do Paraná já estão à disposição.

Com a palavra o Líder Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, eu gostaria que fossem acrescentados ao tempo da Liderança também os meus 3 minutos, porque me inscrevi como membro, por favor, inclusive para ter oportunidade de *(ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. terá 13 minutos.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O.k., é um bom número.

Sr. Presidente, nobres Deputados, senhores da imprensa, gostaria de saudar todos e fazer inicialmente, antes das perguntas, essa fala aqui, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, avaliando um pouco este momento do depoimento do Sr. Glauco Legatti, à luz inclusive de outros depoimentos que foram feitos. Eu acho que esta Comissão está cumprindo um papel importante, sobretudo no que diz respeito a pegar as informações que vieram das delações premiadas, que são de domínio público — todos nós membros aqui e a imprensa temos domínio dessas delações —, e a fazer as confrontações principalmente com aqueles que estavam à frente da Direção da PETROBRAS nesse momento em que ocorreram as denúncias. E aí é fundamental que se faça isso. Nós estamos ouvindo agora o depoimento do Sr. Glauco, em que ele, de maneira corajosa, porque está inclusive



sob juramento, nega peremptoriamente o recebimento de uma propina de 400 mil reais do Shinko.

Nós tivemos aqui cinco diretores da PETROBRAS. Um deles utilizou-se do seu direito ao silêncio, que foi o Sr. Renato Duque. E os cinco fizeram afirmações muito parecidas. Eu gostaria de fazer aqui um histórico. Primeiro, não havia como identificar a corrupção, o cartel na PETROBRAS. Isso foi falado por todos, inclusive pelo Sr. Barusco, que reconheceu que recebeu propina. Segundo, não houve superfaturamento nas licitações e nos contratos da PETROBRAS. Terceiro, a corrupção se deu de forma isolada, mais de alguns diretores para o lado de fora da companhia. Quarto, nós tivemos aqui essas declarações, que foram importantes, reconheço, para o desenvolvimento da nossa investigação, e explicações detalhadas sobre os diversos procedimentos e a governança da companhia.

Tenho falado reiteradas vezes da importância de a gente relativizar um pouco aquilo que está nas delações e no próprio processo, levando em consideração inclusive... Um exemplo, a delação do Sr. Pedro Barusco: ele afirma que, de 2003 a 2013, deu propina para o tesoureiro do PT, o Sr. Vaccari. Ocorre que o Vaccari é tesoureiro do PT desde 2010, portanto, essa é uma afirmação mentirosa. Hoje o senhor nega o conteúdo de uma delação. E a gente sabe que vários partidos estão comprometidos nessas delações, o PSDB, o PMDB, o PP. Vários partidos estão dentro dessas delações. Eu tenho colocado, e quero colocar aqui de maneira muito clara, a importância de a gente relativizar isso, inclusive porque podem acontecer pré-julgamentos, e a gente não quer fazer pré-julgamento de ninguém, de absolutamente ninguém neste momento. Nós temos aqui os delatores que são réus confessos, mas a gente não pode, neste momento, fazer pré-julgamentos, até porque nós não temos a infalibilidade, até mesmo de instituições republicanas, pois a gente tem nessas instituições uma confiança muito grande, como é o caso da Polícia Federal, como é o caso do Ministério Público Federal.

Agora, no último dia 20, um Juiz Federal do Estado do Acre retirou o indiciamento de uma operação da Polícia Federal, chamada G7, que mandou prender inclusive Secretários de Estado. É uma operação de mais de 150 policiais, que inclusive esperaram 1 dia para que a *Rede Globo* chegasse lá para fazer a operação. E foram feitos 2 anos de escuta, e até hoje sequer foi oferecida denúncia.



Então, estou colocando isso aqui, porque esta Comissão tem poderes judiciais. Ela tem que fazer essa investigação, claro que obtendo todas as questões e todas as provas que vêm de outros lugares, mas ela precisa ter cuidado inclusive com as delações. É importante asseverar isso que eu estou colocando, porque a gente não pode também seguir o mesmo rumo de algumas coisas que são questionáveis. Não quero questionar o Juiz Moro, a idoneidade de quem quer que seja do Ministério Público Federal, até porque acredito e confio nessas instituições. Mas a gente não pode, por exemplo, ter aqui na investigação seletividade, como foi no depoimento do Sr. Pedro Barusco, que, quando afirmou que tinha corrupção desde a década de 90, ninguém teve sequer vontade de investigar. A gente não pode ter a seletividade, por exemplo, como a que a gente vê hoje na imprensa, de que as contribuições partidárias e eleitorais que estão sendo investigadas hoje no Partido dos Trabalhadores, que foram devidamente legalizadas, aprovadas pelos tribunais eleitorais, são consideradas propinas, quando praticamente todos os partidos que hoje fazem parte do Congresso Nacional receberam, inclusive de maneira bem equilibrada, essas contribuições. Então, a gente não pode ter esse tipo de seletividade, como, por exemplo, em algumas ações espetaculosas, como foi a condução coercitiva do Sr. Vaccari às vésperas do aniversário do Partido dos Trabalhadores. Então, a gente não pode deixar margem para qualquer tipo de questionamento em relação à nossa condução aqui.

E aí eu vou para as perguntas. Eu tenho tido aqui uma linha, Sr. Presidente, de questionamento a respeito dos prejuízos efetivos que ocorreram na PETROBRAS e também dos processos licitatórios.

Eu disse aqui na última reunião — e quero repetir aqui — um estranhamento. Inclusive foi um estranhamento que eu tiro dessa lição, que foi essa Operação G7, uma operação que dizia ser sobre cartel e que envolvia funcionários públicos e pessoas do Estado, supostamente — e agora está comprovado que não —, mas que não tinha sequer — sequer — o indiciamento, a denúncia ou o julgamento de uma pessoa sequer que fizesse parte de comissão de licitação. E o que é que nós estamos vendo exatamente nessa operação de investigação que nós estamos fazendo neste momento? É que até agora também isso não se apresenta. Dessas pessoas que estão nas comissões de licitação, até hoje eu não vi ninguém indiciado,



ninguém denunciado e ninguém julgado. É muito estranho, porque, em qualquer Prefeitura, em qualquer órgão público, que tenha situações em que empresas e agentes públicos estão envolvidos, você vai ter alguém de procedimento licitatório ligado a isso.

E aí, Presidente, eu finalizo fazendo as minhas perguntas. Vou fazê-las em bloco, para que o nosso depoente possa respondê-las. Primeira: o senhor foi Diretor de Implantação de Empreendimentos em 1996. É correto isso?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Gerente.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Gerente, na PETROBRAS. O senhor, nessa época, já ouviu falar em algum tipo de escândalo de corrupção na PETROBRAS? Eu vou fazer em bloco e o senhor responde, tá? Segunda: o senhor já foi convocado pelo Juiz Moro, depois das delações, e o senhor se coloca à disposição do Juiz?

Outra questão aqui que a sociedade quer saber. Em sede da delação premiada, o Sr. Shinko afirmou que não conhece nenhum agente político, nem sabe de depósitos efetuados para alguns desses. O senhor, no exercício das suas funções, tinha alguma relação com algum político ou dirigente partidário?

Outra pergunta, Sr. Presidente: a Presidenta Graça Foster afirmou nesta CPI que desconhecia a existência de qualquer cartel entre empresas. Como Gerente-Geral do RNEST, o senhor acredita que existiam acordos previamente combinados entre as empresas para execução dos contratos da RNEST?

Quinta pergunta: em sua opinião, o senhor acredita que o modelo de licitação estabelecido pela PETROBRAS facilitou ou poderia facilitar atos de corrupção? Por fim, Sr. Presidente, a mesma pergunta que fiz à Presidenta Graça Foster: os delatores afirmam que receberam propina, e o senhor acredita que saiu de superfaturamento ou dos lucros das empresas? Esta é uma pergunta. Pelo que o senhor conhece das propinas pela imprensa, esses valores seriam excessivamente onerosos às empresas, de acordo com os lucros dela? Se foi dos lucros ou se não, foi dos prejuízos acarretados à PETROBRAS?

Seriam essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Leo de Brito.

Com a palavra o depoente.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Desde a época que eu fui, comecei, como Gerente de Empreendimento, nunca tive nenhuma coisa dessa natureza e alguma coisa desse tipo.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Mas ouviu falar? A pergunta é se ouviu falar?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não ouvi falar de corrupção dessa forma, como dito na PETROBRAS. Há muitos anos, eu acho que ficou até dito e relatado pelos jornais na época, um jornalista relatou que, em determinado projeto da PETROBRAS, tinha lá uma combinação das empresas. Isso deve ter sido em 96, 97, quando a PETROBRAS imediatamente cancelou todo o projeto do que estava fazendo, assim que tomou conhecimento disso daí. Acho que era o jornalista Janio de Freitas, se eu não me engano, que tinha um valor que aparecia no jornal, o valor da concorrência. Isso há muitos anos, no começo da minha carreira gerencial. Eu ainda não fui convocado pelo Juiz Moro, mas eu mandei uma petição, através do advogado, colocando-me à disposição para ser ouvido.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Quando essa petição foi enviada?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Acho que dia 10 de março, depois que o Sr. Shinko esteve fazendo o seu depoimento no Paraná.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Está aí uma boa sugestão ao Juiz Moro, que possa ouvi-lo. O senhor está se colocando à disposição.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Tá. Bem, eu não conheço nem tenho tratamento nenhum com políticos. Não sou filiado a nenhum partido político e não tenho nenhum relacionamento com ninguém da área política. Eu desconhecia qualquer ação de cartel, e, pelos mecanismos internos da própria PETROBRAS, dos nossos processos, não era factível, não era possível, identificar a criação do cartel lá no sistema PETROBRAS. Nem eu, nem meus colegas, nem as auditorias internas identificaram qualquer coisa referente ao cartel. Quanto ao modelo de licitação, eu não acho que ele nem favorece nem desfavorece qualquer questão de cartel. O modelo veio para dar mais competitividade ao setor e dar agilidade aos processos,



tendo em vista que você já teria uma pré-seleção de empresas que eram capazes de fazer aquele modelo de serviços. Então, o modelo, o tipo de licitação, não é o que vai favorecer o cartel ou não, na minha visão. Os delatores que passaram para cá receberam propinas, todos nós, empregados da PETROBRAS, ficamos assim, vou dizer, surpresos com os montantes que foram revelados, das pessoas que os receberam e dos valores que estão sendo publicados na imprensa a todo instante.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - A pergunta que eu fiz é se eles vêm do prejuízo ou dos lucros da empresa.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu não sei. Isso eu não sei como informar ao senhor. Não teria como informar. Eu sei dizer que, do valor das medições dos contratos, certamente não é, porque a medição está atrelada a um serviço executado. O resto, aí eu não sei.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Satisfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Vamos agora dar sequência, ouvindo o Deputado Celso Pansera. V.Exa. vai associar também o tempo de liderança?

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Quero associar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Então, V.Exa. terá 13 minutos também.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Não devo ocupar o tempo todo, mas vou associar.

Sr. Presidente, o nosso (*ininteligível*) está viajando, está com outras tarefas agora, o senhor está tocando os trabalhos e tem acompanhado a CPI desde o início obviamente. Na semana passada, eu até, na fala de liderança do partido, fiz uma fala breve, mas eu expus aqui um cronograma desde o momento em que um grupo de Deputados vinculados à Oposição entregou as 186 assinaturas requerendo a criação desta Comissão à Mesa Diretora da Câmara e o funcionamento dos trabalhos até hoje. Por mais que pareça muito tempo, esta Comissão não tem 1 mês de funcionamento ainda. Ela completará 1 mês no dia 13 de abril, na próxima Sexta-Feira Santa, e os trabalhos têm andado numa velocidade bem razoável.



Na semana passada, quando nós aprovamos um conjunto de novos requerimentos, nós, do PMDB, junto com a maioria dos partidos, procuramos montar uma dinâmica que nos permitisse chegar à reunião e aprovar um conjunto de requerimentos que desse uma lógica de trabalho interno a esta Comissão e que também desse consistência a esse trabalho. Uma das coisas que nós discutimos na reunião de Lideranças e Sub-Relatorias, na preliminar, foi a questão das acareações, a importância das acareações e o momento de fazê-las, após chamarmos os depoentes aqui e buscarmos elementos para dar consistência e qualidade às acareações. Outro ponto que nós debatemos naquele momento foi a questão da quebra dos sigilos, como isso tem implicação na vida das empresas e das pessoas, o nível de responsabilidade que esta CPI tem que olhar para aprovar a quebra de sigilos e o conjunto de critérios legais que a legislação nos obriga para solicitar a quebra de sigilo bancário, telefônico, fiscal, de pessoas, de cidadãos, de políticos, de possíveis operadores, etc. E também analisamos, naquele momento, o risco que nós correríamos em aprovar um conjunto excessivo de oitivas, que nós, depois, teríamos dificuldade para cumprir essa agenda e que isso poderia trazer uma imagem negativa para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, à luz de toda essa conversa, de toda essa discussão, nós aprovamos mais de 100 requerimentos e um conjunto de tarefas e trabalhos que, com certeza, encherão esta Comissão, em todo o mês de abril, de muito trabalho, porque nós não temos só a CPI para fazer. Hoje, por exemplo, eu ajudei e estive na instalação de uma Comissão Especial que vai analisar a crise hídrica brasileira, da qual fui eleito Presidente. Então, aqui os Deputados vivem um momento de muito trabalho, não têm só a CPI.

E procuramos obviamente ler todas as delações premiadas, organizar, chegar aqui com um conjunto de perguntas, reunir a bancada, equilibrar isso tudo. Mas com frequência a gente ouve Deputados, no início das reuniões — e hoje não foi diferente —, querendo colocar mais, aprovar mais, requerimentos urgentes, como se nós não tivéssemos muito o que fazer e como se a Direção da CPI não quisesse trabalhar. Eventualmente a gente pensa que é falta de memória ou porque não se anotou tudo o que foi aprovado, mas também a sensação que fica muitas vezes é a de que se quer jogar para a plateia, que se quer criar fato, como se o sucesso desta



CPI dependesse apenas e unicamente de criar boas manchetes para vê-las nos jornais no dia seguinte. Eu acho que o sucesso desta CPI se dará no final dela, se nós conseguirmos aprovar um conjunto de iniciativas, um relatório consistente, para esta CPI. Então, nós do PMDB temos essa responsabilidade.

Eu ouvi, agora há pouco, o Deputado Jorge Solla. Ele fez a mesma insinuação que fez na reunião passada na fala dele: a de que o meu partido, o PMDB, estaria querendo evitar que algum operador financeiro do partido viesse depor aqui na CPI. É a segunda vez que ele fala isso, como se fosse o PMDB que tem citado, na delação premiada, tesoureiro ou agente financeiro pelos detratores do esquema da CPI da PETROBRAS, pelos delatores, por aqueles que fazem e estão fazendo a delação premiada.

Então, temos que tomar muito cuidado com aquilo que se fala, porque senão acabamos quebrando o nível de relação que estamos tentando estabelecer aqui de trabalho, porque senão eu vou começar a concordar com o Presidente Imbassahy de que temos, de fato, que antecipar a vinda do Vaccari aqui, para ganhar tempo, se o que estamos fazendo aqui é demorar com as coisas. Então, tem que se tomar muito cuidado com o que se fala, porque aqui se tem responsabilidade com aquilo que se fala. E eu acho que esta CPI não está trabalhando com lentidão. Eu acho que a CPI está trabalhando bastante e está avançando. E o fato de termos um conjunto de sub-Relatores para auxiliar na confecção do relatório final nos dá a perspectiva de termos um relatório consistente ao final desse trabalho.

Então, o que eu queria dizer é que, na outra reunião, eu já havia feito a fala do Líder e eu não pude responder à fala do Deputado Jorge Solla, é que o PMDB não tem nenhum gerente de campanha, nenhum coordenador de campanha dele citado até agora, e todos os operadores que porventura vierem a ser citados nós concordamos. Nós temos, aos poucos, que ir aprovando os requerimentos e ouvindo essas pessoas, porque nós temos que passar a limpo a realidade que este País vive.

Então, Presidente, esta é a minha fala pela Liderança do PMDB.

Outra coisa: eu queria, já entrando aí nas minhas perguntas ao Sr. Glauco... O que me parece, Sr. Glauco, é que esse negócio não me convence, lá no Rio de Janeiro. Quando um órgão público faz uma licitação ele só lança o edital de uma



obra depois de ter feito um cálculo, numa tabela chamada EMOP, da empresa de obras públicas do Estado, que tem um padrão de preços aceitos pelo Tribunal de Contas do Estado. Quando esse preço inicial atinge um valor acima de 1 milhão e meio de reais, a licitação não pode ser aberta, se ela não tiver um o.k. do edital por parte do Tribunal de Contas do Estado. E, depois de licitado, você tem margens mínimas e máximas, quando você pode ir a 10% acima do preço estabelecido, e você não pode... Quando o preço auferido pelas empresas, pela primeira empresa, for muito baixo, o licitante pode decretar que ela é inexequível. E, depois, pode-se aditar o preço, ampliar o preço até 50% do valor licitado. A Lei nº 8.666 permite. Obviamente, a PETROBRAS não está sob a Lei 8.666. Foi até um debate estabelecido no Plenário da Câmara, ontem, essa questão, e a Câmara ainda vai se posicionar. Mas não dá para entender como se anuncia, começa uma coisa daquele tamanho e depois se descobre que o que custava 2,5 foi para 13, 14, 15 bilhões. Não dá para conceber isso, por mais que não se tenha um histórico de preços. Há décadas não se construía refinarias no Brasil. Não dá para entender como se tem um salto tão grande assim no preço.

Então, muitas vezes, a sensação que se tem, e eu acho que o distinto público também tem essa sensação, em quem está vendo, de que foi anunciado de forma leviana ou foi feito um cálculo muito errado. Como há, por parte dos servidores da PETROBRAS, um orgulho e sempre uma defesa da capacidade técnica da PETROBRAS, fica essa sensação para a gente de que está muito errado isso aí. Fica essa sensação, por mais que a gente escute, que a gente veja, que a gente tente entender. Mas é muito difícil entender isso, é muito difícil entender essa distorção, essa distância tão grande entre o anunciado e o realizado.

Então, para a gente, é difícil ficar ouvindo isso e não ficar com urticária, não ficar com irritação, não entender e não ficar ansioso para tentar entender o que está acontecendo nisso aí. Para a gente, é uma situação muito ruim.

Eu tenho falado da questão dos preços mínimo e máximo das obras da PETROBRAS desde o início. É difícil a gente administrar a informação desse conjunto, esse distanciamento tão grande.



Então, as minhas perguntas... Eu ainda estou no meu tempo agora de pergunta. Em primeiro lugar, queria que o senhor se posicionasse novamente, reafirmasse essa questão. Como é que pode haver distanciamento tão grande?

A segunda coisa: sobre o Shinko Nakandakari, de quem o senhor falou que conhece e que não recebeu os recursos. Então, nós estamos supondo que ele esteja mentindo e que isso vai levá-lo a ter uma condenação quadruplicada. Então, eu queria saber: entre as tarefas de seus advogados, está aquela de interpelar judicialmente o Sr. Shinko Nakandakari?

Outra pergunta: o portal do G1 noticiou, no dia 17 de dezembro passado, que a auditoria interna da PETROBRAS responsabilizou 19 pessoas por irregularidades em licitações da Abreu e Lima e do COMPERJ. O nome de V.Sa. aparece entre os responsabilizados. O senhor poderia detalhar a acusação que lhe foi imputada pela auditoria interna? Qual foi a penalidade aplicada?

A outra pergunta: o senhor fala que o senhor voltou a ter as suas tarefas...

Encerrou meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado Celso.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Só mais uma pergunta, então. O senhor mantém contas bancárias em outros países?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.K., Deputado. Muito obrigado.

Com a palavra o depoente.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Começando, então, pela questão do preço de 2 para 13. Em todos os eventos que a gente vai, essa questão de 2 bilhões para 13 bilhões ela é sempre discutida e sempre vem à tona, porque realmente é uma coisa que a PETROBRAS fez que não ficou extremamente clara. Talvez ela tenha feito a divulgação do valor no momento em que ela não tinha exatamente tudo que ela ia fazer sobre aquele projeto. Os 2 bilhões foram feitos, como eu falei, naquela ideia: qual é o tipo de unidade que eu vou fazer? Vou fazer uma refinaria de 200 mil barris. O que é essa refinaria? É 200 mil vezes 10 mil dólares por barril, que é uma refinaria. Aí, quando você vai fazer a refinaria, você vai ver que são dois trens de refino, não é um só; a refinaria quer que as tubovias



tenham 100 metros de largura e, pela configuração da refinaria, vamos ter os projetos específicos da refinaria. Em 2009, na CPI de 2009 sobre a PETROBRAS, quando vim falar aqui sobre a terraplanagem, foi me feito a pergunta de quanto custaria a refinaria. Na época, em 2009, quando eu vim aqui, os preços da refinaria, que são esses que eu falei ainda há pouco, apontavam para os 26 bilhões de reais. Aí eu fiz até a pergunta para a PETROBRAS: *"PETROBRAS, eu vou falar lá no Congresso"*. A refinaria, na época... Eram 4 bilhões, porque já estava na segunda etapa do projeto. A refinaria custa 12, mas ainda não tinha a aprovação formal da refinaria naquele momento, porque nós estávamos ainda fechando a fase de FEL 3. Faltavam os custos do extramuros, que a gente chama. Ou seja, para fora da refinaria foram feitos vários investimentos, na área do píer, na área das estradas de acesso, os convênios que tiveram de ser feitos. E isso ainda estava em curso. Aí os números que a gente tinha para dentro dos intramuros da refinaria estavam da ordem de 12 bilhões de dólares. E aí eu falei aqui, se não me engano, de 11,5 ou 12.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E o extramuros?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sim. Mas aí foi incorporado o extramuros depois.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quanto é?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Talvez seja da ordem de 1 bilhão hoje aquilo lá, porque o número final, Sr. Deputado, ficou no 13,3. O que é o 13,3? É o projeto, mais o que ia ser gasto nos convênios na região, o que tinha de fazer para toda refinaria. Então, os 13,3 é aquele projeto desenhado conforme eu gostaria de ter a refinaria: dois trens de refino, uma quantidade de tanques. E isso já foi feito depois. O número era até um pouco maior. Aí foi feita uma redução do número de tanques, uma série de otimizações para ficar em 13,3 bilhões. Então, esta é a história da refinaria. Não adianta dizer. Nós vamos passar a vida toda falando do 2 e como fez 13. Mas não existe. A refinaria que está lá construída não vale 2, ela vale os 13 que estão lá feito. A questão de interpelar judicialmente o Shinko, nós avaliamos que qualquer coisa que eu fizesse agora vai levar tanto tempo para essa discussão... E a gente viu... Qual é o resultado que eu teria? Não tem resultado. Eu tenho ainda alguns meses para decidir a interpelação judicial. A única coisa que eu



fiz, que nós fizemos, foi fazer uma petição ao juiz para que eu fosse lá dar um depoimento sobre esse assunto, já que eu tinha sido citado. A questão das irregularidades que foram apontadas para mim, na época, que foram colocadas lá no G1, era o que poderia... O que foi colocado? A PETROBRAS fez... Eu falei aqui também, internamente... Vocês têm... O relatório está na Internet. São dois temas de que se falam, são todas questões de formalidade e nada que envolva dinheiro. Eu expliquei para a Deputada ainda há pouco que são três assuntos: um é a negociação com empresa depois de a Diretoria ter aprovado. A PETROBRAS, entre a aprovação na Diretoria e assinatura do contrato, viu a possibilidade de retirar um turbogerador daquela unidade. Então, nós, entre a PETROBRAS efetivamente decidir que ia tirar um turbogerador, pré-negociamos o valor: "*quanto é que vai ser o turbogerador*"? Inicialmente, falou-se da possibilidade de retirar 15 milhões. A PETROBRAS assinou contrato, e ficou já uma cláusula contratual, que a PETROBRAS teria um prazo de 2 meses para decidir se ia colocar ou não. Então ficou como uma opção da PETROBRAS. Então, quando a PETROBRAS decidiu qual era o projeto, o que ia fazer e não sei o quê, esse valor, em vez de ser 15, virou 12. Na visão da Comissão, se não me engano, foi 8, porque ela se esqueceu de uma determinada rubrica lá. E, quando ela faz essa conta, a área da Comissão entendeu... Ela não estava preocupada com o valor, se era 15, se tirou 15, se tirou 12, mas com a formalidade de ter um valor pré-negociado para efetivar o contrato no futuro. Eu já reafirmei: eu não tenho nada em bancos no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Bem, vamos dar sequência com os membros inscritos. Pela sequência, falarão o Deputado Carlos Marun, depois, o Deputado Carlos Andrade e, em seguida, pela Liderança da Minoria, o Deputado Arthur Virgílio Bisneto.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não estou inscrito não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Está inscrito, mas V.Exa. perdeu a vez. Vou recuperá-la logo em seguida.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu devia estar na CMO. Eu tenho que voltar para eleger...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Assim como nós fizemos com o Deputado Prascidelli, faremos com V.Exa., embora tivesse passado aqui do tempo, V.Exa. vai...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É que está sendo instalada a Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.K.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu vim para cá, com risco de não poder nem votar na eleição do Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - A sequência aqui passou, mas V.Exa. falará em seguida.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Glauco, como ser humano nós somos benevolentes. Estou aqui olhando o senhor falar e até penso: "*Será que eu vou cometer uma injustiça com o que eu vou lhe dizer*"? A gente até fica com esse tipo de receio, de preocupação, mas, Sr. Glauco, tenha paciência! Tenha paciência! O senhor foi acusado pela PETROBRAS, numa auditoria interna, de ser um dos responsáveis por equívocos que encareceram essa refinaria. Pela PETROBRAS, auditoria interna, seus colegas! Semana passada esteve aqui a Presidente Graça Foster e disse: a refinaria Abreu de Lima ficou muito cara. O que a gente entende por muito cara? É que teve gente que botou dinheiro no bolso nesse processo. Esta é a realidade!

Vem esse Sr. Shinko, que era seu amigo, Shinko Nakazari, Nakandari...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.) (Risos.)

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Nakandakari. Acho que é até Shinko "*Kamikaze*", porque ele está dizendo uma coisa na delação premiada que, se provada que é uma inverdade, vai fazer com que a pena dele quadruplique. Então é o Shinko "*Kamikaze*". Ele é um *kamikaze*: ele foi lá, resolveu prejudicar um grande amigo com risco de se prejudicar...! E o senhor olha para nós aqui com essa cara...! Convincente até, mas não dá para acreditar no que o senhor está colocando para nós, que o senhor foi o administrador de um processo de construção de uma refinaria que custaria 2 bilhões e acabou custando 13, e o senhor diz que vale 13. O senhor foi à loja comprar um fusca, saiu com um Mercedes-Benz ou um Land Rover, e não viu que isso estava acontecendo. É isto que aconteceu? Não há como nós



acreditarmos que, diante das acusações que hoje pesam em relação a V.Sa., o senhor não tenha um envolvimento maiúsculo nesse assalto que se procedeu contra a PETROBRAS.

Aí, o senhor vem dizer que não processou o Shinko, o Shinko "*Kamikaze*", porque "*vamos ver*"!... O senhor tentou surrar ele? O senhor foi atrás dele com revólver na cintura, para tentar matá-lo? Porque, no caso de um cidadão dizer isso de um homem honrado, no caso de um cidadão dizer de um homem honrado, que era seu amigo, como o senhor está colocando, que o senhor roubou, o senhor não só tinha que ter processado; tinha que estar atrás dele. O senhor não, o senhor está pensando, avaliando se vale a pena processar. Não há como nós nos quedarmos silentes diante desse tipo de reação. É muito contraditória! São muito contraditórias as suas atitudes, com a realidade e com aquilo que o senhor tenta nos passar. Não há como!. Por que não processou esse Shinko? Por que não foi atrás dele? "*Não. O Shinko...*" Então, não há...

Eu acredito, sinceramente, que o seu depoimento vai fazer com que o senhor.... E olhe, a casa caiu! Eu já disse isso esses dias! O Barusco veio aqui e, daqui a uns dias, vai caminhar em Copacabana. Está doente, Deus é grande, vai conseguir se curar, vai tirar uns 2 anos de prisão domiciliar e vai estar caminhando em Copacabana. Ele é jeitosão, cabeludão...! E o senhor vai estar na cadeia. E o senhor vai estar na cadeia! Colabore agora neste momento! Faça com que termine bem o processo dessa refinaria com o senhor dizendo ao Brasil o que realmente aconteceu. O Brasil está precisando disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Só vou fazer uma pergunta: o senhor já entrou alguma vez num banco no exterior? Eu nunca entrei num banco no exterior. Nunca entrei. O senhor já entrou alguma vez? Passou na frente: "*Olha que bonito! Eu vou entrar nesse banco!*". Já entrou alguma vez num banco no exterior?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Nunca entrou?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Nunca.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Está bom.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Com a palavra o Deputado Carlos Andrade.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Presidente, muito obrigado. Quero cumprimentar todos: o Sr. Presidente, o Sr. Relator, todos os Parlamentares aqui presentes, a imprensa.

Sr. Glauco, eu estou aqui de posse do Termo de Depoimento 3, um depoimento complementar ao 01, e pude observar que, assim como o senhor está fazendo aqui como testemunha, nesta oportunidade, prestou compromisso de dizer a verdade; só que as verdades estão completamente contraditórias com as do delator Shinko Nakandakari. Ele colocou a verdade, e o senhor também está colocando a sua verdade.

Eu gostaria só de fazer duas perguntas. Ele inclusive coloca com detalhes, Sr. Glauco, ele coloca com detalhes e diz — vou ler só um parágrafo aqui do depoimento de Shinko: *"Na PETROBRAS era muito difícil aprovar aditivo. Para que esse aditivo fosse aprovado é que era pago o valor para Glauco"*.

E num trecho mais abaixo ele diz que: *"Não é possível fazer uma correspondência exata entre as notas fiscais emitidas contra a Galvão e os pagamentos a Glauco, pois elas representavam também pagamentos próprios e que os pagamentos eram para feitos no bar do Hotel Sofitel, onde se hospedava"*.

Eu pergunto: o senhor recebeu valores em espécie do depoente Shinko Nakandakari?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - É para responder já? Não. Não recebi nada do seu Shinko Nakandakari.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Por que, na primeira oportunidade que ele esteve com o senhor...

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu posso completar?

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Por favor.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Veja que, no primeiro depoimento, ele disse que me deu 400 mil reais. Eu vi esse depoimento hoje, porque eu tive acesso... Está na Internet, acho, que hoje.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Não, não. Ele falou 50 mil reais. Que na primeira vez que o encontrou no hotel, foram 50 mil reais.



O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. Essa declaração dele eu li enquanto vinha do hotel para cá, hoje de manhã, porque entrou na Internet acho que hoje. No primeiro depoimento, ele disse que me deu 400 mil. Nesse... No primeiro depoimento, ele disse 400 mil. Aí, ele disse que já não pode precisar quanto me deu. E disse que deu, no primeiro dia, 50 mil. E os outros? Como é que ele deu?

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Só que, quando ele diz aqui que não pode precisar, bem aqui ele diz que *“não há uma correspondência entre as notas fiscais e os efetivos pagamentos”*. Esse trecho que eu li é especificamente isso.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Aqui ele chega a detalhar, seu Glauco, ele chega a detalhar o local: foi no bar, foi no restaurante do hotel onde eu estava hospedado. Ele fala, inclusive, de horários. Ele chega a precisar os horários. Então, é muita criatividade. Por exemplo: após o expediente. Entendeu? Então... O senhor não recebeu esses 50 mil reais que ele afirma aqui?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não recebi.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Porque os aditivos... Ele menciona no parágrafo anterior que os aditivos, eles só eram aprovados mediante pagamento. Os aditivos que estavam na planta de Abreu e Lima, os aditivos, eles só eram apreciados e aprovados mediante pagamento efetuado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Eu já vi a sua resposta, mas eu gostaria... Até porque, como o senhor está sob juramento, e Shinko Nakandakari também falou a sua verdade, nós vamos acionar... O senhor vai acionar juridicamente Shinko Nakandakari? Pelas acusações? Porque, aqui, na verdade, são acusações que ele está fazendo à sua pessoa. Ele está fazendo acusações, e são muito fortes, como o colega colocou agora há pouco aqui. Já vou concluir, Presidente. O senhor vai acioná-lo juridicamente?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu acho que tem uma pergunta anterior que o senhor fez também.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sim.



O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - A pergunta anterior foi que eu não recebi. E por que ele falou desses lugares? Ele disse que era meu amigo. Ele era meu amigo. Quando ele vinha ao Rio... Qual é o horário que eu tenho pra encontrar com algum amigo? É depois do expediente. E onde eu o encontrava? Eu o encontrava onde ele estava hospedado, eu moro em Copacabana, nos lugares próximos da minha casa. Não tem nada de coisa... É como um grande amigo que chega e marca isso. Agora, não recebi o dinheiro dele. Éramos muito próximos. E, para se ter uma ideia, em determinada ocasião, eu falei assim: por que eu era amigo do Shinko? Porque ele não representava nenhuma empresa. Para mim, ele não representava nenhuma empresa. Se ele representasse alguma empresa...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor esteve com ele no Sofitel?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Estive com ele.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - No Sofitel?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Estive, estive com ele no Sofitel, estive num outro hotel em que ele ficou. Isso não é mentira.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual outro hotel? Qual outro hotel?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - É o Caesar Park, o que ele usa.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Caesar Park, Caesar Park.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - E por que ele usou isso? Porque é verdade. Isso é verdade. E nem porque eu encontrei com ele eu recebi dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Concluindo, Deputado Carlos Andrade.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - E o que ele pode estar fazendo? Ele está escondendo esse dinheiro. A pessoa esconde o dinheiro e vai falar que deu para outro.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Seu Glauco, ele coloca que o senhor foi escolhido porque o senhor era responsável pela planta da PETROBRAS de Abreu e Lima. Então, ele diz, só fazendo uma leitura do texto, do depoimento dele: *“... que a ele foi efetuado o pagamento, porque a equipe técnica da*



PETROBRAS, da RNEST, era vinculada a ele. Aí, houve a necessidade de efetuar o pagamento da propina”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.K., Deputado, concluindo, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Então, observe, ele dá muito detalhe, é muito específico.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Posso responder, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Pode, sim, rapidinho.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu era... Claro que eu era responsável pela construção da refinaria, pela planta da refinaria, mas eu não tinha a competência de aprovar o aditivo. Quem aprova aditivo é a Diretoria da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Mas encaminharia a necessidade. Mas tinha a competência para encaminhar a necessidade do aditivo.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - O encaminhamento da necessidade, nenhum de nós pode ficar segurando nenhum papel. Sabe por quê, Sr. Deputado? Porque tinha uma... Esses projetos todos eram acompanhados diretamente pela direção da PETROBRAS, e nós tínhamos prazos para entregar. E, quando entregava no prazo, eu não tenho mais controle, eu tenho é que fazer o seguinte: fazer com que aqueles prazos regimentais lá da PETROBRAS sejam cumpridos. Ninguém passa na frente, ninguém faz... É a ordem que está lá. O processo é muito bem feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. O.K. Agradeço ao Deputado Carlos Andrade.

Passo a palavra agora para o Líder da Minoria, Deputado Arthur Virgílio Bisneto. Em seguida, Deputado Edmilson Rodrigues e, logo após, o Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO - Muito obrigado. Sr. Presidente em exercício, Deputado Antonio Imbassahy, Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio, e Sr. Glauco, V.Sa., que hoje vem a esta CPI prestar seus esclarecimentos, confesso que vejo coragem em V.Sa. de afirmar, de peito aberto — e o seu caso é diferente dos outros, vou explicar por quê —, de peito aberto, que não tem relação



com o Sr. Shinko, a pessoa que lhe acusa de ter recebido propina, primeiro, pela questão da pena de V.Exa., que seria modificada, para cima, nesse caso; segundo, por ter, aí eu entro no ponto, um caso diferente. Os outros que vieram ou, provavelmente, virão à CPI, Deputado Imbassahy, já passaram pelo Juiz Moro. O senhor ainda vai passar. Portanto, é significativa para mim, como ser humano, a coragem de V.Sa. em expor questões importantes, que podem comprometê-lo no futuro. Portanto, eu reitero que V.Sa. tem muitas coisas a responder. Se este não é o fórum, na sua opinião, para respostas contundentes em relação a tudo o que aconteceu, com certeza, lá na frente, no depoimento para o Sr. Moro, talvez seja o fórum, no seu ponto de vista, apropriado para essas respostas.

A Abreu e Lima foi criada para absorver a demanda de petróleo, principalmente na Região Nordeste, como bem disse V.Sa. No acordo entre o Brasil e a Venezuela, aí fica clara mais uma vez a relação carnal do Governo brasileiro com o Governo venezuelano, e a leniência e a paciência que o Governo brasileiro tem, Relator Luiz Sérgio, com o que vem da Venezuela. E, geralmente, o que vem de lá não é coisa boa. Quarenta por cento dos investimentos deveriam ter vindo da PDVSA. Durante 8 anos, houve enrolação, embromação, por parte da Venezuela, e o Brasil assumiu sozinho essa responsabilidade. Portanto, dizer-se, em qualquer momento, que não há prejuízos verdadeiros, claros, na Abreu e Lima é brincar com a realidade de um País. Não importa mais somente quanto se produz e vai se produzir na Abreu e Lima. O prejuízo já está na mesa. A relação dos barris, da quantidade de barris pelo valor, já está completamente fora da realidade. Portanto, a Abreu e Lima vai cumprir o seu papel, sendo, porém, uma empresa deficitária desde o seu início.

Eu fico impressionado de ver como neste País os grandes responsáveis conseguem fugir — talvez V.Sa. não, por ser um peixe pequeno nessa história toda. Aí, eu vejo, à época, a Ministra Dilma Rousseff, de Minas e Energia, Presidente do Conselho da PETROBRAS. Eu não sei quem o instruiu para o seu depoimento. Talvez a República do “não sei”, instituída pelo Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, porque é impressionante, neste Brasil, como as pessoas não sabem o que fazem, não sabem o que acontece na casa do lado, não sabem o que acontece no quarto do filho, não sabem o que acontece no próprio gabinete. O Brasil virou a República do



“não sei”, e infelizmente nós estamos vendo mais um depoimento de “encheção de linguiça”, me perdoe a expressão, porque o que nós pretendemos nesta CPI é elucidar o que aconteceu com a maior empresa brasileira. Ponto. Se V.Sa. acha que aqui não é o fórum adequado, boa sorte para V.Sa. no depoimento que virá, tenho certeza, para o Juiz Moro.

Mas a CPI não pode se furtar de ocupar seu tempo, Presidente Imbassahy, com depoimentos significativos. Eu não vim aqui para ouvir questões técnicas, coisa que V.Sa. sabe muito bem, melhor do que qualquer Deputado. Se juntarmos todos aqui, V.Sa. sabe mais. Nós queremos saber o que aconteceu para quebrarem a PETROBRAS; qual a relação e até onde sabia a Presidente da República, então Ministra de Minas e Energia; onde começaram os desmandos na PETROBRAS.

O Barusco foi muito claro. Roubou sozinho desde 1997, passou a roubar sistematicamente a partir de 2003. Portanto, está claro o fórum a ser debatido, nesta CPI.

Eu gostaria, para encerrar — e vou ser bem breve, já que o tempo já está passando, e daqui a pouco nós começaremos a reunião deliberativa da Câmara —, de dizer que é uma pena que um projeto tão significativo para uma região importante como a nordestina tenha caído na vala comum dos projetos superfaturados, fora do preço... Um projeto que deveria custar 2 bilhões e chegar a 18 bilhões de dólares, quer dizer, de 6,4 bilhões de reais para 59,2 bilhões de reais, passa de qualquer normalidade. Por exemplo, temos mais três refinarias a serem construídas com projetos prontos: a Abreu e Lima, com 230 mil barris/dia, custando 59,2 bilhões; o COMPERJ, no Rio de Janeiro, com 330 mil barris/dia, com o custo de 69,5 bilhões; a Premium I, no Maranhão, com 600 mil barris/dia, a 40,1 bilhões; e a Premium II, no Ceará, com 300 mil barris/dia, a 11 bilhões. Portanto, as variações são muito grandes.

Desejo sorte a V.Sa. na sua passagem por esse processo. Eu não sou a favor de que pessoas inocentes sejam culpadas, mas digo a V.Sa. que, se V.Sa. for culpado, a sua pena será atenuada.

Infelizmente, Presidente Imbassahy, essa acareação entre o Sr. Glauco e o Sr. Shinko é necessária para nós elucidarmos, de uma vez por todas, quem são os culpados, quem tem culpa no cartório nesse quesito. Mas peço a V.Exa., Deputado



Imbassahy, que traga assuntos mais relevantes, porque esse passou em branco num dia importante, dentro de uma investigação importante, para a elucidação de um caso importante como o da PETROBRAS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Arthur Virgílio Bisneto.

Passo a palavra para o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente Imbassahy, muito obrigado.

A minha maior preocupação é que nós saíamos dessa crise — falo nós porque é o povo brasileiro, é a PETROBRAS, é o futuro —, mas saíamos dando um basta a um processo de corrupção que ninguém tem dúvida de que exista.

Quando aqui foi arguido o ex-Presidente Gabrielli, ele, em nenhum momento, desconheceu que havia corrupção. Ele fez questão de — orientado certamente também por seus advogados — alegar que desconhecia. Chegou a falar em 240 mil processos e contratos e que não tinha como acompanhar tudo, como se todos tivessem a mesma hierarquia. Eu o questionei quanto a esse aspecto. Na presença da Dra. Graça aqui, ela se envergonha inclusive da corrupção mesmo, do superfaturamento, citando o caso de Abreu e Lima.

Então, a fala do engenheiro Glauco me deixa muito — vou usar uma expressão comum no meu Estado — agoniado, muito cúria, porque é como se nós estivéssemos construindo aqui uma situação: haverá um relatório; a Justiça, de qualquer forma, faz o seu processo de investigação; alguns serão punidos, porque até já declararam que são corruptos e outros que são corruptores; mas me parece que a dinâmica vai permanecer na PETROBRAS, porque ninguém, nas mais diversas hierarquias, da presidente ao gerente, aos subgerentes, etc., das mais diversas diretorias e áreas, deixa de afirmar que tudo correu segundo a legalidade.

Olhem um exemplo do Barusco, quando ele fala para a Alusa: *“Não apresenta com mais de 1,5 bilhão, porque assim não passa”*. Aí é apresentado 1,4 e ela ganha a licitação.

Eu não gosto nem de parecer leviano. V.Sa. não é denunciado e certamente até pode vir a ser, mas está aqui como convidado, como testemunha. Eu queria uma



contribuição para que a gente possa... Na minha avaliação — eu queria ouvir a sua opinião —, há, sim, um processo, uma dinâmica de gestão que é, digamos assim, legalizadora, legitimadora de processos de superfaturamento. Eu falo, engenheiro Glauco, olhando de olho para olho, que conheço muito Prefeito que licitou uma crechezinha de 1 milhão, mas que se pagou 1,5 milhão, e vai talvez responder e pagar muito caro por isso. Eu, como arquiteto, o senhor é engenheiro de carreira da PETROBRAS, não é admissível dizer que é legal que um projeto seja estimado em 2 e chegue a 18 ou a 13, ou o que seja. É inadmissível! Nós não estamos brincando de fazer política da indústria petrolífera no País. Não é admissível que eu não saiba que, se eu tenho que ter um computador, eu tenho que ter tomada para instalá-lo, que eu tenho que pensar em gerador depois.

Essa lógica é a lógica corrupta! Isso tem que ser assumido. Eu não posso partir de um projeto que seja, na verdade, um arremedo de projeto, que sequer me dê condição de ter balizas. Como aqui foi falado, as empresas brasileiras seriam as prioridades. É um sentimento importante, quem sabe, não é? Agora, parâmetros internacionais seriam considerados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - E se cada projeto tem a sua especificidade, e é um projeto que não se encaixa em qualquer lugar, há valores médios de usinas realizadas no planeta que têm que ser considerados.

Então, eu concluo. Eu queria ouvir só a opinião, porque é muito difícil, aqui já foi colocado várias vezes, que alguém denuncie para depois ter a sua pena agravada e tudo mais.

Duas perguntas: V.Sa. afirma, com toda a convicção, mesmo sendo amigo pessoal, deixando de ir para o lar, para a família, para encontrar um engenheiro pela amizade, que não sabia que ele era o representante da Galvão Engenharia, conforme ele e a empresa declararam? Não era um engenheiro qualquer, não era um amiguinho qualquer. Ele efetivamente cumpriu um papel de representação da empresa, tinha interesses em faturar, em ter mais lucros nos contratos. Então, por que reunir um gerente de uma estatal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Edmilson...



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Por fim, opinião sobre o Decreto nº 2.745. Se isso não tem que mudar, para que a culpa não seja do engenheiro. Tem que ser de alguém. Então, se um processo licitatório simplificado permite que, a cada sopro de vontade, se agreguem mais e mais e mais elementos num projeto a ser executados, tudo é possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Aí se vai colocar um Prefeito da cidade mais pobre do Marajó na cadeia. E qualquer gerente, engenheiro, presidente de estatal vai poder multiplicar por 2 mil e vai alegar a legalidade, por quê? Porque o preço que uma equipe técnica previu variou 20 para cima ou 15 para baixo no máximo. Mas são quantas vezes 20 para cima, e quase sempre para cima, em quantos aditivos? Aí, a meu ver, isso não tem explicação. Eu queria ouvir a sua opinião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu não sei se eu peguei todas as perguntas aqui, Deputado, que o senhor falou. Mas falou do Gabrielli também e falou do Decreto, não é? Com relação... Eu já afirmei, vou reafirmar aqui: atendendo a todos os critérios, a PETROBRAS, com as auditorias internas que foram feitas — não foram poucas as auditorias que tivemos na Refinaria Abreu e Lima —, em nenhum momento, teve esse alerta da questão referente aos cartéis ou a preço de propina que estava sendo paga para fora. Após esse escândalo todo do ano passado, é evidente que todo mundo fica estarecido com isso que está sendo falado. Contraria toda uma lógica de onde poderia ser estancado, como é que faz para estancar. Dentro dos nossos processos, por isso que eu acho que os outros vieram também falaram desse jeito, ou seja, seguiu o procedimento: pareceres jurídicos, pareceres do desempenho, comissões de negociação, de licitação. Então, esse não se passa. A questão do Sr. Shinko eu já falei aqui algumas vezes. Ele era um amigo de longa data e ele nunca me foi apresentado como um representante da Galvão ou ele tinha poder para fazer qualquer coisa. Eu nunca negocie e falei qualquer valor, ou de aditivos ou de coisas, com o Dr. Shinko. Ele pode ter a opinião dele. Isso está falado. A Galvão não precisava e nem precisa disso. Com relação ao



Decreto nº 2.745, eu não tenho muito o que dizer. Como empregado lá da PETROBRAS, nós temos que seguir o Decreto nº 2.745. Os padrões de contratações, os modelos contratuais, tudo que é feito tem que fazer seguindo aqueles procedimentos. Os documentos são todos padronizados. E você vai fazer um convite, uma licitação, o que for, vai ao sistema corporativo e pega uns documentos que já estão todos pré-aprovados e faz-se a adaptação para aquele projeto que está sendo feito. E a questão da Refinaria de 2 ou 13, eu gostaria de reafirmar: o que está para trás do 13 não é o Glauco que tem que vir falar para vocês, está certo? O que o Glauco tem que vir aqui, e isso eu falo com toda a certeza... A Refinaria que tem, que é aquela que nós estimamos lá em 2008, é uma refinaria que custava 26 bilhões de reais, que dava o equivalente àqueles 13 bilhões de dólares, que foi utilizada no EVTE da Refinaria. A Refinaria... Foi aprovada uma refinaria de 13 bilhões de dólares. Essa é a Refinaria que vale. O EVTE da Refinaria é esse, e a partir desse é que foram deflagrados os outros processos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa., mais de uma vez, aqui, afirmou que o Shinko era seu amigo. Como é que surgiu essa amizade? Vocês estudaram juntos? Vocês se conheceram numa relação de trabalho? Quer dizer, onde é que se inicia essa relação para reafirmar que ele era seu amigo?

O SR. GLAUCO COLEPICO LEGATTI - Obrigado, Deputado Luiz Sérgio. É... Essa pergunta: por que eu o considerava, sim, um grande amigo? Porque começou a nossa relação... Eu contei, aqui, nos preâmbulos, que eu fui gerente lá do Programa Pegasus, programa todo de segurança ambiental e meio ambiente. Nessa época, o Dr. Shinko trabalhava na Talude Engenharia, que prestava serviços para nós. E desse primeiro conhecimento que eu tive com ele do trabalho, depois eu nem tive mais trabalhos com eles, surgiu uma amizade pessoal e social, porque a gente falava dos mesmos assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

Com a palavra o Deputado Augusto Coutinho; em seguida, o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, eu queria inicialmente fazer aqui alguns comentários que foram feitos aqui por alguns colegas que me antecederam.



Primeiro, quero reiterar que eu acho que é importante que esta CPI vote logo a convocação do Sr. Fernando Soares, o Fernando Baiano, inclusive para dirimir qualquer dúvida aqui, se representantes de partidos políticos vão ser ou não convocados. Eu acho que o Fernando Soares é importante que venha aqui.

Como também quero lembrar que é importante, é fundamental que seja marcada logo a vinda do Sr. Vaccari. É importante que o Sr. Vaccari venha logo aqui. Ele está indiciado.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Denunciado!

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Denunciado, exato. E precisa ser marcado... Já foi aprovado, como o Sr. Youssef e também o Sr. Paulo Roberto. Aqui fica a nossa sugestão.

Mas indo ao que o Sr. Glauco nos fala aqui na tarde de hoje, eu pude observar que o Sr. Glauco diz que não houve superfaturamento. Não houve superfaturamento, ninguém identificou nenhum tipo de irregularidade nem em auditoria interna da PETROBRAS como também do TCU. Isso não corresponde. O TCU inclusive entrevistou, pedindo para que fosse suspensa a obra, paralisada a obra, quando houve uma intervenção do Presidente Lula, junto com a então Ministra Dilma, para que, junto aqui ao Congresso Nacional, fosse flexibilizada a continuidade da obra.

E esses aditivos eram aprovados e orçados pela própria PETROBRAS. Ou seja, a PETROBRAS era conivente com todos os aditivos. Os valores que eram contratados vinham dentro de um orçamento feito pela PETROBRAS, que não era feito por ele. Ou seja, a PETROBRAS era conivente com os valores apresentados.

O que é um fato é que as empresas, inclusive por acordo de leniência, algumas delas, por denúncia de seus executivos, distribuíam dinheiro a agentes públicos. Elas não faziam distribuição de lucros, elas davam dinheiro de propina. E é óbvio que esse dinheiro estava incluído no orçamento. A empresa não ia tirar do seu lucro para dar propina a quem quer que seja, inclusive a agentes políticos que eram angariados para partidos políticos da base do Governo, como foi amplamente denunciado aqui.

Então, é claro que também há envolvimento da própria PETROBRAS na formação e de quem fazia os orçamentos da PETROBRAS, de inflar esses



orçamentos e fazer com que as empresas inclusive não precisassem sequer fazer superfaturamento, porque já vinha pronto no pré-orçamento da empresa esse superfaturamento, segundo dito aqui pelo Sr. Glauco, de que não existiu em momento algum nenhum tipo de variação de preço que era acima do que a PETROBRAS aceitaria. É obvio que esse superfaturamento vinha, sim, dos preços contratados pelas empresas que distribuíam a propina junto com esses agentes políticos.

Eu queria fazer a V.Sa., Sr. Glauco, uma pergunta: o senhor já recebeu o Sr. Shinko na RNEST, na própria refinaria?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não. Nunca recebi.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Nunca recebeu. Seus encontros com ele se resumiam a hotéis e sociais nas amizades.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Social.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - E dentro desses encontros de amizade... Agora, Sr. Glauco, com toda a franqueza, fica difícil para eu acreditar quando o senhor diz que ele era seu amigo, uma pessoa que o senhor tinha como amigo, mas o senhor aqui não disse que foi traído por esse amigo.

De fato, um amigo da sua relação pessoal, que convive com o senhor, e diz que o senhor é ladrão, e o senhor diz que não foi traído por ele, é difícil a gente aqui acreditar que o senhor realmente não está indignado, porque, se assim fizessem comigo, realmente eu estaria indignado, e ele ia responder comigo de uma forma muito severa, porque ele acusou o senhor de ladrão. E o senhor aqui está dizendo que ele pegou o dinheiro para ele e acusou o senhor de estar participando disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Para concluir, Sr. Presidente. Então, eram essas as nossas colocações.

Apenas uma constatação: acho que gente precisa avaliar esta CPI mais em cima. Fica caracterizado aqui que setores acima que fazem os orçamentos da PETROBRAS também estão nesse conluio e nessa roubalheira toda, porque todos os orçamentos eram aprovados e eram exatamente o que a PETROBRAS aceitava:



os preços praticados pelas empresas que se juntavam e aumentavam o preço para poder dividir a propina. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Com a palavra o depoente.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Bem, Deputado Augusto, eu estou indignado, sim. Estou muito indignado. A minha vontade era fazer igual ao Deputado Carlos Marun fez aqui. Se eu não fosse mineiro, talvez eu já teria feito isso com muito mais veemência. E essa é a minha vontade, sim. Com relação ao que o senhor falou do TCU, cabe aqui destacar que, desde 2008, o TCU tem sim discutido conosco e analisado todos esses contratos da RNEST. Desde 2008, todos os contratos foram auditados pelo TCU. E, desde 2008, nós estamos aprofundando o relacionamento da PETROBRAS com o TCU, para fazer com que o TCU tenha o entendimento sobre como a PETROBRAS faz os orçamentos, para como ele fiscaliza a PETROBRAS dentro desses orçamentos. Então, isso é um trabalho grande. Já evoluímos muito, tanto é que em 2008, naquela etapa que se dizia que tinha um sobrepreço da ordem de 148 milhões, com o entendimento do TCU sobre esses esclarecimentos adicionais que foram feitos, esse valor, que era no contrato de terraplanagem, baixou para 19 milhões, que ainda continuam em discussão. Então, veja bem: não foi nada de concessão. Foi o seguinte: *“Olha, o entendimento é esse. Então, aqui que você achou que tinha sobrepreço, não é.”*. É porque nós não sabíamos conversar adequadamente com o TCU. Até 2008, a relação da PETROBRAS com o TCU era muito de confronto. Nesse mesmo, teve lá, um dos pontos era negar informação para o TCU. Não era negar. A PETROBRAS entregava em papel, o TCU queria em planilhas eletrônicas, e aí era entendido como uma negativa da informação. Talvez, com relação aos aditivos que são orçados, como eu falei, são tratados os preços reais que são necessários para aqueles itens. Então, com isso, os aditivos que serão aprovados e tudo mais não eram de conhecimento da empresa, porque quem faz o projeto é a PETROBRAS, ela que tem que dar aquela resposta para isso. Com relação ao Sr. Shinko, que era amigo, não sei o que, eu respondi ainda há pouco, que aquele que pode dar uma facada nas costas é aquela pessoa que pode lhe abraçar. Então, é esse o sentimento que eu tenho dele, sim, porque eu não o tratei como empreiteiro, nem como nenhum representante



formal de qualquer empresa, está certo? Essa é a minha visão que eu tenho dele. E vamos tomar as medidas cabíveis que vão ser necessárias para frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni. Em seguida, o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente. Srs. colegas, eu fico aqui olhando e fico pensando se esse cidadão nos toma por incapazes mentais. Só pode ser isso. Ele vem de um núcleo... Primeiro é testemunha, não tem, por enquanto, nenhuma acusação, e traz advogado a tiracolo. Isso já é, para mim, altamente sintomático. Quem não deve não teme. Essa é uma máxima absoluta.

A desculpa para não lavar ou limpar a sua honra com enfrentamento na Justiça a quem o calunia é o silêncio, *“por orientação do meu advogado”*, *“porque não é o momento adequado”*. Não há momento adequado para se manter a honra, é na hora, a não ser quando a gente não há tenha. Aí é uma outra questão.

A outra coisa importante que acho que vou dar uma contribuição — não vou lhe perguntar nada. Só vou raciocinar aqui, para o senhor ver que tem gente que pensa — é o senhor dar conhecimento ao seu advogado e o seu advogado lhe dar conhecimento da Lei nº 12.850, que é a lei que instituiu a delação premiada no Brasil. E aqui o senhor vai descobrir que quem mente numa delação premiada tem a sua pena agravada imensamente e quem assaca contra a honra alheia, que é o caso que o senhor está dizendo aqui, tem a sua pena agravada imensamente!

Ora, o senhor até agora não foi acusado, mas a PETROBRAS, que vez 500 mil sindicâncias e nunca encontrou nada, não teve pudor em lhe afastar. Se até a PETROBRAS lhe afastou, por que será? A Presidente da PETROBRAS veio aqui e disse que não tinha nada com a SBM, que a Comissão de Sindicância, que nem foi a sua, não encontrou nada. Algum tempo depois, apareceu toda a roubalheira de 130 milhões de dólares confessada pela Diretoria da SBM. E o senhor foi afastado.

O senhor é do núcleo que tem Renato Duque como comandante e Barusco como suporte. O senhor está no meio dessa dupla. Um já fez delação premiada, já fez acordo e devolveu 97 milhões de dólares. Obviamente, porque o dinheiro não era dele, ele era fiel depositário. Isso nós já entendemos. O Sr. Renato Duque vai descobrir agora que ou ele entra para a história com uma condenação de mais de 500 anos por formação de quadrilha, corrupção passiva e tráfico de influência, ou ele



faz delação premiada, dá com a língua nos dentes e vai revelar, como talvez o senhor tenha que fazer daqui a algum tempo.

Não é possível que o senhor tenha ficado esse tempo todo lá... Essa, como já foi dito aqui, refinaria é a mais cara do planeta Terra. E tudo aconteceu a bordo de aditivos que o senhor era o homem que ajudava a executar! Era o senhor que autorizava aditivos!

Agora vamos lá: delação premiada. Aqui nós temos uma, do Sr. Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, empresário que tratou com o senhor, dizendo que foi lá na obra da RNEST que se montou o grupo, o clube. E diz aqui: *“...com tal poder, eles garantiram a refinaria RNEST só para eles”*. E vai adiante: *“...que sempre havia uma certa preferência quando eles faziam as escolhas. Mas o grande divisor de águas foram as obras da RNEST, ocasião em que os níveis de preços praticados passaram a ser mais altos.”* A Venina denunciou, e aí mandaram ela para Cingapura. Aí o Sr. Augusto Ribeiro de Mendonça Neto diz o seguinte: *“O clube da propina foi criado nas obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, iniciado em 2008”*. E, por fim, o seu amigo de 15 anos, Shinko Nakandakari, diz com todas as letras ao Juiz Sérgio Moro: *“Doutor...”* Ó, Dr. advogado, o senhor ouve essa: *“Eu diria o seguinte, nós mesmos, até que deu a operação em novembro, a gente não tinha essa preocupação.”* Isso em relação à Queiroz Galvão. *“Eu e o próprio Erton — que é o Presidente — não estávamos sabendo da profundidade que isso pudesse chegar a Galvão”*.

“Em 2014 — Sr. depoente, porque de V.Sa. o senhor não tem nada —, no primeiro semestre, a necessidade da empresa era tão grande em aprovar aditivos lá na RNEST...”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - *...aprovar aditivos na RNEST...*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Concluindo.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - *...e ainda teve liberação de pagamento para que eu pudesse pagar o Glauco”,* que era gerente-geral da RNEST.

Antes de citar Legatti, o delator confirmou 1 milhão de reais, em espécie, para Renato Duque e diz que ainda pagou 4,4 milhões para Pedro Barusco.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado .

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O Pedro Barusco já reconheceu que recebeu e já devolveu. O Renato Duque vai fazer.

Eu ainda quero lhe ver aqui de volta. Ou melhor, talvez na Papuda seja melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Onyx Lorenzoni,

Passo a palavra ao Deputado Ivan Valente. Em seguida, Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria que V.Exa. acrescentasse o meu tempo de Líder a essa intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Seis minutos. Três, mais três: 6 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, primeiro, eu queria reafirmar aqui a nossa disposição — o Deputado Jorge Solla sempre coloca nas falas dele —: eu acho que a CPI precisa ter outra direção mais rápida, mais eficaz, mais eficiente. Os fatos vão sendo mais rápidos do que aqui. Agora mesmo, lendo o *estadao.com* aqui, tem nova acusação do Youssef contra o Vaccari. Já está aí nas capas. E nós não temos nem essa decisão tomada.

O Sr. Fernando Soares continua blindado nesta Comissão. Incrível! Um operador daquele porte não foi ainda convocado. Não foi votado o requerimento dele. Os doleiros, os carregadores de mala, aí, não são trazidos.

Segundo, eu acho que não dá para andar no mesmo ritmo. Os fatos andam mais rápido do que o ritmo da CPI. Então, realmente, quero mostrar nosso descontentamento. Eu vou pedir que nós tenhamos uma revisão da lógica dos trabalhos aqui, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu queria dizer que todo esse debate sobre a PETROBRAS, ele é feito da seguinte forma: vários Presidentes que estiveram aqui, vários depoentes colocam a dificuldade de trabalhar as margens possíveis, porque o volume de recursos da PETROBRAS que envolve as obras, os contratos, são enormes: 1% da margem é muito dinheiro!



Então, nós temos que chegar à corrupção de uma forma muito precisa. Eu acho que inclusive ela não se dá nem com o método Pavloviano nem com interrogatórios de...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Presidente, questão de ordem.

O depoente está lá, pode estar recebendo mensagens. Não está nem escutando o que está sendo falado. Você estava lá usando o celular agora, pode estar recebendo uma mensagem de alguém.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Peço só que preserve o meu tempo, Sr. Presidente, e reponha...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Deve ser o Barusco mandando mensagem à CPI.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Realmente não é conveniente — o Deputado tem razão — que o depoente esteja operando o celular ou qualquer coisa, né?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É. Sim, mas eu acho que não é o momento. Eu acho que é o momento de a gente desligar os celulares. Só isso.

Então, Presidente, eu só queria que ninguém descontasse o meu tempo aqui.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Ninguém aqui é depoente, advogado. Ele é um ladrão! Você sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Prossiga! Prossiga, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu não vou entrar nessa linha. Eu só quero garantir o meu tempo. Quero entrar só no meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Perfeito. Também não é o caso. Prossiga. V.Exa. tem o tempo recomposto.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É que nós temos que tomar as decisões que são corretas. Por exemplo, o que mais... Aí quero entrar numa consideração séria, Sr. Glauco.

É o seguinte: o que eu não percebo nele é a indignação que causaria, ou causaria a mim ou a vários, frente a uma acusação que envolve a sua vida, a vida da sua família. Entende?



Eu não vejo essa indignação. Uma pessoa que estava... seu amigo. Tornou-se seu amigo inclusive de uma forma não tão bem explicada — eu acho. Ele não é um cara da PETROBRAS e tal, mas se tornou, razoavelmente, íntimo do senhor.

Ele faz uma acusação — entende? — sob delação premiada. Se ele está sob delação premiada, ele está debaixo da Lei nº 12.850, de 2013: *"Imputar falsamente, sob pretexto de colaboração com a Justiça, a prática de infração penal a pessoa que sabe ser inocente (...)"* É pena de 1 a 4 anos de reclusão só por isso aqui.

Por que o Sr. Shinko Nakandakari faria isso? Está entendendo? Essa questão é que é realmente insuportável.

Pode acontecer, mas a reação é outra. A reação deve ser violenta, uma reação de indignação, reação de entrar na Justiça, de tomar medidas cabíveis e tal, o que eu não vejo. Desculpe-me.

Por isso, eu estou pedindo a quebra do sigilo fiscal, telefônico, telemático e bancário e também pedindo acareação. Formalmente, eu vou entrar com os requerimentos. Eu acho que é a maneira de discutir.

Já em relação à PETROBRAS, Sr. Presidente, eu queria colocar o seguinte: ele afirmou aqui que os valores das obras não podiam ser vazados, que o processo era seguro, mas quero recordar o depoimento do Sr. Pedro Barusco, que afirma, no seu termo de colaboração, que informou, previamente, a empresa Alusa, por exemplo, numa licitação na COMPERJ, de que a empresa não deveria vir com uma proposta acima de 1,5 bilhão. A Alusa apresentou a proposta de 1,4 bilhão e venceu o certame. Veja, tudo acertado! Como vemos, o sistema não é blindado. Ele pode ser burlado, claramente.

O senhor atribui o preço estratosférico da Abreu e Lima a algum acerto prévio? Depois que o senhor viu inclusive a existência do cartel... Pelo que eu entendi, o senhor não sabia que existia um cartel. Então, a primeira pergunta é esta: o senhor atribui que há acerto prévio para dar esse problema? Porque toda a sua fala diz que os preços se justificam. Só que já tem a denúncia do cartel, tem a denúncia de corrupção. E qual é o papel que o senhor teve no processo de escolhas, nos processos licitatórios e também nos aditivos?

Segunda pergunta, Presidente.



O senhor informa aqui que nem o senhor nem ninguém pode assinar aditivos fora da margem autorizada pelo setor responsável da PETROBRAS. Mas, como foi informado por diretores presos, por doleiros, empreiteiros, havia pagamento de propina embutido nos contratos. Assim sendo, de quem é a responsabilidade desses atos? O senhor atribui ao setor responsável na PETROBRAS a responsabilidade pelas margens que permitiam a corrupção, por algum responsável, dentro da PETROBRAS? E o senhor, como diretor, e convivendo com todos os outros diretores do maior empreendimento, desse tamanho, desse porte — custou dezenas de bilhões de reais —, o senhor não se sente responsável pela atuação do cartel em Abreu e Lima? O senhor não se sente... O senhor não acha que alguma coisa aconteceu ali de diferente?

Então, Presidente, eu queria só finalizar com a seguinte pergunta, que eu peço que seja respondida também, Sr. Glauco. O Sr. Pedro Barusco informou que o cartel que agia em Abreu e Lima, onde o senhor era diretor, pressionou a empresa para que 12 pacotes de obras fossem licitados ao mesmo tempo para facilitar a combinação de preço do cartel. Qual sua posição quando dessas licitações? Foi favorável a esse pacote dos 12 contratos? Não estava claro que a licitação de 12 pacotes poderia facilitar a combinação de preços?

Como nós podemos acreditar que o senhor não era conivente com a ação do cartel? Isso aqui é óbvio.

Nós estamos aqui discutindo, mas eu queria só arrematar, Presidente, agradecendo a tolerância de V.Exa. e dizendo o seguinte: Sr. Glauco, nós não podemos, sinceramente, acreditar — e aí é um pouco do bom senso — que o senhor tenha convivido com essa pessoa, que ela lhe faça uma acusação desse porte e que o senhor se sinta perseguido, só, não indignado. Desculpe-me. Não é crível essa questão.

É só isso que eu queria colocar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Sr. Glauco.

O SR. GLAUCO COLEPICOLA LEGATTI - Bem, Deputado, talvez a forma de eu expressar as minhas reações não seja essa. Eu estou extremamente indignado,



estou extremamente indignado. A questão de acioná-lo por uma calúnia ou por um falso testemunho, alguma coisa, pelas informações que eu tenho e que a gente discutiu, por isso que eu falei, vai levar tanto tempo nessa discussão, ao passo que as outras coisas terão que ter... Ele vai ter que apresentar essas provas, como ele deu esse dinheiro, se deu, se não deu, como é que foi. Isso vai ter que fazer. Então, é essa coisa. Eu estou muito indignado. Eu, desde o dia em que ele fez esse depoimento, eu não durmo. Essa é a questão que nós estamos, né? Ouvir as palavras que foram referidas a mim aqui... É um absurdo o que eu estou escutando aqui. Então, eu me sinto muito indignado tanto com o que ele fez como com algumas palavras de ofensas pessoais que eu também recebi nesta Casa. Então, é isso...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, ele não pode dizer que é absurdo o que se está falando aqui. Ninguém fez uma ofensa pessoal a ele, não. Ele não pode dizer isso, não. Presidente, tome uma providência ou eu... Eu quero reagir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Vamos tomar uma providência, tudo bem. Encerre, por favor.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Ofendido foi o Brasil, com a roubalheira que o senhor ajudou a construir na PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Sa. já concluiu a resposta?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, eu tenho algumas questões.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Tem as perguntas, tem as perguntas.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Tem as perguntas, então, tem a questão do Shinko, tem a questão da propina, isso que a gente hoje está ouvindo, está vendo por tudo aí. Na PETROBRAS, na área em que eu trabalhava, nós nunca tínhamos ouvido falar nisso, não ouvia falar nem dos nossos chefes e tudo o mais. O meu foco, Sr. Deputado, como eu já falei, foi muito voltado para a construção, para soldar os tubos, fazer com que aquela obra terminasse lá no seu prazo. Então, não tinha, não ouvia nem da propina nem do cartel. Com relação aos 12 pacotes, não era uma... Fiquei surpreso também com a fala do nosso gerente Barusco, quando falou dos 12 pacotes, porque aquilo era uma necessidade para os prazos que a



refinaria teve. Então, foi aprovada uma estratégia de construção pela diretoria. Nessa estratégia de construção iam ser licitados todos os projetos — tinham que ser licitados — e a compra de cerca de 500 equipamentos que foram chamados de equipamentos críticos, para chegar na época e no prazo, como compressor, transformador, torres, vasos e tudo o mais. Então, esses foram dois conjuntos de compras que foram feitas, então, pelos diversos órgãos da PETROBRAS. Então, isso foi como foi feito, não que isso, porque estava sendo feito, deveria convergir para a cartelização. Nós estamos falando e que se ouve de cartelização em quatro pacotes de compra da RNEST, que são os pacotes maiores que a gente..., que é o que eu tenho visto denunciado na... A RNEST teve 60 processos de compra, os projetos principais são 33. Nós estamos discutindo de 4 que são os mais importantes, evidente. Esses 4 processos estiveram de duas a três vezes em licitação. A primeira licitação foi muito alta, cancelamos o processo. Em alguns deles, na segunda licitação, nós tivemos um enquadramento dentro das estimativas, e alguns tiveram que ter a terceira licitação. Entre o preço original da primeira licitação e o último preço recebido, a ordem de grandeza, depois tem os números exatos, é da ordem de 6 bilhões de reais. Então, a área técnica trabalhou, sim, para evitar qualquer desmando e qualquer coisa. Não era para pagar qualquer preço, independente dos preços elevados. Então, essas são a relação. Acho que eu consegui responder.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só uma última questão: o senhor conheceu bem o Sr. Pedro Barusco? Ele é do seu círculo de amizades?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu o conheço como profissional na PETROBRAS, quando ele era o Gerente Executivo. E não só eu... Nós tínhamos outros — acho que nove gerentes-gerais — que eram subordinados ao Engenheiro Barusco, com projetos tão importantes quanto o da Refinaria Abreu e Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Antes de passar...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor nunca desconfiou que ele pudesse ter 300 milhões no exterior?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Jamais, porque eu não tinha nenhum convívio no dia a dia com ele.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Antes de passar a palavra ao próximo Deputado, Edio Lopes, nós vamos fazer uma interrupção de 5 minutos, porque o depoente precisa utilizar o toalete. Cinco minutos!

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Bem, retomando os trabalhos, com a palavra o Deputado Edio Lopes. Em seguida, falarão o Deputado Paulo Magalhães e a Deputada Maria do Rosário. Desculpem-me, depois do Deputado Edio Lopes, falarão a Deputada Eliziane Gama e o Deputado Paulo Magalhães.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pela sistemática das pessoas que vieram a esta Comissão até hoje, eu vou na trilha do Deputado Ivan Valente. Como nos enredos de teatros antigos, em que o culpado era sempre o mordomo, parece-me que nós estamos investigando e buscando os culpados no setor errado da PETROBRAS, porque tudo funcionava como um relógio suíço, Sr. Presidente.

É preciso nós irmos atrás agora... E eu quero que o depoente decline o nome do responsável ou dos responsáveis pela confecção da planilha. Todos os que vieram aqui disseram que os preços eram legais, eram compatíveis, porque obedeciam a uma planilha que o setor competente da PETROBRAS fazia, e que os preços que as empreiteiras apresentavam oscilavam e não poderiam passar de 20%.

Então me parece que o núcleo da questão está nessa planilha. Essa planilha era tão perfeita que permitiu, no caso Abreu e Lima, uma superevolução nos preços dessa natureza. Sabe-se, porque o Barusco disse com todas as letras, que ali estava embutida a propina. Então, eu gostaria, Sr. Presidente, que o depoente declinasse o nome das pessoas responsáveis por esse setor. Talvez a Justiça tenha que soltar todos — são todos anjinhos — e o grande problema esteja aqui.

Eu pergunto: as obras federais, pelo menos as obras comuns... Caixa Econômica e Ministérios têm como parâmetro uma planilha elaborada pelo SINAPI. É nele que se baseiam... se os preços estão mais ou menos nivelados, inclusive por regiões do País. Eu pergunto se a PETROBRAS também... se esses planejadores



de custo aqui tinham como parâmetro o SINAPI ou se a PETROBRAS conseguiu construir um sistema próprio.

Todos os que vêm aqui dizem que os custos foram justos. Na questão de Pasadena, todos os que vieram aqui falaram: *“Não, foi um bom negócio na época, porque a planta ia produzir não sei quantos mil barris de petróleo pesado e, ao custo do barril naquela época, o preço que se investiu era justo”*. Mas eu não vi ninguém defender essa mesma linha de raciocínio na questão de Abreu e Lima, Dr. Glauco.

Então, o planejamento nessa questão é tão absurdamente fantasioso que nós temos que concluir o seguinte: ou os técnicos e os engenheiros, e o senhor no meio, são analfabetos absolutos, ou, então, temos que acreditar no óbvio, os senhores querem que o Brasil engula uma história que não tem o mínimo de fundamento. Errar o cálculo de uma refinaria de petróleo nessa magnitude? Esses argumentos não se sustentam.

Enquanto fiquei horas aqui, eu me lembrei de que recentemente a Agência Espacial Europeia conseguiu pousar aquele robô naquele cometa que viajava a 65 mil quilômetros, a milhões de quilômetros da terra. Aquele projeto, Dr. Glauco, começa em 1993. Foi calculado gastar 4,5 bilhões de dólares naquele projeto. Vinte e tantos anos depois, eles lograram êxito e não gastaram 6 bilhões ao final. Esse projeto era uma aventura, uma alucinação! Eles conseguiram idealizar, projetar e realizar com um custo, em 23 anos, que não chegou a 40%. E nós, que temos plantas de refinarias sendo construídas no mundo inteiro todo o tempo, não conseguimos calcular. Então, os nossos engenheiros têm que ser demitidos, a bem da PETROBRAS, ou a sociedade brasileira tem que engolir essa história.

Por último, Sr. Presidente, já concluindo, cada um que vem aqui traz um número diferente de aditivos. O último número que aqui ouvi foi 396, e a gente sabe que havia, quanto a alguns valores, esferas diferenciadas de decisão; 30 milhões aqui se falou muito que era uma decisão que só mais em cima. A pergunta é: desses 396, quantos aditivos são de valor, de elevação de valor, e quantos desses aditivos o senhor decidiu? O senhor tinha capacidade de, como gerente-geral, decidir. E qual o montante global desses aditivos?

Eu não vou atacar sua moral, Sr. Glauco, muito embora não me falte vontade, porque acho que só o fato de o senhor estar aqui sentado há horas, nesta condição



em que está nesta Comissão, já é por demais caro para a moral e para os valores que certamente o senhor cultivou ou pelo menos em alguma época tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

Com a palavra o depoente.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Bem, Sr. Deputado, com relação à área de custos, eu não vou dar o nome da pessoa, mas eu vou dar... A área se chama setor de estimativa de custo e prazo, da área da engenharia. Eu não tenho o nome da pessoa.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Perdoe-me a interrupção, mas eu gostaria que a Presidência determinasse à assessoria que levantasse o nome dos responsáveis por essa área. Eu acho que é muito importante, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Determino à Secretaria que tome as providências necessárias.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - A outra eu tenho que responder ao senhor, que é a questão do custo do projeto. Acredito que... Todos já passaram por aqui. Mesmo que tenham falado, repetido... O que eu venho falando, a verdade que eu venho falando sobre o valor do projeto, vocês têm escrito aqui desde 2009, que o projeto vale, ou custa, o equivalente, depois de ajustado, os 13 bilhões de dólares — aquele projeto, com aquele desenho que a PETROBRAS quis fazer. Eu acho que só quem conhece a refinaria lá *in loco* pode identificar. Aqueles projetos anteriores, 2 bilhões, 4 bilhões, eram fases anteriores de estudos que a PETROBRAS ainda estava fazendo.

(Não identificado) - Então foi fragmentado para possibilitar o superfaturamento. É isso?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Desculpe, Deputado, não, não foi fragmentado, porque ele é aprovado... Quando foram 2 bilhões, a PETROBRAS não gastou os 2 bilhões no projeto. Quando eram 4, ela não gastou os 4 bilhões. Ela aprovou o projeto de 13 bilhões, que é quando aprova a construção, que a gente chama de FEL 3 lá, que vocês já ouviram falar por imensas vezes. Está certo? Com relação aos aditivos, que eu acho que é uma coisa importante aqui dos aditivos, eu vou encontrar aqui um... Desses 396 aditivos... Nós estamos... Se eu não errar a conta aqui, são 136.



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - São 136 aditivos de valor.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - ...de valor. E, dentro desses aditivos aqui de valor, que eu estou olhando aqui pela planilha, se eu não estiver olhando nada errado, 136, eu posso dizer pro senhor que eu não devo ter aprovado nenhum aditivo. Não é competência do gerente-geral aprovar aditivos. Por quê? Quando esse projeto, ele é feito, quem aprova os aditivos são... No caso, quando tinha a PETROBRAS, os aditivos eram encaminhados pra autoridade competente. Certamente os aditivos eram de maior valor. Só se tivesse alguma coisa menos de... O limite de competência do gerente-geral é 12 milhões de reais. Até aqui era... E eu não me lembro de ter aprovado aditivos. Deve ser o mínimo possível. Mas, mesmo que eu tivesse competência para aprovar esse aditivo, quando foi criada a Refinaria Abreu e Lima, nós... Quem fazia a gestão não tem a competência para assinar. Todos os aditivos, contratos eram assinados na Refinaria Abreu e Lima. Então, pode ter aí uns dois, meia dúzia que eu encaminhei diretamente. O restante foi ou através... nível de diretor ou nível de diretoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Vamos fazer uma alternância. Eu tinha designado a Deputada Eliziane Gama. Vamos passar a palavra, no horário da Liderança, ao Deputado Paulo Magalhães e, em seguida, à Deputada Eliziane.

O Deputado Paulo Magalhães está com a palavra.

V.Exa. dispõe de 6 minutos do tempo de Líder mais 3 minutos como membro.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Presidente Imbassahy, depois de esperar quase 7 horas, eu me sinto confortado com a posição de V.Exa.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Dr. Glauco, boa tarde!

Ouvi atentamente a explanação de V.Sa., Dr. Glauco. V.Sa., mais uma vez, atesta que o quadro funcional da PETROBRAS é extremamente qualificado. As equações de composição de preço que apresentou — discorreu com rara competência — nos dão a certeza de que V.Sa. tem um conhecimento de causa incomum, tanto sobre a refinaria anterior quanto sobre a Abreu e Lima.

Ouvimos alguns posicionamentos de V.Sa. a respeito de sua amizade visceral com o Sr. Shinko. E, dentro dessa amizade visceral, o senhor manteve alguns encontros para tratar, tenho certeza, da relação de amizade e não poderia deixar de



tratar também da Abreu e Lima, que era o grande projeto que o senhor tocava, que o senhor comandava, onde era o responsável por tudo o que lá acontecia, haja vista que, numa das suas colocações, o senhor disse que o Barusco e o Cerveró lá estiveram duas vezes rapidamente. Então, a confiança no senhor era total, na condução que o senhor dava àquele empreendimento, que era importantíssimo para o Brasil e para a PETROBRAS, e para os brasileiros.

Aqui estive a Presidente Graça Foster, a quem... Inclusive, na Comissão de Minas e Energia, Presidente Imbassahy, eu fiz questão de defender a honorabilidade e a seriedade dela e a sua competência. E ela nos disse aqui claramente que se sentia traída com o que estava sendo divulgado pela imprensa das descobertas da Polícia Federal e da Justiça. Ora, se uma funcionária de carreira do nível de Graça Foster diz aqui que se sentia traída, só poderia ser traída pelos funcionários da empresa. E aí V.Sa. estaria incluído entre esses funcionários.

Existe uma distância enorme entre os 2,4 bilhões que a Presidente Graça Foster anunciou e, hoje, os 18,5 bilhões. Convenhamos que é uma diferença muito grande. Por mais que tenhamos alguns erros no projeto — e acredito que os erros não foram tão grandes quanto essa dicotomia, essa distância —, nós temos que analisar que isso é responsabilidade direta de V.Sa., que era o tocadador da obra, que era o responsável pela obra, que era a quem os diretores da área se reportavam para saber o andamento. Inclusive, como V.Sa. mesmo colocou, quando se fez um aditivo, a cláusula de chuvas, o parecer de V.Sa. foi decisivo para que pudesse ser feito esse aditivo.

Eu gostaria de saber se o Sr. Shinko, o amigo de V.Sa., tinha a anuência do gerente para emitir notas fiscais com o pró-labore. Ele disse na delação que tinha favorecido V.Sa. com 50 mil, com 400 mil e com mais alguns reais, o que foi feito através de notas fiscais. Essas notas fiscais tinham que ter o parecer de alguém anuindo e dando parecer favorável. Os pareceres nas notas fiscais da empresa do Sr. Shinko eram de V.Sa.?

Eu não usaria aqui o termo “propina”. Eu usaria aqui “pró-labore”, “benesses”, porque não cabe a mim acusar V.Sa. Pelo contrário, eu fiz questão de, no início de minha fala, dizer da sua competência e da competência do quadro funcional da PETROBRAS. Na sua opinião, essas mazelas, essa má conduta dos funcionários da



PETROBRAS devem ser punidas como? Qual é a opinião de V.Sa. a respeito do superfaturamento anunciado na Abreu e Lima? Em 2008, quando assumiu a direção, onde V.Sa. residia? V.Sa. teve alguma relação de amizade com algum político da região? Ou sua relação com políticos era fruto da relação da diretoria? Qual seria a posição de V.Sa., se juiz fosse e tivesse de julgar o comportamento da diretoria e do gerente da PETROBRAS nessa fraude contra o povo brasileiro e contra a maior empresa do nosso País?

Eram essas as perguntas, Sr. Presidente e Sr. Relator.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - O.k., Sr. Deputado. Eu só queria colocar — talvez eu até devesse ter feito esse esclarecimento — que não tenho todo esse poder com que eu vejo algumas colocações estarem sendo feitas para mim. Eu era, simplesmente, o gerente-geral que comandava a parte da execução das obras. Do mesmo jeito que tinha na área do abastecimento quem controla os orçamentos, quem faz tudo, um outro gerente-geral, no mesmo nível que eu, que aprovava as alterações de projeto, que definia o andamento, que aprovava os EVTEs. Eu não tenho nenhum poder e não tinha nenhum poder de aprovar que eu ia fazer uma refinaria de 13 bilhões. Cabe ao nosso grupo falar o seguinte: *“Olha, essa refinaria não custa 2, não custa 4. Com isso que você quer e especificou para a refinaria, com essa especificação, ela custa 13”*. Agora, quem vai decidir fazer, como vai fazer é a área de negócios, como nós chamamos. Então, só para colocar: eu não tenho esse poder. Eu não era, digamos...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Qual era a área que V.Sa. comandava?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - De engenharia, de construção.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - O senhor não comandava?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - De construção. Correto.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Não era o senhor que decidia?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sobre a construção.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Então, os pareceres eram dados por V.Sa.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu digo sobre fazer a refinaria. Não fazer a refinaria não era da minha atribuição.



O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Não, eu não quero forçar o senhor concordar comigo, pelo contrário...

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Perfeito. Está certo.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - O senhor, com o conhecimento que tem e do que tinha na PETROBRAS, longe de mim, eu quero distância.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu quero só colocar essa observação, porque dá a impressão de que eu mandava muito, e não. A nossa área de mando era muito limitada.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Veja bem, quem diz isso não sou eu, não é nenhum dos Deputados. Quem disse isso foi o Shinko, que era seu amigo do coração.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - É, mas ele pode ter se enganado. Bem, com relação à cláusula de chuvas, o senhor citou bem, o TCU disse que aquela cláusula era nociva para os projetos da PETROBRAS. Então, enquanto não tivesse uma reformatação dessa posição do TCU, nós decidimos, dentro da RNEST, suspender. Era uma cláusula comum em todos os contratos da PETROBRAS. Nós suspendemos, se eu não me engano, até o ano de 2013, quando o TCU falou como deveria ser pago. E nós respeitamos integralmente o TCU, como deveria fazer para pagar a cláusula de chuvas. Bem, com relação ao Sr. Shinko, eu já falei que não recebi nada. Ele fala em notas fiscais. Não existe nota fiscal. Eu nem conheço a empresa dele.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Da empresa dele.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - É evidente que eu não sei, não sei do que ele falou.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Embutia os serviços e as bonificações.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Mas eu não sei. Não tenho conhecimento nenhum disso. Isso é ele, para fora do meu conhecimento. A outra é a questão da má conduta...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - O Governo não pode bancar uma conduta como essa. E é por isso que o Governo quer punir.



O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sim. E eu acho que ele vai encontrar os responsáveis e vai punir.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - É por isso que eu perguntei a V.Sa. como é que acha que o Governo deveria punir funcionário que se enquadra nessa má conduta, nessa leviandade.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sim. Eu estou... Então, nesse sentido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Concluindo a resposta.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Concluindo a resposta, vai utilizar os meios legais, que tem que ser. Nós estamos num Estado onde têm que ser cumpridas as leis. Então, vai ser punido, e as punições vão acontecer pela Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Com a palavra a Deputada Eliziane Gama e, em seguida, a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Glauco, nós já estamos há várias horas aqui na tentativa de obter informações. Algumas perguntas são feitas e parece-me que estamos aqui numa caminhada na qual talvez não teremos resultados, porque as informações que constam, do ponto de vista de compatibilidade com as delações que nós já temos em curso, realmente não batem.

O senhor está sob juramento, mas eu acredito também que esteja aí recorrendo ao recurso de não produzir provas contra si mesmo. Eu vou insistir na pergunta. Nós tivemos... O Congresso, na verdade, aprovou o Orçamento de 2010, com uma restrição, considerando a Abreu e Lima como um dos empreendimentos com indícios de irregularidades graves, muito embora depois nós tivéssemos um veto presidencial referente a esse ponto em questão. O que fica muito claro, na verdade, com essa decisão do Congresso, e aí, diante também das investigações inclusive de sindicâncias internas da PETROBRAS, da clareza com os aditivos, com os superfaturamentos e também com um pagamento de propinas, eu pergunto ao senhor: diante dessa situação, qual a atitude que o senhor tomou? O senhor tomou alguma atitude diferenciada, tentou ajudar nesse processo de investigação, recorreu ao TCU, procurou o Ministério Público? Qual a atitude do senhor, diante da constatação de irregularidades graves referentes ao empreendimento, à Refinaria Abreu e Lima?



A pergunta que eu faço ao senhor é uma pergunta que eu fiz antes, à qual o senhor, na verdade, não respondeu. Na delação do Youssef, por exemplo, ele falava que a Abreu e Lima foi o instrumento utilizado para pagamento de propinas dos partidos PSB, PSDB e PP. E a minha pergunta é se o senhor teve informações nesse sentido e quem receberia essas propinas.

E por fim, Presidente, eu quero, mais uma vez, aqui, considerando esses 50 segundos, fazer um apelo aos Srs. Parlamentares, referente à aprovação dos requerimentos e das convocações vitais ao nosso foco de investigação. Nós vamos chegar aqui ao final desta CPI sem efetivamente ouvirmos as pessoas que têm informações muito mais específicas. Nós fizemos, por exemplo, a convocação do Vaccari. Hoje *O Estadão* já traz uma informação grave: o próprio Youssef afirmando que teria entregado 800 mil reais na porta do PT. O Vaccari precisa vir o quanto antes a esta Comissão!

Nós tentamos aqui aprovar o requerimento do PSOL, para ouvir Fernando Soares, e também o requerimento para ouvir o Dirceu e o Palocci, e nada! A gente não consegue ir para a frente! A revista *ISTOÉ*, por exemplo, faz uma exposição geral de que a consultoria Projeto poderia ter recebido 100 milhões de reais nessa propinagem. Pedimos a quebra da JD Consultoria, e nada disso vai para frente! Daqui a pouco, talvez possa ser até real o que alguns jornalistas já estão colocando de uma parceria entre vários partidos aqui nesta Comissão. E isso é sério e grave. O povo brasileiro não pode ser enganado no que se refere a isso. Independente se é PMDB, se é PSDB, qualquer partido, eu acho que nós precisamos ter um foco nessa investigação. Espero a resposta do Glauco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, Deputada Eliziane. Passo a palavra ao depoente.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Com relação às irregularidades levantadas pelo TCU em 2010, o que nós fizemos foi uma aproximação muito grande do TCU para que nós esclarecêssemos. O grande ponto que tinha, em 2010, na discussão com o TCU, eram divergências metodológicas. Então, foi falado aqui anteriormente: nós utilizamos o SICRO, a área nossa de custos utiliza o SICRO, utiliza o SINAPI, faz esse negócio todo, CADTERC, que é lá do Estado de São Paulo, para fazer a parte das estimativas. Só que as obras do porte da Refinaria



Abreu e Lima e as obras da PETROBRAS são obras que têm algumas especificidades que esses sistemas não contemplam, têm algumas profissões, algumas especialidades. Então, lá existiam algumas funções que eram funções que tinham valores, digamos, de salário diferente daquilo que se paga no setor petróleo. Então, isso foi visto, foi debatido muito com o TCU. Por isso esses assuntos, desde 2010, sobre os quais teve essa discussão, caminharam; o TCU vem aceitando alguns itens. Um dos itens é a questão da faixa de variabilidade. Foi feito um trabalho extremamente detalhado pelo próprio TCU sobre a questão de variabilidade das propostas, que é uma das ideias de mudança da forma de usar os valores fixos, para se fazer uma análise de risco e, da análise de risco, calcular o valor real que tenha a menos ou a mais na sua proposta. Então, assim foi como nós andamos. Então, o que nós fizemos foi uma aproximação grande dos órgãos fiscalizadores para verificar o *modus* que a PETROBRAS estava fazendo, para convergir nesses valores com o TCU. Eu posso garantir que, de 2010 — hoje ainda não tem esse dado consolidado, que são processos que ainda estão em discussão —, eles caíram mais de 50% entre o que o TCU dizia lá, naquele período, para os valores que, após as discussões das áreas técnicas que foram tratadas em cada um dos processos que foram apartados, ter esses dados. Então, isso foi o que nós fizemos. Levamos, nas reuniões com o TCU, alguns representantes de organismos internacionais para conversar, discutir como é que se davam essas metodologias e estimativas. Então, essas foram as ações que nós fizemos, Deputada. Com relação a pagamento de propina para políticos, eu desconheço completamente. A única coisa que tem foi quando começaram a aparecer nos jornais essas informações a respeito desses pagamentos de propina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, temos apenas e finalmente três Deputados inscritos: a Deputada Maria do Rosário, em seguida o Deputado Altineu Côrtes e o Deputado João Gualberto, como não membro da CPI. Aí nós encerraremos os debates.

A Deputada Maria do Rosário está com a palavra.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, Sr. Relator, depoente e colegas Parlamentares, eu quero me dirigir ao depoente, dizendo que a expectativa desta sessão seria de que o senhor também pudesse apresentar quais



relações que o senhor estruturou, ao longo do tempo, dentro da empresa, que podem ter favorecido essa sua relação com esse senhor que o acusa.

Nós ouvimos aqui vários depoentes, ao longo do tempo, que tentaram marcar na PETROBRAS a ideia de uma corrupção presente em todo o seu tecido. E eu rejeito isso de plano. Não concordo com uma visão institucionalizada, já que o senhor marcava seus encontros com esse Sr. Shinko em hotéis, o que não nega. Estava lá, em vários hotéis. E não vi aqui nenhum encontro seu dentro da empresa. E pergunto se o senhor tinha encontros com esse cidadão dentro da empresa. Esse cidadão que é réu confesso, pelo visto aqui, não frequentava a empresa, mas marcava com servidores da empresa encontros em hotéis. Do que se trata o interesse de uma empresa estatal num hotel? Então, eu acho que o senhor...

Eu queria dizer que não faço parte jamais daqueles que acusam, que humilham, que tentam... Mas eu gostaria que o senhor tivesse tido uma reação aqui que me convencesse — e talvez os colegas também — de que esse sujeito está contando mentiras, porque me parece absolutamente suspeito que ele revele relações criminosas e utilize o seu nome, quando o senhor era gerente de uma área importante. O senhor quer dizer para nós aqui na CPI que a responsabilidade sobre isso não era sua, e era do seu imediato superior, o Paulo Roberto Costa? Ele, como diretor, ele que já é confesso em muitos crimes, ele é quem estava envolvido nessa questão de que o Shinko fala? Recursos foram para ele, não para o senhor? Então, eu gostaria de entender como foi que se processou isso.

Mas uma coisa está clara para mim, no seu depoimento: se o senhor agiu indevidamente, utilizando da fé que a PETROBRAS tinha no senhor para colocá-lo em uma posição tão importante, tão relevante para o Brasil e dentro da empresa, para a sua vida, certamente, se o senhor abusou disso, dessa confiança, e agiu mal, o senhor não fez dentro da empresa e não fez com o conhecimento da empresa, a não ser que tenha sido desse seu imediato superior, Paulo Roberto Costa, que, se não me engano, se não me falha a memória, era o seu diretor — o senhor como gerente, ele como diretor. Ou não era ele? Quem era o seu diretor? Ele tinha conhecimento desses seus encontros com o próprio Shinko?

Então, são algumas das questões que eu gostaria de ver respondidas hoje, porque realmente acredito que o senhor está tendo uma oportunidade de nos



esclarecer e de mostrar que essa empresa é muito maior do que tudo que tentam, desmerecê-la neste momento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Dr. Glauco.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - O.k. O primeiro ponto, com relação a essa questão aí da minha amizade com o Sr. Shinko, eu cheguei a falar anteriormente que nós tínhamos uma amizade, que era uma amizade social. Não tinha nenhum envolvimento, porque ele não representava, quando estava comigo, nenhuma das empresas. Isso nem a EIT nem a Contreras, que estavam escritas lá no depoimento dele, e muito menos a Galvão. A Galvão Engenharia, através do seu gerente local na obra, através do diretor ou de quem quer que seja, jamais falou para nós: *“Olha, o Shinko fala em meu nome”*. Jamais teve isso, em nenhuma negociação de aditivo ou de contrato. Primeiro, que não sou eu que faço, não fazia nenhuma negociação. As áreas específicas lá da fiscalização é que fazem isso. Podem olhar os relatórios. Estão todos os relatórios aí. Certamente, vocês já receberam praticamente todos eles. E vocês vão ver que não tem nada onde eu tenha atuado. Então, o que se tinha, o que eu imagino que aconteceu, essa é uma expectativa minha... Quando eu vi que o Sr. Shinko fez aquelas coisas todas, fiquei extremamente irritado. Como o Sr. Deputado fez aqui...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Então era uma relação sua, pessoal?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Minha e pessoal com ele, sim!

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - O senhor assume qualquer coisa da sua relação com o Sr. Shinko como pessoal?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - É assunto pessoal. Não tem nada com empresa.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Assunto pessoal?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - É, eu até comentei...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - E o senhor era gerente?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - A minha amizade com ele...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - O senhor era um gerente?



O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - A minha amizade com ele remonta ao ano de 2001, 2002, por aí, quando eu comecei a conhecê-lo, através de uma questão de trabalho. E, depois do trabalho, em função do envolvimento, de coisas, nós tivemos um relacionamento muito mais social. Não tenho nenhum assunto tratado com o Sr. Shinko.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Nada sobre a empresa?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - E, para complementar, nada, nada sobre a empresa, porque não tinha o que tratar. Ele não era o representante da empresa. Segundo, ele nem me representava, como foi dito anteriormente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas, nessa sua relação com o Shinko, V.Sa. admite que há uma mentira no meio do caminho?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - É evidente, Deputado. Se eu digo que não recebi, e ele diz que pagou (*riso*), ele vai ter que mostrar o que pagou. Eu não tenho nada... Quanto ele disse? Quatrocentos mil reais? Lá na minha conta, isso não tem. Então, ele vai ter que mostrar isso. Com relação ao meu superior, eu estava subordinado não à Diretoria do Diretor Paulo Roberto. Eu estava subordinado à Diretoria de Engenharia, Tecnologia e Materiais, que era a do Diretor Renato Duque, inicialmente. Depois, foi o Diretor Figueiredo, que sucedeu ao Diretor Duque, enquanto eu estava lá. Então, teve a transição desses diretores.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Com a palavra o Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Qual o nome do seu gerente?
(*Pausa.*) Aqui!

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Ah, desculpe!

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Qual o nome do seu gerente, o que indicou as comissões de licitação? Qual o nome dele?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - São várias. São várias...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Várias comissões, mas o senhor falou que tinha um gerente.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, não é um. São cinco gerências de construção e montagem.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas você me respondeu que tinha um gerente que indicava as comissões de licitação, abaixo de você. Você falou isso aqui ainda há pouco.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, não! Não tem um abaixo de mim. Abaixo...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quais são os nomes dos cinco então?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Então, são cinco gerentes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quais são os nomes dos cinco?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - São: Ivo Tasso; Fernando Casa Nova, que hoje é o Gerente-Geral — era um deles na época, depois trocou; depois tem o Antônio César, que era o outro gerente voltado para a área de utilidades; depois tinha um gerente voltado para a área dos hidrotratamentos...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Só o nome.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - ...que era Marcos Rezende; e, depois, um outro que era Heleno Lira e, depois, passou a ser o Abenildo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Esses gerentes nomeavam as comissões de licitação dos seus setores?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Dos seus setores.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O seu colega da estimativa de custo, a quem você se referiu no início, qual o nome dele?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - É... Agora, eu não sei quem é o gerente lá.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, naquela época lá, quando faziam...

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Naquela época era o Sérgio Arantes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sérgio Arantes. Se eu estiver errado, o senhor me corrija. O senhor era o gerente-geral daquele empreendimento...

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Isso.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O gerente-geral do empreendimento sabe, obviamente, tudo o que o empreendimento gasta. Então, todas as notas fiscais que eram encaminhadas para pagamento, você assinava esse encaminhamento ou quem assinava?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não! O fiscal do contrato.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Só o fiscal?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Só o fiscal do contrato.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Nenhum gerente assinava? Apenas o fiscal?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - O fiscal atestava que o serviço era feito...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Isso.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - A empresa apresentava...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Isso, mas no encaminhamento dela para o setor de pagamento da PETROBRAS, como que era, quem...

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Era a fiscalização do contrato.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Só a fiscalização? Não passava por nenhum gerente?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, certamente são gerentes as pessoas que estão lá nessa posição.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Ah, sim, os gerentes assinavam.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Isso, que tenha liberação de pagamento...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Olha, Sr. Glauco, quero dizer uma coisa ao senhor: a minha responsabilidade como Sub-Relator aqui é o superfaturamento da construção de refinarias e gestão temerária. O senhor não tenha dúvida de que, depois deste depoimento do senhor, o que eu já desconfiava, a corrupção na PETROBRAS não está só nos grandes contratos não, ela está desde o cafezinho que faz parte do preço de uma refinaria. E eu vou saber quanto custa o cafezinho, qual a empresa que vendeu, qual a empresa que deu a cobertura, como, por exemplo, a mão de obra, todos os itens que se referem à construção. E nós



vamos poder depois questionar o senhor, se o senhor acha que os preços da PETROBRAS são justos, como o senhor defendeu isso aqui até agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Deseja fazer algum comentário? Senão, passo a palavra para o...

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu não entendi, acho que não ficou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Como Sub-Relator — e espero que muitos Deputados aqui me ajudem —, vamos passar um pente fino em todos os contratos que passaram pela sua gerência. Vamos ver se os preços pagos, desde o cafezinho até a maior contratação, são preços justos e legais; ver os participantes e os preços com que participaram, se houve cobertura, se houve falcatura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, o último orador é o Deputado João Gualberto, que vai falar pela Liderança do PSDB e também como não membro desta CPI.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, Sr. Relator, depoente, o senhor contratou advogado. O senhor combinou alguma coisa antes de vir para esta CPI do que o senhor poderia falar ou não ou combinou com outras pessoas?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, não combinei nada.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não combinou nada com o advogado? Ele não instruiu o senhor em nada?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor o contratou só para acompanhar o senhor?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, não! Eu o contratei por conta... para fazer acionar lá na Justiça o Shinko. Como meu nome está citado, eu acho que eu tenho que tomar...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor falou que não decidiu ainda quando o senhor vai acionar, e já contratou desde agora advogado?!

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, senhores! Eu já...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Prossiga, Deputado Gualberto.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Presidente, ele vai falar como Líder e não membro, portanto ele pode colaborar também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. tem, como Líder, 9 minutos. Durante o período de Liderança, não é permitido questionamento. Pode até fazer algum questionamento, é natural, ao longo dos 9 minutos, mas sem nenhuma obrigatoriedade do depoente de lhe responder. E, nos 3 minutos, V.Exa. pode fazer as perguntas que bem entender.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Ele não tem obrigatoriedade, mas eu posso perguntar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Pode, pode fazer qualquer comentário, qualquer consideração, mas sabendo que ele não tem nenhuma obrigação de responder.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Pode responder. Senhor depoente, em fevereiro de 2005...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Gualberto, V.Exa. está usando agora os 3 minutos?

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Os 3 minutos.

Em fevereiro de 2005 foi anunciado, com muito alarde pela mídia, que se identificou a oportunidade de se reconstruir a Abreu e Lima, em parceria com a Venezuela. O Presidente da República era o Lula, e a Presidente do Conselho era a Dilma Rousseff, O.k.? *(Pausa.)* O.k.?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Acredito que sim, não sei.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Em 29 de setembro de 2005, na Fase 2, que chama de projeto conceitual, foi avaliado o investimento em 2,4 bilhões e com um retorno esperado de 210 mil, O.k.? O senhor conhece esses números?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Conheço.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Verdade, não é? Na Fase 3, menos de 1 ano, ou 1 ano depois, no projeto básico, foi previsto um investimento de 4,1 bilhões, com um retorno esperado de 1,1 bilhão, é verdade?



O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Deve ser. Eu não estou com o relatório aqui, mas certamente o senhor está aí e deve ser.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O.k.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - O que eu tenho aqui são somente os valores globais do EVTE. Eu não tenho o valor do retorno.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Na Fase 4, que foi a da execução, ou seja, depois de 4 anos estudando, chegou-se à conclusão, antes do início da obra, de que o investimento seria de 13,4 bilhões e daria um retorno negativo, um prejuízo de 1,9 bilhão. O.k.? É isso?

Quem autorizou isso? Para autorizar um estudo inicial de 2,4 bilhões e concluir que, para iniciar a obra, vai gastar 13,4 bilhões... A Presidente Dilma, que, na época, era Presidente do Conselho, com certeza sabia disso e autorizou isso, não é?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Eu não posso... Eu não sei dizer para o senhor. Vocês vão ter que chamar outra pessoa para falar isso. Eu não participei nem da aprovação do EVTE nem desses valores. Eu fui chamado, e falaram assim: *“Olha, tem que construir a refinaria aqui. Venha aqui e construa a refinaria. É essa a refinaria”*.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor me desculpe, porque eu tive que por sair alguns momentos. O senhor é gerente desde quando?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Desde janeiro de 2008.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Janeiro de 2008.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Gerente para construir. Agora, tem lá o gerente que cuida do negócio. Então, essas pessoas que cuidam do negócio é que podem explicar...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor como gerente não tinha acesso a esses números? Isso não importava para o senhor, nada disso?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Não, são áreas completamente distintas.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não, a pergunta é outra. O senhor tinha acesso a esses números? Achava razoável sair de 2,4 bilhões para 13,4 bilhões?



O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - O que eu vou falar aqui...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Como gerente, como gerente...

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Como gerente, a refinaria... aquele projeto, conforme desenhado, com duas unidades de processos, tantos reatores, tanto de equipamento, custa 13 bilhões de dólares, 13,3 bilhões de dólares.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - E daria um prejuízo de 3,2... O senhor já estava lá quando saiu esse resultado de que ia dar esse prejuízo e o senhor achou razoável construir. O senhor não tinha ingerência, o senhor não poderia mudar nada, mas o senhor, como gerente, sabia disso?

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Sabia do EVTE da PETROBRAS negativo, mas não é competência minha tomar qualquer ação sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Gualberto, o tempo de inscrição para questionamentos está encerrado. Mas V.Exa. dispõe de mais 9 minutos para considerações de qualquer natureza e, eventualmente, algum tipo de questionamento que queira colocar também, mas sabendo que o depoente não tem a menor obrigação de responder.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O.k.

Sr. Depoente, muitos colocaram aqui que não acreditam na sua inocência. Embora eu quisesse...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Nove minutos, Sr. Presidente. Ali estão 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado, é porque ali não tem 9 minutos. Colocaram-se 10 minutos, mas vai-se encerrar 1 minuto antes.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - É impossível o senhor não saber de toda essa corrupção e não ter participado dela. Infelizmente, eu não tenho tempo mais para fazer pergunta, mas a sua amizade com esse Shinko é esquisita, não é? Uma pessoa que é muito amiga, frequentava a casa, festas, hotéis, etc., e no depoimento dele, em delação premiada, fala que lhe deu 400 mil.

Eu senti o senhor um pouco indignado no início, aqui, quando o senhor falou que ganhava muito bem, portanto, 400 mil eram muito pouco para, talvez... O senhor mencionou isso aqui, no início, como se dissesse: *"Eu não me vendo por 400 mil"*.



Desculpe-me, mas foi esse o meu entendimento. Afinal de contas, um chefe seu, o Barusco, confessou ter recebido 300 milhões, e o senhor se vender por 400 mil seria muito pouco realmente. O senhor mostrou uma certa indignação pelo valor.

Eu queria saber, embora o senhor não possa mais falar — mas eu acho que quero fazer o registro —, a quem interessou essa quadrilha montada na PETROBRAS. A quem interessou? Será que foi só a vocês que receberam a propina, àqueles que já confessaram por delação premiada, àqueles que não confessaram ainda, como é o seu caso, que não... Mais tarde ou mais cedo, a gente vai saber a verdade, claro que vai. A quem interessou isso? Eu acho que essa é a grande pergunta. Foi só aos empresários que ganharam a licitação? Aliás, não teve licitação, não é? Houve mais convites. Será que interessou só aos empresários e àquelas pessoas que receberam propina, ou interessou ao Partido dos Trabalhadores, interessou à principal figura, o ex-Presidente Lula? Quem montou esse grande esquema de roubo do dinheiro do povo brasileiro? Essa é a questão que fica.

Eu acho que o senhor está tendo uma oportunidade aqui... Aliás, teve — eu fui o último a perguntar —, mas o senhor não falou nada. Disse que não sabe nada. Teve os 400 mil que o seu amigo íntimo denunciou que lhe deu, e o senhor faz uma cara de paisagem aqui para a gente, mostra que não recebeu, não foi bem assim. Mas eu acho que, no íntimo, o senhor deve estar passando: *“Poxa, quanto dinheiro foi roubado! E eu participei dessa quadrilha”*. Imagine quantos brasileiros... Eu não sei qual é o Estado do senhor, não sei se é um Estado pobre. Eu vim da Bahia, mas nasci em Sergipe, e sei o quanto faz falta esse recurso roubado por essa quadrilha que se montou na PETROBRAS.

As pessoas do PT não podem ficar chateadas comigo. Não adianta ficarem chateadas, porque isso já foi dito pelo Ministro, no resultado do mensalão, no julgamento do mensalão. E foi falado também pelo Procurador-Geral da República que ali foi montada uma quadrilha organizada pelo PT. E ninguém, hoje, tem dúvida — vamos esperar o resultado — de que foi montada uma quadrilha. O PT montou uma quadrilha para roubar dinheiro na PETROBRAS, roubar dinheiro de um povo pobre, um povo que precisa de saúde, que precisa de educação, que precisa de moradia, que precisa de emprego. Isso não sensibiliza o senhor?



Será que o senhor realmente não poderia consultar o seu advogado, fazer uma delação premiada e mostrar aos seus familiares, aos seus amigos que o senhor cometeu um erro no passado, mas quer repará-lo com a sociedade brasileira? Será que não seria interessante para o senhor? Pense em quantas pessoas estão sofrendo por causa dessa quadrilha da qual o senhor fez parte. Até então, um amigo seu o denunciou, e, para mim, o senhor faz parte. Pela primeira vez, eu vi aqui pessoas do PT sensatas, que falaram que o senhor não mostra indignação. O senhor está aí tranquilo, recebeu seu dinheiro. Eu não sei se naquele do Barusco, que ele devolveu, o senhor fazia parte daquela quota. Não sei realmente, nem posso falar.

Eu acho que, quando o senhor sair daqui, talvez vá fazer igual ao Gabrielli, que chegou lá na imprensa baiana e falou que deu um *show* aqui nos Deputados da CPI. Ele falou isso. Ele achou que saiu daqui por cima. Eu não sei se a consciência dele o permite achar isso. Eu digo o mesmo para o senhor: será que a sua consciência o permite chegar aqui e responder só o que achou interessante, dizer que conhecia muito o Shinko, que é seu amigo, mas ele não lhe deu dinheiro? Será que realmente o senhor acha isso razoável? O senhor, tendo oportunidade... O senhor aqui é um depoente, pode esclarecer, pode tentar explicar para a gente como é que foi montada essa quadrilha.

Veja como seria importante para o Brasil acabar com essa quadrilha na PETROBRAS — porque, pelo me contam, parece que ainda continua —, passar o Brasil a limpo e parar com esse roubo. O Brasil não cresce, e o povo pobre está sendo enrolado, enganado. Prometeram coisas, como aconteceu na campanha da Presidente Dilma, e fazem tudo ao contrário. E o senhor poderia ajudar.

Como eu não posso mais fazer pergunta, eu queria que o senhor respondesse somente isto: o senhor não poderia... Ele pode responder nos meus 3 minutos, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Os 3 minutos de V.Exa. já foram esgotados. V.Exa. está utilizando agora o tempo de Liderança.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O.k.

Então, senhor depoente, na sua resposta, ponha a mão na consciência e diga para todos nós aqui que você vai declarar a verdade.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Permita-me fazer uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, eu fiquei aqui ouvindo, atentamente, até para que a gente possa manter o bom nível dos debates aqui, hoje, mas não posso aceitar o Deputado João Gualberto vir aqui e ficar fazendo essa acusação indevida ao Partido dos Trabalhadores. Nós rechaçamos qualquer tipo de acusação, inclusive acusação desse Deputado, que chega a esta Casa, falando e utilizando o tempo da Liderança do PSDB, que tem também, enquanto partido, um conjunto de denúncias oferecidas, um conjunto de denúncias de diversas ilicitudes.

V.Exa. deveria, no mínimo, respeitar os partidos. Faça o bom debate. Nós estamos aqui querendo apurar as irregularidades. Não há, contra o Partido dos Trabalhadores, nada de ilegal. Se V.Exa., que é do PSDB, olhasse para as doações que o seu partido recebeu das mesmas empresas, vai perceber que elas dizem respeito aos mesmos critérios estabelecidos pela legislação. Então, eu gostaria que V.Exa. se contivesse nesse tipo de acusação, porque nós estamos tentando fazer aqui o debate, no sentido de apurar irregularidades. Todos nós queremos que a PETROBRAS, que é uma empresa pública, uma empresa que honra o povo brasileiro, possa se livrar desse tipo de roubalheira que foi lá instalada. Mas V.Exa. não pode ficar acusando o Partido dos Trabalhadores de forma leviana, porque não é do Partido dos Trabalhadores a responsabilidade se algum dos funcionários, se algumas empresas, que também operam em outras obras públicas, como no caso de Minas Gerais, por exemplo, e lá no metrô de São Paulo, por exemplo, fazem esse tipo de cartel e dilapidam o patrimônio público. Então, nós não aceitamos esse tipo de acusação.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Deputado, V.Exa. devia ficar indignado também com os Ministros que falaram isso à época e com o Procurador-Geral da República, que disse que V.Exas. criaram uma quadrilha organizada para



roubar dinheiro. Por que V.Exas. não ficaram indignados? V.Exas., àquela época do mensalão...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Nobre Deputado, nós não criamos...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Por favor, eu estou falando.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - ... nós não criamos quadrilha nenhuma e não aceitamos esse tipo de acusação.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu acho que este debate não vai levar a caminho nenhum.

Deputado Valmir Prascidelli, já foi feito o registro de sua indignação.

Eu passo agora a palavra ao Relator, o Deputado Luiz Sérgio, para que ele faça as considerações finais.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Sr. Glauco esteve aqui, nesta CPI, porque ele é o gerente-geral de implementação de um empreendimento objeto desta CPI, que é a refinaria do Nordeste. O depoimento dele evidencia que alguém está mentindo nessa história, porque os depoimentos não batem. Fica evidenciado aí que há algo a ser esclarecido. E, evidentemente, quando esta CPI ouvir o Sr. Shinko, ele terá oportunidade de rever ou de reafirmar a sua posição. Mas o que se reafirma hoje é a necessidade de a CPI ouvir o Sr. Shinko, para que nós possamos não só fazer um juízo de valor, mas também tomar uma posição em relação a que passo seguir, para que a verdade seja esclarecida, porque, como eu falei, no meio desse caminho há uma mentira registrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Eu passo a palavra ao Dr. Glauco. Se desejar fazer algum comentário final, fique à vontade.

O SR. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI - Bem, há um único comentário que eu queria fazer, respondendo ao Deputado que falou. Eu vim aqui para responder todas as questões que me fossem formuladas. E, para isso, eu tentei responder todas, inclusive todas sobre a refinaria. Algumas questões não são da minha atribuição. Vocês vão ter que chamar outras pessoas. A PETROBRAS não era só o Diretor Duque, o Barusco e o Glauco. Do mesmo jeito que eu estava na



RNEST, tem vários outros empreendimentos de que nós tratamos. E nós temos a obrigação de ter uma sistemática de trabalho igual para todas as áreas em que nós estamos trabalhando. Então, tudo o que foi feito na RNEST não é diferente do que tem na PETROBRAS. Tem as outras áreas, que são contíguas, aquelas que são responsáveis pelas áreas do EVTE, são as áreas referentes aos retornos do investimento. E, em relação a isso, eu não sei informar a vocês as estratégias da PETROBRAS, está certo? Com relação a tudo isso que nós estamos vendo na imprensa, a esse negócio, todos nós que somos funcionários — todo o mundo — estamos indignados, como toda a população está. Eu acho que é só isso que eu tinha a falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Eu agradeço ao Dr. Glauco.

Gostaria de, antes de encerrar a reunião e de anunciar a próxima pauta que nós estamos deliberando, fazer alguns comentários aqui sobre o que foi dito por alguns Deputados, entre os quais eu destaco o Deputado Ivan Valente, o Deputado Jorge Solla, a Deputada Eliziane Gama e também o Deputado Celso Pansera, quando foi colocada uma preocupação absolutamente justa com relação à condução dos trabalhos, na linha de que outras pessoas deveriam estar aqui depondo, com possibilidade de acareações, quebra de sigilos fiscal, telefônico e bancário, enfim, uma série de considerações no que diz respeito à condução dos trabalhos.

Sinceramente, eu quero dizer que nós estamos há cerca de 1 mês no trabalho, um tempo relativamente pequeno para um problema dessa dimensão, que é essa questão da corrupção que aconteceu na PETROBRAS. Então, é uma responsabilidade muito grande, naturalmente, é uma direção difícil, e nós estamos procurando fazer com que os trabalhos possam alcançar a *performance* necessária.

Fazendo o registro de que nós temos apenas 1 mês de trabalho, como, aliás, foi dito pelo Deputado Celso Pansera, lembro que nós temos aqui 595 requerimentos. Desses 595 requerimentos, 209 foram aprovados, e alguns, rejeitados por impropriedade. De qualquer maneira, há um avanço aqui com relação à avaliação, à deliberação de requerimentos, não apenas requerimentos de compartilhamento de informações, como também requerimentos de convocação de pessoas e requerimentos de quebra de sigilos fiscal, bancário e telefônico.



Registro também, e devo até fazer isso com muita franqueza, o que é importante, a forma como o Presidente desta CPI, o Deputado Hugo Motta, está se comportando. S.Exa. está se conduzindo de uma maneira absolutamente democrática, abrindo a participação para que todos possam, efetivamente, deliberar em reuniões internas sobre a sequência dos trabalhos. Assim a gente tem feito, e assim tem feito o Deputado Hugo Motta, que tem ouvido todos.

Também registro, por um dever de justiça e de respeito, a posição do Relator Luiz Sérgio, que tem também se comportado de maneira absolutamente serena e equilibrada. Não podemos aqui deixar de agir dessa maneira, até porque nós estamos sendo motivo de muita expectativa da população brasileira.

Feitos esses registros, eu queria anunciar aqui a sequência dos nossos trabalhos. No próximo dia 7, às 14h30min, está programada a oitiva do Sr. Hugo Repsold Júnior, Diretor de Gás e Energia da PETROBRAS. No dia 9, à tarde, eu estou deliberando a oitiva do tesoureiro do PT, o Sr. João Vaccari. E, no dia 14, estou observando também uma sugestão do Relator, nesse caso específico, sobre a oitiva do Sr. Augusto Mendonça, que é dirigente da Toyo Setal, que deverá também estar aqui presente. São essas as deliberações para as próximas oitivas.

Com a palavra o Deputado Valmir Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O Presidente, no início dos trabalhos e na reunião anterior, inclusive, repetiu aqui o tinha sido dito na reunião anterior: uma sequência de depoimentos. E a quinta-feira seria para reunião das Subcomissões. V.Exa. está deliberando por iniciativa própria? Porque havia, segundo relatou o Presidente...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O Relator inclusive colocou que a oitiva...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - A palavra está com o Deputado Valmir Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Tinha havido, segundo o que o Relator expôs, uma conversa naquela comissão de Sub-Relatores e demais Líderes. E, a partir daquela conversa, trouxeram um conjunto de requerimentos para cá, e houve a compreensão e o diálogo entre o Relator e o Presidente para se fazer o



roteiro de trabalho. Então, só para esclarecer, gostaria que o Relator se manifestasse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Ouviremos o Deputado Leo de Brito e, em seguida, certamente, o Relator.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - É porque o Relator havia dito, no início da reunião, que o tesoureiro do PT seria ouvido no dia 23, se não me engano.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, primeiro foi apresentando o requerimento de convocação do Sr. Vaccari, tesoureiro do PT, que encaminhei favoravelmente, votei favoravelmente e entendo que ele terá que vir a esta CPI. Não há nada a esconder, não há nada a temer, e ele tem que vir aqui prestar o esclarecimento dele.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Muito bem!

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Segundo, em conversa com o Presidente Hugo Motta, nós estabelecemos um calendário: dia 7, para o Hugo Repsold, que implementou o projeto GASENE, que é um dos eixos desta CPI; dia 9, uma quinta-feira, seria para as Sub-Relatorias, porque nós criamos quatro, e só uma Sub-Relatoria aprovou mais de 40 requerimentos para oitivas, e elas precisam funcionar em períodos em que os membros da CPI possam acompanhar; dia 14, o empresário Augusto Mendonça e, depois, o Luciano Coutinho, do BNDES, que têm a ver com um dos eixos também, que é a questão da Sete Brasil; e, depois, o Vaccari.

O Presidente, de ofício, está modificando isso, a meu ver, para pior. Por quê? Ele está colocando, no dia 9, à tarde, a oitiva do Vaccari e do empresário Augusto Mendonça. Então, fica claro que nós, com dois...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Dia 9, pela manhã.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Não, não, o Augusto seria dia 14.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - São datas diferentes, dias 9 e 14.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A meu ver — e o Deputado Ivan Valente se referiu a isso —, nós vamos ouvir o tesoureiro do PT sem ouvir nenhum



empresário. E, pela lógica, nós teríamos que ouvir, primeiro, o empresário que faz a delação, que denuncia, que afirma que houve recursos para partidos. Isso subsidiaria ainda mais o questionamento que nós vamos fazer ao Vaccari.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Essa é a minha observação. Então, em que pese o que eu construí de agenda junto com o Deputado Hugo Motta, aqui há uma inversão pelo Deputado Imbassahy. E eu lamento isso, porque essa lógica é em decorrência de que estão buscando fazer uma manifestação, acho, no dia 15.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Dia 12.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - No dia 12. Então, isso seria antecipado para que a CPI pudesse ser objeto de propaganda em uma manifestação que está sendo convocada, fugindo dos nossos objetivos. Essa manobra, a meu ver, atesta, de forma clara e objetiva, que nem todos os membros da CPI estão aqui com o objetivo pelo qual ela foi criada...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ... pelo qual se estabeleceu sua criação.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Eu reputo, Sr. Presidente, que V.Exa. conduziu a reunião no dia de hoje — o nosso Presidente não está aqui —, na qualidade de 1º Vice-Presidente, de maneira irretocável. Inclusive, em alguns momentos, até houve açosamentos aqui. E causa-me estranheza, causa-me surpresa essa decisão unilateral, a partir de uma decisão que já tinha sido tomada, pactuada entre o Presidente Hugo Motta e o Relator. Eu gostaria que V.Exa. revisse isso. Assim, de maneira muito fraterna, eu gostaria que o senhor revisse essa decisão. Eu não vou fazer nenhum prejulgamento e nenhum juízo de valor sobre essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Mas o que parece é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Eu tenho muito respeito por V.Exa. e pela forma como está conduzindo os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Tem a palavra o Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, eu entendo — e volto aqui ao que foi falado — que V.Exa. tem conduzido a reunião com muita isenção e acho que é importante, é fundamental isso. Imagino que essa agenda aqui está exatamente no sentido de que a gente possa apressar um pouco as tantas oitivas que a gente tem.

Eu não vejo, nobre Relator, com franqueza, nenhum problema em se antecipar a oitiva do Vaccari para o ouvirmos antes dos empresários, porque são tantos os envolvimento, são tantas denúncias, entende? Eu...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Existe denúncia contra o PT, contra o PSB, contra o PP.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Não, eu acho que devem ser chamados também.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Exa. tem essa postura com relação a todos?

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Não, nenhum... Eu acho que devem ser chamados, inclusive. Nada contra. Eu acho que devem ser chamados também todos esses tesoureiros. Concordo com V.Exa., que contará com o meu voto. Já está dito aqui. Não são só os do PT. Mas...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Só quero deixar claro o seguinte: eu acho que a decisão está tomada, e nós não vamos aqui polemizar. Eu quis deixar claro o entendimento (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Não, perfeito. E eu entendo. V.Exa. também... V.Exa. está colocando...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Quero registrar que essa decisão que V.Exa. está tomando vai fazer com que os rumos desta CPI se tornem irreversíveis. V.Exa. está tomando uma decisão unilateral, no final de uma reunião, de um dia inteiro de trabalho. Gostaria que V.Exa. usasse de bom senso. V.Exa., que é um político experiente, sabe o que significam essas questões, feitas dessa



forma. Nós aqui, como disse o Relator, não nos opusemos à oitiva do Sr. Vaccari. Não tem nenhum problema. Ele, como tem dito, não tem nada a esconder. O que nós não podemos aceitar é algo que cheira a um certo oportunismo, no sentido de se poder, no final de uma reunião como esta, aprovar uma oitiva tão importante. Há um ingrediente político que V.Exa. conhece bastante, de peso. Há diversos partidos que estão sendo acusados. Não é apenas o tesoureiro Vaccari. Há outros operadores de que o próprio Líder do PSOL tem reclamado a vinda aqui.

Existe um calendário aprovado por esta Comissão na semana passada. Existe um calendário discutido entre o Relator e o Presidente. Nós estamos fazendo os debates aqui, expondo, muitas vezes, as nossas opiniões político-partidárias, mas no bom termo com que a CPI tem desenvolvido os seus trabalhos. Essa decisão faz com que o rumo da CPI para o futuro se torne ingovernável, porque, a partir daí, nós não teremos mais nenhum critério para manter ou para desfazer o encaminhamento feito. Então, eu queria, de fato, apelar para o bom senso (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Vamos ouvir agora o Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, sugiro fazermos uma inversão. Estabeleça o dia 14 para ouvirmos o Vaccari.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Altineu Côrtes, que está inscrito.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Presidente, eu participei da reunião que antecedeu a nossa última reunião, em que nós deliberamos, colocamos em votação, lá na sala da CPI, o acordo entre os Sub-Relatores, o Relator, o Presidente, quando ficou decidida — e ali que foi decidido — a convocação do Sr. Vaccari, em acordo entre os partidos, no sentido de que ele seria chamado depois a depor. Depois disso, eu não participei da formulação dessa agenda.

Eu quero aqui, honestamente, dizer o seguinte, Deputado: eu não acredito que uma questão partidária entre um partido e outro pode sobrepor-se ao interesse da Comissão. Pelo contrário, hoje, mais uma vez, o Partido dos Trabalhadores talvez esteja sendo caluniado — está aqui em *O Globo*, *Folha de S.Paulo*, *Estadão* — por mais uma notícia envolvendo o nome do Sr. Vaccari.



Então, eu até entendo, mas discordo de V.Exa., em relação a essa questão do prazo, porque não vai trazer prejuízo nem ao Partido dos Trabalhadores, nem a esta CPI...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Pois não, nobre Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Por essa lógica sua, nós deveríamos então ouvir primeiro o Youssef, porque ele é que afirma que entregou, que levou, que distribuiu, que deu. E tem requerimento aprovado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu concordo com V.Exa.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Mas o Barusco... Nós estamos falando inclusive sobre...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Deixe-me recuperar a minha palavra aqui.

Eu concordo com V.Exa. que o depoimento do Sr. Youssef deva ser marcado imediatamente.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Mas o Barusco já falou tudo aqui.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, eu queria só dizer, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Então, por que nós não fazemos o depoimento do Sr. Youssef no dia 9?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - ... que eu vejo aqui na sua condução uma condução séria. Não acho, na minha posição, que um depoimento ser antecipado 15 dias vá mudar o rumo desta Comissão...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Não tenha dúvida, nobre Deputado. Não tenha dúvida. É uma transferência de cunho eminentemente político.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas aí, Deputado, o voto é para isso.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Não tenha dúvida, mas...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quando existe divergência, vai-se para o voto. Eu, sinceramente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Não há quórum.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Pois é, então nós devíamos ter votado na reunião anterior. Não é hoje aqui, ao final da reunião, porque essa é uma questão de voto, não é uma questão de posição unilateral.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sinceramente, eu vou dizer uma coisa ao senhor: eu estou querendo e tenho cobrado do Presidente — cobrei do Presidente Imbassahy, cobrei do Presidente Hugo Motta —, que, junto com o que foi decidido com o Relator e com os nobres Sub-Relatores, nós possamos fazer as outras oitivas das pessoas que foram aprovadas pelas Sub-Relatorias.

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui dizer que eu não vejo que V.Exa. esteja tomando aqui uma decisão em cima da hora...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Os rumos dos trabalhos da CPI...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - ... no final da reunião. Na realidade, V.Exa. está marcando o que já tinha sido decidido. Essa é a realidade.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - ... nós estamos afetando.

(Não identificado) - Não! O que foi decidido é que seria no dia 23, Deputado! É o que foi decidido!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Com a palavra o Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu não participei da decisão de que seria no dia 23. Participei da decisão de que seria marcada para frente.

(Não identificado) - Passaram por cima inclusive do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ontem, às 8 horas da noite, eu conversei com o Deputado Hugo Motta, que preside esta Comissão e que está fora do País. Logo depois, ele me mandou uma mensagem que está aqui no telefone. Ponderei com ele sobre o que combinamos. Ele fala sobre o roteiro de oitivas. Mas ele, referindo-se ao Deputado Imbassahy: *“Está irredutível”*.

Então, eu aqui estou apenas afirmando um cronograma que estabeleci junto com o Deputado Hugo Motta e que o Deputado Imbassahy, na Presidência, está modificando, buscando antecipar.



Quero, mais uma vez, aqui, deixar claro que eu não tenho nenhum temor, nada a esconder. Apenas entendo que, em questões relativas a oitivas, o Relator tem um peso. E nós estabelecemos isso e estabelecemos dentro de uma lógica. O Sr. Glauco foi quem implementou o empreendimento da refinaria do Nordeste. O Repsold foi quem implementou o projeto do GASENE.

Pega mal já hoje na CPI que até agora nós não tenhamos trazido aqui nenhum empresário, como também já foi objeto de várias notas o grande número de requerimentos aprovados em Sub-Relatorias, que precisam fazer as suas reuniões de forma pública, com a participação dos demais membros. Então, o dia 9 para as Sub-Relatorias tinha a lógica da transparência e do trabalho a ser executado, uma vez que as Sub-Relatorias foram criadas.

Em relação à antecipação, quero deixar claro o atropelo. Entendo que o atropelo é para obedecer a uma lógica política. Mas esta CPI, com o objetivo claro de investigar, não pode submeter-se a pautas externas de movimentos, ainda que legítimos. Em que pese essa legitimidade, a CPI não pode se submeter a isso. Essa modificação, a meu ver, obedece a essa lógica. Lamento, porque essa lógica não é a lógica de quem quer, efetivamente, apurar.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Concedo a palavra ao Deputado Celso Pansera e, depois, ao Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu fiquei sabendo da polêmica hoje de manhã. Eu não sabia. Eu me lembro de que conversei com o Presidente Hugo Motta sobre isso. Ele falou, na semana passada, assim: *“Celso, a gente tem um cronograma, mas o Deputado Imbassahy vai ser o Presidente de ofício, e ele tem, pelo Regimento, o direito de anunciar o cronograma no período em que ele está como Presidente”*. Eu, hoje, falei até com o Manoel, para ver se a gente conseguiria falar com o Deputado Hugo Motta, mas não consegui. Então, Deputado Luiz Sérgio, em que pese o fato de eu conhecer o pedido — eu fui favorável, até, às reuniões das Sub-Relatorias na quinta-feira; na época, quando V.Exa. me falou, eu conversei com o Deputado Hugo Motta —, antes de eu viajar, na quinta-feira da semana passada, última vez em que estive com o Deputado Hugo Motta, ele falou: *“Celso, o Deputado*



Imbassahy, Presidente de ofício, tem, pelo Regimento, o direito de anunciar o cronograma enquanto ele estiver na Presidência da Comissão”.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Não é mais o Plenário que tem o direito?

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Não, não.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Quer dizer, então, que fica trocando toda semana, se tiver alteração?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Não, não. Eu não estou entrando na lógica política.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O Deputado Pansera está falando em anunciar. A palavra é clara: “anunciar”.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu não estou entrando na lógica política. Eu estou dizendo aquilo que o Presidente Hugo Motta me falou sobre o cronograma das reuniões até o retorno dele.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Deputado Pansera, V.Exa. me perdoe, mas há, claramente, uma lógica política na alteração. O Deputado Imbassahy está fazendo uma alteração partidária. Não é uma alteração investigativa, não é uma alteração para apurar irregularidade, é uma alteração para fazer luta política. Esse é o nosso questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu não posso concordar com V.Exa. e vou me pronunciar depois.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Esse é o nosso questionamento, Deputado. Então, se V.Exa. não está fazendo em função da luta política, V.Exa. pode deixar estabelecido esse calendário como estava. Nós dissemos aqui, na parte da manhã, inclusive, que não haveria dois depoimentos durante o mesmo dia. Aí V.Exa. estabelece que haverá dois depoimentos durante o dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Não, não. Não estabeleci.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Há apenas um. Há apenas um, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Ah, V.Exa. quer trocar, então, agora? Aquilo que estava estabelecido, V.Exa. vai trocar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Não, de forma alguma. Eu vou esclarecer.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Então, se na semana que vem, em vez de o 1º Vice-Presidente, estiver o 2º Vice-Presidente coordenando os trabalhos, aí ele troca, novamente? Aí na outra semana, se estiver o 3º Vice-Presidente troca novamente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Este tipo de ação, Presidente, que V.Exa. está fazendo, com a experiência que tem, sabe perfeitamente que é uma alteração político-partidária que não diz respeito à investigação da CPI, que não diz respeito à apuração de irregularidades na PETROBRAS. V.Exa. faz isso com um cunho eminentemente político. É assim que eu entendo. E estou dizendo a V.Exa.: feita essa alteração, dessa forma, isso significa que os próximos procedimentos, nesta CPI, se darão apenas com relação à luta política, o que significa que a sociedade não vai ter investigadas as irregularidades da PETROBRAS. A sociedade vai ter esta CPI transformada num circo, como alguns querem, desde o início. Não vai ter nada apurado, não vai ter nada a ser levado para o Ministério Público. Vai ter, aqui, um bando de pessoas, ou um grupo de pessoas, de Deputados, fazendo luta política, debate partidário. Se é isso que V.Exa. quer, se é esse o objetivo de V.Exa., então, talvez, se tiver uma decisão unilateral, desrespeitando o acordo feito entre o Relator e o Presidente, desrespeitando um procedimento que havia sido adotado por esta CPI, inclusive de forma consensual — nós não nos opusemos a trazer o Vaccari, assim como outros não aprovamos, na CPI anterior...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, ele está repetindo tudo o que ele já falou.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Na CPI anterior nós não aprovamos um conjunto de relatórios.



O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Ele está falando do mesmo assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Calma.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu não estou falando do mesmo assunto, não. Eu estou falando do único assunto que tem aqui e que vai tornar essa CPI ingovernável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Falo do que vai tornar esta CPI alvo, eminentemente, de luta política. E nós não queremos isso. Nós queremos apurar.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Nós já entendemos isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Com a palavra o Deputado Delegado Waldir e, em seguida, o Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, parabéns pela sua decisão, uma decisão soberana. Eu quero dizer o seguinte: analisando, sob a luz do Direito, que prejuízo traz a antecipação da data para o Sr. Vaccari vir a esta Comissão, eu não vejo, à luz do Direito, nenhum prejuízo. E digo mais: ele vai vir aqui com o direito do contraditório, da ampla defesa, e o nosso Relator disse que isso poderia influenciar numa possível manifestação em dias seguintes.

Eu diria ao senhor o seguinte, Sr. Relator, a conduta dele, o comportamento dele aqui pode até evitar que haja manifestação no dia 15. Se ele vier aqui e provar que não tem nenhum envolvimento em qualquer situação de corrupção, ele vai sair daqui ovacionado. Eu garanto que as pessoas não irão mais às ruas. Ele vai provar aqui que não houve nenhuma corrupção na PETROBRAS, que ninguém pegou dinheiro. Então, eu acho que ele pode se sair muito bem aqui.

Eu acho que as provas têm que ser produzidas. As Subcomissões não terão reunião. Eles preparam algumas convocações, mas não terão reuniões importantes. Eu acho que a antecipação da vinda do Sr. Vaccari é fantástica.

Parabéns, Sr. Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Leo de Brito. Em seguida falará o Deputado João Gualberto.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Essa fala só corrobora a tese que nós estamos levantando.

Eu quero reiterar, Sr. Presidente, aqui, o respeito que eu tenho por V.Exa., pela condução que está sendo feita pela Presidência, pelos Sub-Relatores, pelo nosso Relator, e pela urbanidade, pela forma como nós estamos conduzindo os trabalhos. Todo o mundo tem muita liberdade para fazer os questionamentos e para fazer a investigação como ela deve acontecer.

Mas entendo que, ao mesmo tempo... E o Deputado falou aqui: *“O Presidente Antonio Imbassahy deverá anunciar”*. Anunciar aquilo que já ficou definido entre o Presidente e o Relator. E vejo que é ruim, inclusive do ponto de vista da Presidência do Deputado Hugo Motta, que uma decisão que foi pactuada entre ele e o Relator, já tendo sido expressada aqui a data do dia 23 para a oitiva do senhor tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Vaccari, que ela seja modificada, uma vez que, inclusive, há agenda para o dia 9, que seria utilizada pelos Sub-Relatores, para fazer as oitivas *in loco* que eles deveriam fazer. Então, eu coloco aqui a minha confiança de que o senhor vai rever essa posição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado João Gualberto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, desde quando Barusco esteve aqui e falava que fazia reunião junto com Vaccari, que dividia o dinheiro, que ficavam brincando quem ia roubar mais, se era 1% a mais, a menos, Vaccari deveria ter vindo aqui. Claro! Nós não queremos apurar? Qual é a diferença se for agora, daqui a 15 dias ou daqui a 1 mês?

E eu estou junto com aqueles que estão defendendo trazer os empresários também. Eu não entendo por que não veio nenhum empresário. Nós temos que trazer logo todos eles. Mas tem que começar a vir o primeiro para as pessoas entenderem como é que funcionava isso melhor. Porque nós estamos ouvindo os funcionários da PETROBRAS, já veio Presidente, virá o Vaccari, agora, o Tesoureiro



do PT, que foi acusado de ter articulado toda essa propina, mas, lógico, temos que trazer também os empresários.

Parabéns, Presidente!.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Altineu Côrtes, para encerrarmos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Para encerrar, Sr. Presidente, quero só deixar claro, sobre a questão dos empresários, que ficou decidido que, na nossa próxima reunião, nós vamos decidir os nomes de todos os empresários que serão convocados. Por isso não foi chamado nenhum empresário. Quando se decidir pelas oitivas, serão decididos os nomes de um conjunto de empresários, exatamente para não haver nenhum tipo de especulação em relação a isso.

Quero deixar isso muito claro, porque, às vezes, a pessoa fala que não se convidou empresário. Não, essa decisão sobre o nome de vários empresários a Comissão vai tomar em conjunto. Isso foi deliberado na nossa última reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, o Deputado Augusto Coutinho fez uma proposta aqui para, inclusive, poder materializar uma não caracterização de busca de fazer da própria CPI instrumento de luta política. A proposta que seria, então, a inversão de datas: o Augusto Mendonça viria no dia 9, e o Vaccari, no dia 14. V.Exa. concorda com essa modificação? Não é nem no dia 23 nem no dia 9, mas numa média ponderada, também para daqui a 15 dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Valmir Prascidelli, V.Exa. deseja fazer uso da palavra ainda?

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu quero continuar registrando que há um roteiro estabelecido por esta CPI, pelos Sub-Relatores, pelas Lideranças partidárias, trazido para esta Comissão, na semana passada. O Relator e o Presidente sentaram e estabeleceram um roteiro, e está havendo uma inversão. Eu quero registrar que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Já foi feito esse...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - ... essa inversão não pode se dar, em função, exatamente, de transparecer que há uma inversão política.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O Deputado está fazendo uma sugestão intermediária. Eu gostaria que V.Exa. ponderasse essa sugestão intermediária com o Relator e consultasse o Presidente para vermos, evidentemente, se temos uma saída para que possa fazer com que os trabalhos da CPI continuem sendo trabalhos sérios, no sentido da investigação e da apuração de eventuais irregulares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Então eu vou deliberar.

Primeiro, quero dizer que essa decisão é uma prerrogativa do Presidente. Eu estou aqui no exercício da Presidência da CPI, que tem sido muito bem conduzida pelo Deputado Hugo Motta, com auxílio direto do Deputado Luiz Sérgio, em quem ele tem uma confiança muito grande.

Eu não conheço essa programação que foi colocada aqui, essa sequência de reuniões. O que eu tenho, na verdade, é no dia 7 à tarde, às 14h30min, a oitiva do Hugo Repsold. É o que está programado.

O que eu estou colocando aqui é que no dia 9, quinta-feira, pela manhã, nós estamos propondo ouvir o tesoureiro do PT, João Vaccari, que tem sido objeto aqui de debates e denúncias que incomodam não apenas a classe política de uma maneira geral, interessa a todos esses esclarecimentos. É interesse da população brasileira e também da CPI ouvi-lo o quanto antes. Tanto que nós temos cinco requerimentos solicitando a presença dele: dos Deputados Carlos Sampaio, Onyx Lorenzoni, Eliziane Gama, Júlio Delgado e Ivan Valente. Todos solicitam isso. E não houve, a bem da verdade, nenhuma objeção da parte do Relator, nem da bancada do Partido dos Trabalhadores, com relação à presença dele aqui para ser ouvido, até porque é importante que ele aqui diga se o Pedro Barusco, ao depor aqui nesta CPI, daquela maneira que ele depôs, disse ou não disse a verdade. Então, eu estou querendo fazer uma ação de investigação. Portanto, Deputado Prascidelli, com todo o respeito, com toda a consideração a V.Exa., não há nenhuma ação na direção partidária de politizar a CPI.



Por outro lado, também, diz o Relator que havia um entendimento — e eu não tenho conhecimento desse entendimento — entre o Deputado Hugo e o próprio Relator para que houvesse uma sequência nessas oitivas.

Sendo assim, o que eu quero deixar claro e deliberado é que eu estou mantendo a convocação do Vaccari para quinta-feira, pela manhã. Todavia, com o compromisso meu e o do Relator de fazermos uma ação junto ao Presidente titular desta CPI, o Deputado Hugo Motta, para que ele possa referendar a decisão ou não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, permita-me um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, é lamentável essa decisão. Ela partidariza a nossa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu não estou partidarizando.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Ela partidariza!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Nós vamos conversar com o Deputado Hugo Motta.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Eu lamento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu acho que, se é preciso tomar uma injeção, que se tome logo. Para que ficar adiando, não é? Deve o quê? Não deve nada! Vamos tomar a injeção logo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Eu lamento, porque mancha a ótima condução que está sendo feita até agora, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Não, não mancha, de forma nenhuma.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Primeiro, não relevar...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Nós estamos partidarizando esta CPI. Não pode acontecer isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Primeiro...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - De forma nenhuma! Ele virá de qualquer maneira aqui, Deputado Leo de Brito. De qualquer forma, ele virá.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Vamos trazê-lo no dia 23 ou no dia 14. Não vamos partidarizar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Então, entre o dia 23 e o dia 9 é a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - A sociedade está vendo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Só um instante, por favor.

Com o anúncio de V.Exa. estabelecendo o dia 9, fica uma situação muito chata levar ao Presidente da Comissão a decisão de restabelecer um calendário que já tinha sido acertado com ele ou não. Eu tenho aqui, no meu celular, a mensagem dele do que nós combinamos. Eu acho que é constranger o Presidente da Comissão, que não merece isso.

Quando o Deputado aqui propõe uma inversão do dia 9 para o dia 14, da minha parte tem a concordância, porque estabelece a mesma lógica. Eu gostaria de ouvir o Vaccari depois de ter ouvido o empresário que faz o detalhamento maior de todo o esquema que ele denuncia. Então, nós aqui vamos mudar o que era para dia 23 em uma semana. Ouviríamos o Augusto Mendonça no dia 9 e ouviríamos, no dia 14...

(Não identificado) - Sr. Presidente, está havendo votação nominal.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ... o Vaccari, o que eu acredito, pela lógica, não alterar, em termos de prazo, praticamente nada. Não altera em prazo nenhum. O que altera é a lógica processual de ouvi-lo depois de ter ouvido pelo menos o empresário que denuncia o esquema.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - V.Exa. disse que vai conversar com o Relator e com o Presidente no sentido de verificar, então, esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para ajustar isso.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu quero mais uma vez apelar para o bom senso, pela responsabilidade que eu sei que V.Exa. tem, pela experiência que tem neste Parlamento e na vida política nacional, para fazer essa intermediação e buscar um caminho que seja mais adequado para a condução deste trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Pode confiar que nós encontraremos uma boa solução.

Declaro encerrados os trabalhos.